

# LIBRAS E SUA TRADUÇÃO EM PESQUISA



**interfaces, reflexões e metodologias**

**Neiva de Aquino Albres (org.)**



**Neiva de Aquino Albres  
(Organização)**

***LIBRAS  
E SUA TRADUÇÃO  
EM PESQUISA:***  
*interfaces, reflexões e metodologias*



*Florianópolis – SC  
2017*

© 2017 by Biblioteca Universitária UFSC

Capa e projeto gráfico  
Neiva de Aquino Albres

Editoração Eletrônica  
Neiva de Aquino Albres

Revisão ortográfica  
Amanda Dardes Pimentel

Organização  
Neiva de Aquino Albres

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Libras e sua tradução em pesquisa: interfaces, reflexões e metodologias /  
Neiva de Aquino Albres (organizadora). – Florianópolis: Biblioteca  
Universitária UFSC, 2017.244 p. : 21cm

ISBN 978-85-64093-05-8

1.Línguas de Sinais. 2.Tradução. 3.Interpretação.

---

**Campus Universitário, Acesso  
Trindade, Setor D - 88040-900  
Florianópolis, SC  
Fone: (48) 3721-9310 \ 3721-4452  
<http://portal.bu.ufsc.br//>**



Printed in Brazil  
Produzido no Brasil



## **Agradecimentos**

Aos alunos de tradução e interpretação em formação  
que se empenharam para a produção da pesquisa,  
que registraram suas inquietações, reflexões e saberes  
contribuindo com a construção de conhecimento.

## SUMÁRIO

### Prefácio

Por Karin Strobel ..... 06

### SOBRE PESQUISA

1. Formação para a pesquisa e escrita acadêmica -  
Neiva de Aquino Albres ..... 08

### ESTUDO HISTORIOGRÁFICO

2. Intérprete surdo: conquistando espaço no campo de conferências no  
Brasil - Bianca Silveira ..... 14

### ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

3. Intérprete educacional de língua de sinais para surdos: publicações  
internacionais em foco – 2010 a 2015  
Aline Vanessa Poltronieri Gessner ..... 38

4. Intérprete de língua de sinais: sentidos das produções discursivas da  
ANPED, ANPOLL e ABRAPT - Valéria de Jesus..... 68

### ESTUDO DOCUMENTAL

5. A atuação de intérpretes de língua de sinais: revisitando os códigos de  
conduta ética - Wharlley dos Santos..... 92

6. Tradutores/intérpretes de Libras no ensino superior: níveis de  
formação acadêmica - Marcela Regina Lima Rodrigues .....118

### ESTUDO DE CASO/DESCRITIVO

7. Tradução de materiais didáticos para Libras: políticas de educação e de  
tradução em questão - Francine Anastácio da Rocha .....150

8. Tradução de literatura infanto-juvenil: autoria e criatividade permeada  
em texto multimodal- Tom Min Alves .....176

### ESTUDO ETNOGRÁFICO

9. Tradução de termos do curso de Letras – Libras: disciplinas  
curriculares em foco - Walquíria Peres de Amorim .....214

## **PREFÁCIO**

A formação de professores e de tradutores / intérpretes de Língua Brasileira de Sinais / Português no Brasil ainda é recente, pois somente em 2002 é que esta língua recebeu oficialmente o status de língua da comunidade surda.

Então, após essa língua ser reconhecida, o processo de formação de professores e Tradutores / intérpretes de Libras / português, influenciado pelo decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a Lei da Libras tem havido uma explosão em contratação e implantação de professores e tradutores/intérpretes de Libras em vários ambientes e com isto percebemos que as considerações sobre a profissionalização dessa área estão mudando rapidamente.

A UFSC foi pioneira na implantação do curso de Letras Libras, que é uma iniciativa de extrema relevância social e histórica com uma ação concreta de educação voltada para as especificidades dos surdos.

Neste momento histórico, estamos desfrutando de um espaço bilíngue (Libras / português) em curso de letras libras bacharelado que é bastante enriquecedor para os estudos e pesquisas focadas na tradução / interpretação de Libras-português, por isto parabenizamos pela iniciativa de publicação desses artigos tão importantes da área das Letras Libras. Esperamos que a partir da leitura deles se efetive as trocas de experiências entre alunos, professores e pesquisadores da UFSC e de outras instituições.

Este livro é resultado do trabalho da pesquisadora prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva de Aquino Albres junto com os alunos da disciplina Português III, em Curso de graduação de Letras Libras bacharelado. Este livro compreende uma coletânea de artigos elaborados pelos alunos que realizaram suas

pesquisas e experiências construídas durante o curso de graduação de Letras Libras da UFSC.

Não poderia existir um momento mais propício para o lançamento de livro *“Libras e sua tradução em pesquisa: interfaces, reflexões e metodologias”*. O livro nos traz uma série de reflexões em discussões e socializações de conhecimentos que poderão compreender áreas interdisciplinares, como: História, tradução, linguística, literatura e educação.

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Karin Strobel  
Coordenadora de Letras Libras presencial da UFSC  
Novembro de 2016

# 1

# Formação para a pesquisa e escrita acadêmica

**Neiva de Aquino Albres**  
**Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC**

O exercício de escrita de um texto pode ser comparado com o trabalho de um artesão. Nossas leituras, discussões e experiências compõem um emaranhado de fios, cada qual com seu tamanho, tipo e cor, mas que se misturam, se confundem e se entrelaçam. Escrever um texto é atar alguns nós, desfazer outros, formando aos poucos uma rede que é tecida a partir do lugar que eu ocupo historicamente e das diversas vozes dos outros que me constituem. Mariana Henrichs Ribeiro

## **Fazer pesquisa**

Para Amorim (2004, p. 11), “toda pesquisa só tem começo depois do fim [...] é impossível saber quando e onde começa um processo de reflexão. Porém, uma vez terminada, é possível ressignificar o que veio antes e tentar ver indícios no que ainda não era e que passou a ser”.

Podemos dizer que fazer pesquisa é tomar algo para se conhecer, é construir sentidos sobre fenômenos antes existentes, mas ainda não

pensados ou parcialmente descritos. Tanto que um mesmo objeto pode/deve ser tomado por diferentes pesquisadores e que trabalhem com distintas perspectivas teóricas.

Uma boa formação para a pesquisa requer compreender alguns princípios do campo científico:

- 1- Construir um problema de pesquisa com relevância social; as questões da pesquisa se orientam para compreensão do fenômeno em seu acontecimento histórico;
  - 2- Contextualizar seu objeto/sujeito de estudo e desenvolver uma boa revisão de literatura é um exercício de historicização;
  - 3- Compreender que há diferentes paradigmas de pesquisa e formas de produzir conhecimento; um pesquisador precisa definir “de onde fala”, ou seja, com que perspectiva teórica trabalha;
  - 4- O pesquisador faz parte da pesquisa, sua compressão se constrói a partir do lugar sócio-histórico que ocupa;
  - 5- Traçar um caminho de trabalho é essencial, elaborar formas de apreender o objeto, escolher métodos e procedimentos de pesquisa é sua tarefa;
  - 6- Entender que o processo de construção de dados caracteriza-se pela ênfase na compreensão das múltiplas determinações do individual com o social;
  - 7- Teorizar a prática é o processo fundamental do fazer ciência, ou seja, a partir dos dados (base material) se desenvolve a análise com base em uma teoria consistente;
  - 8- Entender que a sua pesquisa não é a verdade absoluta, mas que a atividade do pesquisador se situa no processo de transformação pessoal e social a que está relacionado.
  - 9- Comprometer-se com a transformação social.
- (ALBRES, 2012, p. 23)

Esses princípios devem conduzir o pesquisador no fazer e na reflexão, suas sínteses são construídas na relação com outros (orientadores, autores, com colegas e com os próprios sujeitos de pesquisa) e essa reflexão precisa ser materializada de alguma forma.

Há diversas formas de fazer ciência, sendo seu resultado quase sempre o texto escrito. Nos gêneros discursivos, o relatório de pesquisa ou o artigo científico há circulação de conhecimentos, da palavra de outros (autores, orientador, colegas) e da relação

entre o pesquisador e seu outro (seu objeto de estudo).  
(ALBRES, 2012, p. 19)

Desta forma, a formação de pesquisadores se faz na relação do aprendiz com o outro. E não apenas sobre métodos e procedimentos de pesquisa, mas também, sobre a escrita acadêmica.

### **Escrita acadêmica**

A aprendizagem da escrita de textos de gêneros tipicamente acadêmicos requer uma empreitada didático-pedagógica de colaboração na escrita. Os textos neste livro apresentados foram produzidos por alunos de graduação em Letras – Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O currículo do curso de Letras – Libras da UFSC estabelece como disciplinas obrigatórias português 1, 2 e 3. Todavia, poucos estudos se dedicam ao estudo da produção textual ou do ensino de escrita para universitários se comparadas aos trabalhos que tomam como objeto o nível fundamental e médio.

A questão é que a escrita acadêmica merece espaço de destaque e eu, como professora do curso, tive oportunidade de aprender com meus alunos, de conduzi-los pelos caminhos das letras, de compartilhar palavras e de ver os textos serem confeccionados linha a linha.

A perspectiva que embasou o trabalho pedagógico foi a enunciativo-discursiva<sup>1</sup> (BAKHTIN, 2010). O processo de apropriação dos modos de enunciar utilizando-se de um discurso reportado ao mesmo tempo em que se constrói conhecimento sobre determinado tema (temas

---

<sup>1</sup> Buscamos fundamentação teórica nas obras *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1999) e no capítulo *Os Gêneros do Discurso* presente na obra *Estética da Criação Verbal* (2003). Apoiamos, também, nas contribuições dos trabalhos de estudiosos que discutem a respeito do pensamento bakhtiniano, quais sejam: Cereja (2005).

de pesquisa) é evidenciado por uma mediação pedagógica que “pega na mão”, em que o professor escreve junto com o aluno, revisa o seu texto questionando-o, indicando novas leituras, problematizando as argumentações produzidas por ele (aluno).

O professor toma o papel do outro, do leitor desse texto, identificando os significados ambíguos, os tópicos não fechados e os desvios de caminho de pensamento. No processo de leitura, constrói sentidos sobre o texto do aluno e colabora no aprimoramento das ideias, na conexão com outros textos e na revisão da escrita.

Essas experiências são pensadas por Bakhtin, em suas reflexões acerca do autor e do personagem: “É nesse sentido que o homem tem uma necessidade estética absoluta do outro, da sua visão e da sua memória: memória que o junta e o unifica e que é única capaz de proporcionar-lhe um acabamento externo”. (BAKHTIN, 2010, p. 55)

O acabamento é dado pela ação do outro, marcado pela incompletude de sua pessoa e vice-versa. Esse é potencializado pelas múltiplas relações estabelecidas com o outro, nesse caso, o professor. Há uma complementação na interação verbal para prover a apropriação do pesquisador aprendiz (aluno), do conhecimento sobre a escrita acadêmica.

Bakhtin/Volochinov procuram enfatizar que “[...] o elemento que torna a forma linguística um signo não é a sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica” (1999, p. 102). Essa mobilidade específica da forma linguística refere-se à orientação que é dada a palavra por um contexto e uma situação particular em que o interlocutor estará inserido.

A cada novo leitor, teremos novos interlocutores, novos momentos históricos e sociais relacionados com a subjetividade e historicidade desse leitor. Assim, o autor precisa se ater a um leitor em potencial e



manter o foco no seu projeto de dizer, no que pretende comunicar e quais objetivos deseja atingir.

Como observa Cereja

[...] levando em conta a natureza dialógica da palavra, é possível dizer que, do ponto de vista bakhtiniano, palavra é indissociável do discurso; palavra é discurso. Mas palavra também é história, é ideologia, é luta social, já que ela é a síntese das práticas discursivas historicamente construídas (2005, p. 204).

Considerar o texto escrito, como aponta Bakhtin, é operar com gêneros discursivos que detêm especificidades, o artigo científico é uma forma singular de enunciação como também de veras complexa.

### **Considerações finais**

O processo de formação é o de ir constituindo-se, na sua individualidade, pela representação social do momento que vive, das palavras alheias que atravessam suas reflexões. Essas palavras do outro vão compondo seus saberes, no diálogo com o outro, vão se constituindo profissionais, identitária e socialmente como professores de Libras.

Para Bakhtin/Volochinov (1999), a enunciação depende do próprio momento constitutivo do todo da enunciação. Sob este ponto de vista, a seleção de palavras e a recepção destas são determinadas por julgamento individual e determinadas socialmente (Bakhtin/Volochinov, 1999).

Encontros de pesquisas que levaram os orientandos a repensar suas práticas, suas formas de ver o mundo. O esboço mais nítido da multiplicidade do mundo científico é ver que cada orientador matriculado em um paradigma de pesquisa conduziu os alunos que na heterogeneidade dos tipos de formação inicial puderam apropriar-se do que se tem chamado fazer ciência.

Para Freitas (2010), a heterogeneidade é benéfica porque traz novas questões, desinstala posições, obriga o enfrentamento de problemas, estimula reflexões e impulsiona o nosso caminhar na pesquisa. É nessa arena de circulação e confronto de discursos, no exercício de experiências plurais, que nossas singularidades vão sendo construídas na e para a pesquisa.

## Referências

ALBRES, Neiva de Aquino. Formação acadêmico-científica do tradutor/intérprete de libras e português: o processo investigativo como objeto de conhecimento. In: ALBRES, Neiva de Aquino Albres; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres (organizadoras). **Libras em estudo: tradução/interpretação**. São Paulo: FENEIS, 2012. p. 15-33.

AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro**. Bakhtin e ciências humanas. São Paulo: Editora Musa, 2004.

BAKHTIN, M; VOLOCHÍNOV, V.N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BAKHTIN, M. Os Gêneros do Discurso. In: \_\_\_\_ **Estética da Criação Verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CEREJA, W. Significação e Tema. In: BRAIT, B (org.) **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 201-220.

FREITAS, Maria Teresa Assunção e RAMOS, Bruna Sola (orgs.). **Fazer pesquisa na abordagem histórico-cultural: metodologias em construção**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

# 2

## **Intérprete surdo: conquistando espaço no campo de conferências no Brasil**

**Bianca Silveira**  
**Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC**

### **Introdução**

O intérprete é um profissional que tem conhecimentos e fluência em língua de sinais e língua portuguesa, como também é um mediador de informações. Mas é preciso ter conhecimento específico na área de interpretação e tradução para atuar, contemplando assim uma competência tradutória.

A pessoa surda tem sua experiência cultural e linguística (em língua de sinais) e tem capacidade para formar-se como intérprete ou tradutor para atuar com uma língua de sinais estrangeira para a Libras e vice-versa, com a Libras para o português oral (caso o sujeito surdo seja oralizado) e traduzir de português para a Libras por meio de vídeo-gravação.

O termo intérprete surdo vem sendo usado por pesquisadores no Brasil e no exterior.

A terminologia usada na descrição de DIs<sup>2</sup> varia em toda a literatura. Além de "intérpretes surdos", eles também foram chamados de "intérprete repetidor", "intérpretes relé surdos", "mediadores", "intérprete espelho", entre outros nomes (NAPIER et al., 2006, p.143 – tradução nossa)<sup>3</sup>

Contudo, este texto tratará apenas da atuação de intérpretes surdos em eventos envolvendo línguas de sinais estrangeira e a língua de sinais brasileira, ou seja, em processo de interpretação.

De certa forma, os surdos podem atuar como intérprete de conferência. Atualmente, é mais comum observarmos a atuação de intérpretes surdos em congressos e conferências nacionais e internacionais no território brasileiro. Essa atividade pode ser para interpretação simultânea ou consecutiva, ele trabalha também em parceria com intérpretes ouvintes, podendo atuar como apoio de um ouvinte que interpreta para língua oral. Essa demanda vem crescendo ao passar dos anos, pois há muitos pesquisadores estrangeiros que utilizam línguas de sinais de outros países ou sinais internacionais a fim de compartilhar seus conhecimentos com pesquisadores e estudantes em áreas como linguística, educação e estudos da tradução/interpretação.

Autoras surdas brasileiras relatam algumas experiências como, por exemplo, Reis (2013), que descreve um pouco da sua experiência como intérprete surda e sua visão neste campo de atuação, explica também que há uma combinação da comunicação em Libras com a experiência visual e

---

<sup>2</sup> DI é a sigla do termo usado em Inglês *Deaf Interpreter* para intérprete surdo.

<sup>3</sup> The terminology used to describe DIs varies across the literature. In addition to "deaf interpreters," they have also been called "relay interpreters," "deaf relay interpreters," "intermediaries," "mirror interpreters", and so on. (Napier et al., 2006, p. 143).

linguística do surdo o que contribui neste campo de interpretação e na tradução cultural.

Campello (2011) desenvolveu uma pesquisa comparando a performance na tradução da música “Imagine” escrita por John Lennon realizada por dois tradutores: um de Língua Brasileira de Sinais e outro de Língua Americana de Sinais (ASL). Campello constatou que a tradutora de Libras usou mais os itens lexicais na tradução e a outra tradutora de ASL preservou muitas das características imagéticas das línguas de sinais.

As pesquisas no Brasil ainda são tímidas diante desta temática, no entanto percebemos um maior desenvolvimento no exterior sobre o assunto. Autores estrangeiros como Patrick Boudreault (*California University*), Christopher Stone (*Gallaudet University*) e, entre outros, se dedicam no desenvolvimento de pesquisas sobre esse tema.

Constatamos que surdos têm assumido a mediação de conferências em âmbito internacional, porém falta de descrição desses papéis e ainda não temos registro destas experiências, bem como uma historicização do campo de atuação de intérpretes surdos no Brasil.

O presente trabalho tem por objetivo desenvolver uma pesquisa historiográfica sobre intérprete surdo. Pretendemos responder às seguintes perguntas: 1) Em que eventos os intérpretes surdos atuam? 2) A interpretação envolve que pares de línguas? Quem são os surdos que têm atuado como intérprete de conferência? 3) Como os intérpretes surdos atuam em equipes mistas (surdos e ouvintes)?

### **O surdo no campo da interpretação: espaço simbólico**

O campo de atuação em tradução e interpretação foi, por muitos anos, dominado por profissionais ouvintes que atuavam com o par linguístico libras/português. Há um número crescente de eventos em que surdos vêm exercendo atividades como intérpretes e como tradutores de materiais bilíngues português/libras. Este tipo de produção se reverte em material de pesquisa, promovendo a temática de tradução ou interpretação de surdos como campo dos estudos da tradução e interpretação.

Reis (2013) considera que a atuação de intérpretes surdos de Sinais Internacionais vem acontecendo no Brasil há alguns anos, contudo ainda como voluntários e sem reconhecimento profissional. Entendendo-se que os intérpretes surdos ‘TRILHARAM’ esse trajeto como uma experiência empírica e cultural, pois já vivenciaram outras ocasiões parecidas. E não há registro dessas experiências. No Brasil, muitos intérpretes surdos não são formados nessa área e sim formados na área de ensino de Libras ou em outras áreas.

Segundo Campello (2010), pode-se afirmar que surdos atuando como intérpretes datam da época imperial no Brasil baseada nos registros de intérprete surdos em sala de aula do Imperial Instituto de Surdos Mudos IPSM, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, no Rio de Janeiro. Todavia, denominavam esta atividade de “repetidor”, citando a atuação do Flausino Gama em 1875.

Santos e Gurgel (1999) indicam que instrutores surdos têm atuado como monitores em salas de aula de escola bilíngue em que professores ouvintes não são proficientes em Libras e desenvolvem atividade de interpretação, parafraseando e reformulando o que foi explicado pelos professores. Contribuindo assim com a educação de surdos.

O termo “instrutor” parece remeter à tarefa específica do ensino de uma língua. Por outro lado, sua atuação não se resume a isso, pois ele propicia vivências pelas quais as crianças surdas podem enxergar o mundo de uma forma culturalmente peculiar, diferente do olhar dos ouvintes, e assume também o lugar de representante da língua e da cultura surda no ensino a ouvintes (sobretudo professores, outros profissionais da escola e pais). (SANTOS e GURGEL, 2009, p. 53).

Surdos contratados por secretarias de educação atuam como instrutores ou professores e, nesta função, desenvolvem papéis de intérpretes, de mediação entre pessoas e mediação pedagógica. Já para eventos, os contratos para este fim são recentes, efetuados por associações de intérpretes ou empresas terceirizadas que prestam serviços para eventos a fim de compor a equipe de intérpretes, geralmente, para interpretar palestrantes estrangeiros que podem utilizar a língua de sinais de seu país, por exemplo, ASL (*American Sign Language*), BSL (*British Sign Language*) ou que apresentem sua palestra em Sinais Internacionais (SI).

Alguns surdos já atuaram em congressos que aconteceram na UFRJ e UFSC nos eventos de II Congresso Latino Americano de Bilinguismo (Língua de Sinais/Língua Oral) e V Congresso *Deaf Academics* em 2010 (CAMPELO, 2010). Essa atuação, geralmente, não se faz de forma isolada. Há necessidade de trabalho em parceria. “O trabalho em equipe de Intérpretes Surdos no Brasil já têm uns 10 sujeitos como intérpretes surdos profissionais, são professores e pesquisadores que desenvolveram as competências para esse fim.” (REIS, 2013, p. 162).

As pesquisas e textos acadêmicos têm focado no intérprete de conferência, distanciando-nos dessa visão reducionista, afirmamos que os intérpretes surdos podem atuar como intérpretes em julgamentos (audiências em tribunal de justiça) ou depoimento em delegacias de um

surdo que usa sinais caseiros. Intérpretes surdos que têm contato com diferentes níveis linguísticos de Libras e alta habilidade para produção gestual mímica são indicados para atuação em interpretação intralingual, ou seja, na mesma modalidade de língua, ou seja, dos “sinais caseiros” para Libras, sendo necessário outro intérprete ouvinte para interpretar da Libras para a língua oral, falando para o profissional em português, por exemplo.

Também é destacada a experiência e atuação dos Intérpretes Surdos nos cursos, palestras e eventos internacionais. Estas experiências apresentam a partir do meu lugar, enquanto surda, por meio das minhas narrativas das pessoas surdas, e experiências vividas dos surdos Intérpretes dentro da comunidade surda (CAMPELLO, 2010, p. 145).

Internacionalmente também é registrada um pouco da História do DI (*Deaf Interpreter*). Consta que, no ano de 2007, os surdos estavam trabalhando como intérpretes, tradutores, corretores sem qualquer reconhecimento profissional e não recebiam qualquer salário.

Os surdos têm sido capazes de alcançar qualificações de língua de sinais em um nível profissional, como o exame inicial Fase III (1982 - 1987), que incluiu alguns de interpretação e tradução. Naquela época, essa qualificação permitiu que alguns DIs cadastrassem-se como meio profissionais (intérpretes estagiários registrados), apesar de não haver uma proposta de progressão para o estatuto profissional completo (DENMARK, 2007 apud STONE et al., 2012, p. 1 tradução nossa)<sup>4</sup>.

Os surdos foram considerados como intérpretes de segundo escalão, principalmente por trabalharem com linguagens tidas como simplificadas, com a esfera mais gestual. Por vezes, em nome da eugenia e oralidade (STONE, 2009).

---

<sup>4</sup> Deaf people have been able to attain sign language qualifications at a professional level, such as the original Stage III exam (1982 – 1987), which included some interpreting and translation. At that time, this qualification enabled some DIs to register as partial professionals (registered trainee interpreters), although there was no route for progression to full professional status (DENMARK, 2007, p. 1).



Os DIs são chamados nos Estados Unidos quando um cliente usa seus próprios sinais ou sinais caseiros; quando usa uma linguagem gestual estrangeira; quando é surdo-cego ou tem visão limitada; quando usa sinais particular de uma região ou de uma etnia ou grupo etário que não é conhecido por os não-DI; ou está em um estado mental que produz conversa de difícil interpretação (NAPIER et al, 2006 apud ADAM, et al., 2010).

O surdo não tem que necessariamente interpretar surdo para surdo, um ouvinte de outro país que trabalha na área de língua de sinais pode querer fazer sua palestra na língua de sinais de seu país ou em SI (por exemplo), então o intérprete surdo pode fazer a interpretação da língua de sinais internacional para a língua de sinais local.

Stone introduz um conceito, o de norma surda, sendo que no Brasil, o pesquisador Souza (2010) trabalha com a norma surda.

[...] pode-se mencionar que a abordagem de Stone (2009) da atividade tradutória e do ato de interpretar está permeada de uma forte influência de aspectos culturais e também políticos, principalmente, em relação à língua alvo, que por ser uma língua de sinais, é utilizada por uma comunidade surda, a qual, segundo ele, por vários anos existiu enquanto entidade histórica às escondidas da comunidade convencional, mas, atualmente, tem se desenvolvido, ainda que à sombra de seus colonizadores. Isso é tanto que, Stone conclui claramente que, uma norma surda de tradução nasce de uma comunidade coletiva e heterogênea, na qual os diferentes membros contribuem com habilidades para o coletivo e os tradutores e intérpretes ouvintes e surdos pertencem à mesma comunidade (STONE, 2009: 165, nossa tradução apud SOUZA, 2009).

Contudo, a norma surda é reconhecida como procedimento cultural, linguístico e político conectado a pessoa surda que por entender a história de sua comunidade desenvolve a habilidade de traduzir/interpretar devido a sua experiência. Por vezes, mesmo não

tendo formação específica e/ou de conhecimento das funções interpretativas. Principalmente, em ocasiões que se tem pouco tempo para processar a informação e como surdo elabora formas de enunciar na língua de sinais.

Logo, a “norma surda de tradução parte da habilidade do tradutor e intérprete surdo de pensar da mesma forma como os outros surdos pensam, contando com a própria experiência visual de mundo, e ainda, com a conceituação visual da informação, para construir o texto-alvo enquanto inseridos na cultura de chegada” (STONE, 2009, p. 167 apud SOUZA, 2009, p. 119).

Sendo que há intérpretes surdos em outros países como, por exemplo, Estados Unidos e Inglaterra e ele é responsável por transmitir a comunicação visual, traduzir da escrita para a língua de/ou vice-versa. E também muitos surdos começaram a interpretar em ambiente familiar, em clubes surdos e interpretando para surdos-cegos. Atuando em diversas áreas como a jurídica, médica, em escolas e em conferências.

Nos estudos da tradução, a historiografia ainda é incipiente. “Nossa arqueologia brasileira ainda é pouco firme. Não sabemos o que foi traduzido, por quem, quando e onde” (MILTON e MARTINS, 2010, p. 4). Isso também se aplica aos estudos da interpretação.

Neste trabalho, em uma tentativa de cobrir uma pequena parte do imenso território ainda a ser explorado, destacamos a atuação de intérpretes surdos em conferências. Também não temos no campo dos estudos da tradução da língua de sinais uma historiografia sendo desenvolvida, poucos se dedicam a um estudo bibliométrico (SANTOS, 2013; ALBRES E LACERDA, 2013), mas não sobre os intérpretes ou tradutores surdos.

Para pesquisar a historiografia da interpretação de Libras e a atuação de surdos nesse ofício é interessante compreender este como um campo em disputa. Disputa de reconhecimento e disputa de trabalho.

Para Bourdieu (1983), o campo é um espaço simbólico, no qual lutas dos agentes determinam, validam, legitimam representações. Os surdos têm galgado um novo espaço discursivo, de dizer-se intérprete e tradutor.

Há dentro dela uma disputa constante pela conquista da legitimidade de se falar e agir. "Universo da mais pura ciência é um campo como qualquer outro, com suas relações de força e monopólios, suas lutas, estratégias, interesses e lucros." (BOURDIEU, 1983, p. 123 apud ARAÚJO, ALVES, E.M. & CRUZ, 2008, p. 32).

A citação acima tem uma relação com o que acontece com a comunidade surda, pois ela luta para que seu espaço linguístico, cultural, profissional e interesses sejam reconhecidos pela sociedade.

O conceito de campo é um dos conceitos centrais na obra de Pierre Bourdieu e é definido como um espaço estruturado de posições onde dominantes e dominados lutam pela manutenção e pela obtenção de determinados postos. Dotados de mecanismos próprios, os campos possuem propriedades que lhes são particulares, existindo os mais variados tipos, como o campo da moda, o da religião, o da política, o da literatura, o das artes e o da ciência. Todos eles se tornam microcosmos autônomos no interior do mundo social (THIRYCHERQUES, 2006 apud ARAÚJO, ALVES, E.M. & CRUZ, 2009, p. 35).

No campo da interpretação, por exemplo, podemos dizer que a luta simbólica determina quem é autorizado a dizer-se intérprete de determinada língua, se nativo na língua, se filho de surdos ou a depender de onde aprendeu a língua e com quem. Estes são aspectos que atribuem valor e isso pertence à indústria cultural. O campo também é

determinado por valores e rituais de consagração o constituem. Podemos citar, no campo da interpretação, a certificação do Prolibras<sup>5</sup>.

[...] a disciplina procura uma nova compreensão de si mesmo, transformando a história: seja esta a sua história como uma disciplina, a história das teorias da tradução, o papel que tem desempenhado na tradução do livro e história da publicação, ou uma história sociocultural do tradutor. (MILTON e MARTINS, 2010, p. 8).

## **Metodologia**

A presente pesquisa se configura como uma análise histórica utilizando de levantamento documental, sendo de cunho qualitativo, de natureza básica, pois registra os espaços de atuação de intérpretes surdos no Brasil. Temos como objetivo historicizar o campo de interpretação conquistado por intérpretes surdos no Brasil, levantando os eventos e perfil destes profissionais.

A pesquisa qualitativa, nas palavras de Macedo, Galeffi e Pimentel (2009), tem como objetivo

[...] realizar o processo de desenvolvimento do conhecimento humano em sua dinâmica gerativa e em sua organização vital, em sua natureza histórica e existencial, e em seu modo de comportamento conjuntural e complexo – abarcando os diversos níveis de constituição formal e não formal da realidade [...] (MACEDO, GALEFFI e PIMENTEL, 2009, pp. 13 – 14).

Desta forma, a presente pesquisa tem o intuito de discutir a dinâmica de construção de intérpretes surdos como sujeitos atuantes na sociedade e sua liderança em movimentos políticos para acesso a

---

<sup>5</sup> O Prolibras é um exame de certificação de intérpretes e tradutores de LIBRAS e instrutores de LIBRAS para poderem atuar em escolas.

informações internacionais, quando atuam como intérpretes de/para outras línguas de sinais (línguas de sinais internacionais).

Em sua natureza histórica, os sujeitos surdos são reconhecidos como proficientes em língua de sinais, mas nem sempre com competência em língua portuguesa escrita ou oral. Todavia, em sua constituição social e existencial, geralmente, vão se tornando sujeitos bilíngues que atuam como tradutores e intérpretes vertendo de Libras para Português e vice-versa em diferentes dinâmicas formais e não formais.

“O campo da historiografia da tradução constitui uma área incipiente e pouco explorada dentro de uma disciplina e em vias de consolidação como é os Estudos da Tradução” (PAGANO, 2001, p. 117).

Por historiografia da tradução, entende-se o estudo histórico e crítico da tradução sob perspectiva de sua historicidade, isto é, de sua inserção num contexto histórico. Longe de ser uma simples tarefa de registro e catalogação de dados, a escrita da história da tradução requer do pesquisador uma reflexão sobre a própria tarefa historiográfica – a operação da escrita da história, e, em última instância, sobre o próprio conceito de história (PAGANO, 2001, p. 120).

## **Coleta de dados**

Em um primeiro momento, levantamos os eventos em que intérpretes surdos atuaram a partir do depoimento de surdos e de nossas vivências no meio acadêmico, como também da consulta do currículo *lattes* de profissionais que atuam como intérpretes surdos. Para tanto, solicitamos a colaboração de professores universitários surdos que têm experiências nestes eventos<sup>6</sup>. A partir destes dados, buscamos mais informações sobre os eventos nos sites das instituições promotoras, nos

---

<sup>6</sup> Gostaríamos de fazer um agradecimento especial aos professores Fernanda Machado, Marianne Stumpf, André Reichert, Rodrigo Machado, que prontamente colaboraram com nossa pesquisa.

programas dos eventos, nos cadernos de resumos ou anais. Configurando-se então, como uma pesquisa documental.

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32 apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 37).

Essa pesquisa tem como objetivo levantar quais intérpretes surdos atuaram em eventos (tipo conferência). Sendo assim, nesta pesquisa documental, colhemos os dados dos sites de congressos.

### **Corpus de pesquisa**

Delimitamos como corpus os sites de congressos, de associações, folders (redes sociais ou impresso) realizados, principalmente, em universidades que tivessem o registro desses intérpretes surdos de conferência.

### **A análise e interpretação dos dados**

Para a análise dos dados, registramos onde os intérpretes surdos atuaram, com indicação do site dos congressos em que há palestras internacionais. Procuramos desenvolver a análise respondendo as seguintes questões:

1) Em que eventos os intérpretes surdos atuam? 2) A interpretação envolve que pares de línguas? Quem são os surdos que têm atuado como intérprete de conferência? 3) Como os intérpretes surdos atuam em equipes mistas (surdos e ouvintes)?

Para tanto, criamos tabelas e descrevemos historicamente os fatos (eventos).

## Por uma historiografia dos intérpretes surdos brasileiros

Desenvolvemos esta pesquisa historiográfica, com base no exercício dos surdos como intérpretes em eventos que vem acontecendo ao longo dos anos. E apresentamos a seguir uma tabela com a síntese dos dados coletados de eventos (tabela 1). Conseguimos registrar os seguintes eventos:

No	ANO	EVENTO	LOCAL	LÍNGUAS ENVOLVIDAS
1	1999	2º Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos	Porto Alegre – RS UFRGS	LSE – Língua de Sinais Espanhola e Libras
2	2006	I Encontro de Jovens Surdos do Rio Grande do Sul	Capão Canoa – RS	SI e Libras
3	2009	Seminário Internacional Brasil/Portugal: Pesquisa Atuais na área de surdez. Possibilidades de escrita pelos surdos	Brasília – DF	SI e Libras
4	2010	<i>V Deaf Academics</i>	Florianópolis – SC UFSC	SI e ASL e Libras
5	2011	I Encontro de alunos ASL e SI I Meeting of ASL and SI students	Uberlândia – MG UFU	ASL e SI
6	2011	Festival Brasileiro de Cultura Surda <a href="http://www.ufrgs.br/culturasureda/#">http://www.ufrgs.br/culturasureda/#</a>	Porto Alegre RS UFRGS	ASL, SI e Libras
7	2012	Conferência da ONU: Rio + 20 <a href="http://www.rio20.gov.br/">http://www.rio20.gov.br/</a>	Rio de Janeiro	SI, ASL e Libras
8	2012	Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa <a href="http://www.congressotils.com.br/">http://www.congressotils.com.br/</a>	Florianópolis – SC	ASL e SI e Libras
9	2013	II Encontro latino-americano de tradutores intérpretes e guai intérpretes – ELATILS <a href="http://2elatils.com.br/site/">http://2elatils.com.br/site/</a>	Rio de Janeiro	SI e Libras
10	2013	Abertura do Curso Letras Libras	Florianópolis – SC	SI e Libras
11	2013	XI Congresso Internacional da Abrapt e V Congresso Internacional de Tradutores <a href="https://abrapt.wordpress.com/category/xi-congresso-abrapt/">https://abrapt.wordpress.com/category/xi-congresso-abrapt/</a>	Florianópolis – SC UFSC	SI e ASL
12	2013	II Encontro da FEBRAPILS – Federação	Rio de Janeiro	SI e Libras

		Brasileira de Intérpretes e Tradutores de Língua de Sinais	- RJ	
13	2013	Palestra A Antropologia Visual e Identidade Surda: o mundo dos surdos em antropologia da arte – APILDF- Associação de Profissionais de Intérpretes de Libras do Distrito Federal <a href="https://www.facebook.com/apildf">https://www.facebook.com/apildf</a>	Brasília – DF UNB	SI e Libras
14	2013	Palestra em francês sobre Antropologia instituto visual e Identidade Surda: o mundo dos surdos em antropologia e arte do Oliver Shetrit	Florianópolis – SC UFSC	SI e Libras
15	2013	Palestra com o Prof. Steve Collins da Gallaudet	São Carlos – SP UFSCar	ASL e Libras
16	2014	Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa <a href="http://www.congressotils.com.br">http://www.congressotils.com.br</a>	Florianópolis – UFSC	SI e Libras
17	2014	XIII Congresso Internacional e XIX Seminário Nacional do INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos	Rio de Janeiro – RJ	SI e Libras
18	2015	I Encontro de Surdos e Surdas <a href="http://www.1enssgo.com.br/site/">http://www.1enssgo.com.br/site/</a>	Goiânia – GO Teatro Madre Esperança Garrido	SI ASL e Libras
19	2015	Simpósio Caminhos da Inclusão: Saberes Científicos e Tecnológicos. Sua Importância para o Desenvolvimento do Indivíduo Surdo. <a href="http://www.bioqmed.ufrj.br/caminhos_da_inclusao">http://www.bioqmed.ufrj.br/caminhos_d a inclusao</a>	Rio de Janeiro – RJ – UFRJ	SI ASL e Libras
20	2015	Congresso do INES	Rio de Janeiro	SI e Libras

Tabela 1: Lista de eventos

Fonte: Produção da autora

Com relação ao tipo de evento que demandam a atuação dos intérpretes surdos, constatamos que são da temática de educação de surdos, de pesquisas em linguística e tradução ou eventos de associações de surdos e intérpretes. Identificamos apenas um evento que é abrangente envolvendo outra área social, como a Conferência Rio + 20 da ONU.



Verificamos que os eventos se concentram em grande parte no Sul, Sudeste, tendo apenas um no Centro-Oeste e as outras regiões do Brasil não foram contempladas. Tal fato sugere que as regiões Sul e Sudeste têm mais surdos líderes e envolvidos com a acessibilidade de informações internacionais necessitando da interpretação entre línguas de outros países e a Libras.

Dentre estes eventos, apenas o I Encontro de alunos ASL e SI na UFU configurou-se como espaço de formação para os próprios intérpretes surdos. Consideramos que os espaços formativos são escassos, ocorrendo oficinas e cursos de ASL ou SI vinculados a associações, FENEIS ou universidades. Na UFSC, por exemplo, sinais internacionais compreende uma disciplina optativa do currículo do curso letras Libras. Dois aspectos precisam ser pensados, a formação na língua (aprendizagem da língua americana de sinais ou mesmo dos sinais internacionais) e a aprendizagem de como atuar em conferência, de como atuarem equipe, das estratégias necessárias para atuar entre duas línguas de modalidade gestual-visual.

Averiguamos que os eventos têm maior número nos anos 2000, no início é esporádico e depois se torna mais recorrente a participação de intérpretes surdos, com eventos no mesmo ano. Sendo cada vez mais recorrente ao passar dos anos.

Podemos também, a partir dos dados, discutir sobre a atuação dos IS em equipes de intérpretes, como apresentado na tabela 2.

<b>No</b>	<b>ANO</b>	<b>EVENTO</b>	<b>Nomes dos intérpretes surdos</b>	<b>Atuando com intérpretes não surdos</b>
1	1999	2º Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos	André Reichert	Sim
2	200	I encontro de jovens surdos do	Rodrigo Machado	Sim

	6	Rio Grande do Sul		
3	2009	Seminário Internacional Brasil/Portugal: Pesquisas Atuais na área de surdez. Possibilidades de escrita pelos surdos	Marianne Stumpf	Sim
4	2010	<i>V Deaf academics</i>	André Reichert Rodrigo Machado Fernanda Araujo Machado	Sim
5	2011	I encontro de alunos de ASL e SI I Meeting of ASL and SI students	Fernanda Machado Nelson Pimenta Ana Regina Campelo Flaviane Reis Rafael Ferraz Cinthia Danilo Oliveira Reggis Vilena Gabriel Finamore de Oliveira	Não
6	2011	Festival Brasileiro de Cultura Surda	Rodrigo Machado	Sim
7	2012	Conferência da ONU: Rio + 20	Marianne Stumpf Rodrigo Machado Nigel (Canadá) Flaviane Reis	Sim
8	2012	Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa	Marianne Stumpf	Sim
9	2013	II Encontro latino-americano de tradutores e guaiintérpretes – ELATILS	Fernanda Machado Flaviane Reis Heloise Gripp Ricardo Boaretto	Sim
10	2013	Abertura do Letras Libras	Fernanda Machado	Não
11	2013	XI Congresso Internacional da ABRAPT e V Congresso Internacional de Tradutores.	Marianne Rossi Stumpf	Sim
12	2013	II encontro da FEBRAPILS – Federação Brasileira de Intérpretes e Tradutores de Língua de Sinais	Fernanda Machado	Sim
13	2013	Palestra A Antropologia Visual e Identidade Surda: o mundo dos surdos em antropologia da arte – APILDF – Associação de Profissionais de Intérpretes de Libras do Distrito Federal	Renata Rezende Rodrigo Araujo	Sim

14	201 3	Palestra em francês sobre Antropologia instituto visual e Identidade Surda: mundo dos surdos em antropologia e arte do Oliver Shetrit	Marianne Stumpf	Sim
15	201 3	Palestra sobre formação de intérpretes com Prof. Steve Collins	Guilherme Oliveira Jason Nichols	Sim
16	201 4	Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa	Marianne Rossi Stumpf	Sim
17	201 4	XIII Congresso Internacional e XIX Congresso Internacional do INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos	Marianne Rossi Stumpf Rodrigo Machado Ricardo Boaretto Flaviane Reis Fernanda Machado	Sim
18	201 5	I Encontro Nacional de Surdos e Surdas	Rodrigo Machado Marianne Stumpf Flaviane Reis Rodrigo Guedes	Sim
19	201 5	Simpósio Caminhos da Inclusão: Saberes Científicos e Tecnológicos. Sua Importância para o Desenvolvimento do Indivíduo Surdo.	Ricardo Boaretto Fernanda Machado Heloise Gripp	Sim
20	201 5	Congresso do INES	Flaviane Reis Ulrich Palhares Jason Nichols Jean Michael Lira Graciete Soares Rodrigo Claudia Hayakaua Mirtes Hayakaua Leticia Fernanda Nahla Yatim	Sim

Tabela 2: Intérpretes surdos

Fonte: Produção da autora

Nos sites não consta a informação de quais foram os intérpretes surdos que trabalharam durante o evento, muito menos quais conferências foram interpretadas por eles. Alguns sites mostram só os intérpretes não surdos que atuaram no evento. Conseguimos compilar os nomes dos surdos pelo registro fotográfico dos eventos ou dos perfis pessoais dos próprios surdos nas redes sociais. Então, este estudo

historiográfico desafiou-nos à busca em diversos meios e em diversos materiais.

Por meio de nossa investigação, conseguimos compilar alguns dados, como na tabela 2 registrado. Constatamos que intérpretes surdos vêm atuando em conferências. Na maioria dos eventos, eles trabalham em duplas, ou seja, o intérprete surdo tem intérprete de apoio que faz o feedback e/ou espelhamento auxiliando-o na hora de interpretar, como para a dificuldade de lembrar toda a mensagem (memória e curto prazo) ou pelo fato de não entender o sinal que o palestrante apresenta.

Dentre os eventos em que houve a participação de intérpretes surdos, apresentamos alguns registros fotográficos para ilustrar e discutir os tipos de atuação.

Para exemplificar a dinâmica de interpretação simultânea, discutiremos sobre o 4º congresso nacional em pesquisa em tradução e interpretação em Língua de Sinais (2014). Por exemplo, dois professores estrangeiros (Christian Rathmann - Universität Hamburg e Dennis Cokely – Northeastern University) ministraram uma palestra em língua de sinais e uma intérprete surda que fez a interpretação simultânea.



Imagem 1: Intérprete surda atuando no 4º congresso nacional em pesquisa em tradução e interpretação em Língua de Sinais (2014), Marianne Rossi Stumpf

Fonte: Acervo pessoal de Neiva de Aquino Albres

Na imagem 1, a Professora Marianne Rossi Stumpf está atuando como intérprete surda no par linguístico SI para a Libras no 4º Congresso Nacional de Pesquisa em tradução e interpretação em Língua de Sinais em 2014. Todavia, ela não conseguiria fazer sozinha, visto que o palestrante está ao seu lado, o que dificulta o campo de visão de toda a sinalização. Desta forma, havia um intérprete (Diego Barbosa – ouvinte) sentado na primeira fileira copiando os sinais do palestrante e por vezes já desenvolvendo a interpretação dos sinais internacionais para a Libras, ela por sua vez, desenvolvia sua interpretação e adequação para Libras permeada pela sua forma de enunciar em Libras.



Imagem 2: Intérpretes surdas atuando no XIII Congresso Internacional e XIX Congresso Internacional do INES (2014), Marianne Rossi Stumpf e Fernanda Machado

Fonte: Acervo pessoal de Neiva de Aquino Albres

Na imagem 2, a palestrante ouvinte (Neiva de Aquino Albres) está expressando em Libras e o intérprete sentado em frente atua como intérprete feeder, a intérprete surda ao lado da palestrante interpreta de Libras para sinais internacionais. As intérpretes surdas (Marianne Rossi Stumpf e Fernanda Machado) revezam no papel de intérprete em frente e de feeder sentado visualizando o palco com o palestrante.

No mesmo evento,



Imagem 3: Intérprete surda atuando no XIII Congresso Internacional e XIX Congresso Internacional do INES (2014)

Fonte: Acervo pessoal de Neiva de Aquino Albres

Na imagem 3, o palestrante está expressando em língua americana de sinais – ASL e o intérprete em frente está atuando como intérprete feeder, a intérprete surda ao lado da palestrante interpreta de ASL para sinais internacionais.

Destacamos a atuação com diferentes pares linguísticos e em diferentes papéis, proporcionado a acessibilidade para o público brasileiro das conferências internacionais. Esse trabalho é desenvolvido em equipe que envolve pessoas surdas e ouvintes.

Primeiramente, deve ser salientado que grande parte dos eventos foi feitos em 8 universidades federais, 3 associações e 1 Organização das Nações Unidas. Os intérpretes surdos não só trabalham em conferências de universidades e associações de surdos e de intérpretes, mas também em eventos organizados pelo governo federal, estadual, prefeituras e da ONU (Organização das Nações Unidas).

Segundo Reis (2010), muitos desses intérpretes são professores acadêmicos que interpretam em congressos que acontecem no país e em países estrangeiros. Essas competências foram desenvolvidas a partir de experiências vivenciadas culturalmente ou profissionalmente com intercâmbio de pesquisas, aprendizagem de uma nova língua, contatos

com surdos etc. Essas competências são desenvolvidas de forma natural e com seu entendimento sobre a língua fonte a sua interpretação se preocupa muito com a clareza de seu discurso e a adaptação com foco na cultura de chegada da interpretação.

Pudemos levantar aproximadamente 26 (vinte e seis) intérpretes surdos e as regiões onde vivem atualmente. Contudo, alguns são aprendizes e participaram apenas de um evento. Podemos indicar 11 (onze) intérpretes surdos brasileiros e 1 (um) do Canadá com maior experiência e que se inscrevem como líderes surdos. São 3 em Santa Catarina (Marianne Stumpf, André Reichert e Fernanda Araujo); 3 no Rio de Janeiro (Nelson Pimenta, Heloise Gripp, Ricardo Boaretto), 2 em Goiás (Flaviane Reis, Rodrigo Guedes), 2 em Brasília (Renata Rezende, Rodrigo Araújo), 1 no Ceará (Rodrigo Machado), e 1 Canadense (Nigel), que teve uma participação especial no evento da ONU. Constatamos que eles se concentram nos grandes centros, capitais em que tenha maior número congressos e conferências que ocorrem em grandes universidades federais e associações de surdos.

O campo do intérprete surdo vem crescendo cada vez mais e eles vem lutando pelo reconhecimento social e profissional. Podemos relacionar essa luta com a discussão de Bourdieu, pois essa luta é social e cultural. Todavia, ainda falta formação específica mais focada para o surdo, não só para a interpretação em Libras, mas com mais línguas de sinais como o ASL, e SI que são os pares da Libras mais usadas em conferências.

Pudemos levantar que, geralmente, a atuação é com outras línguas de sinais de países estrangeiros, como a ASL e Sinais Internacionais. Os intérpretes surdos que atuam nesses eventos são professores acadêmicos e alguns alunos das instituições mencionadas.

Sobre as equipes que se configuram nesses eventos, registramos que os intérpretes surdos atuam em equipes mistas (surdos e ouvintes), deste modo, trabalhando em equipe, pode se revezar entre eles como apoio, também como feedback.

Os intérpretes surdos levantados no presente conquistaram a área de interpretação em conferências por meio de experiências pessoais com outras línguas de sinais, aqui ou fora do país, pelas vivências com estrangeiros atuando como mediadores culturais.

## **Conclusão**

Concluindo esse trabalho, o exercício de intérprete surdo vem crescendo com o passar dos anos nos eventos em que as universidades e o governo brasileiro vêm promovendo sobre as temáticas de linguística, educação especial e educação dos surdos, políticas surdas, interpretação de língua de sinais e outras áreas sociais. E que essa demanda de eventos tem despertando interesse de professores estrangeiros e profissionais da área.

Então, com a coleta de dados mostra que a grande maioria dos eventos ocorreu em universidades federais, sendo assim também há encontros em associações de surdos e de intérpretes, onde os intérpretes surdos atuam também em conferências sociais como o Rio +20 organizado pela ONU. Mostra-se também que essas conferências e encontros ocorrem mais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Foram coletados 8 universidades, 3 associações e 1 ONU e 11 intérpretes surdos que trabalharam nesses eventos, porém constatamos, por meio de pesquisas, que esses intérpretes surdos são professores acadêmicos e/ou



possuem outra formação. Notamos também que os intérpretes surdos que atuam nessa área têm uma experiência vivenciada fora do país.

Esta pesquisa não se finalizada completamente aqui, pois a atuação de intérpretes surdos vem crescendo ao passar dos anos, o que requer a complementação dos dados e uma investigação pessoal com esses profissionais. Esperamos com esse trabalho contribuir com as futuras pesquisas sobre o intérprete surdo.

## Referências

ADAM, Robert; ARO, Markus; DRUETTA, Juan Carlos; DUNNE, Senan; KLINTBERG, Juli af. **Deaf Interpreters: An Introduction**. Washington, 2012.

ALBRES, N. A.; LACERDA, C. B. F.. Interpretação educacional como campo de pesquisa: estudo bibliométrico de publicações internacionais e suas marcas no campo nacional. **Cadernos de Tradução**, v. 1, p. 179-204, 2013.

ARAÚJO F.M.de B, ALVES, E.M. & CRUZ, M.P. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. **Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia** v. 1, n. 1, jan – jun 2009.

CAMPELLO, Ana Regina. **Intérprete surdo de língua de sinais brasileira: o novo campo de tradução/interpretação cultural e seu desafio**. Projeto de Pesquisa de Pós-graduação. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução. Florianópolis, 2011.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. Intérprete surdo de língua de sinais brasileira: o novo campo de tradução/interpretação cultural e seu desafio. In: **Cadernos de tradução**. Revista da PGET – USFC. v. 1, n. 33, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/29787>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL Álamo. **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências humanas**/Salvador EDUFBA, 2009.

MILTON, John; MARTINS, Marcia A. P. Apresentação - Contribuições para uma historiografia da tradução. **Tradução em Revista**. 2010/1, p. 01-10.

NAPIER, Jamine; GOSWELL, Della; McKee, Rachel Locker. **Sign language interpreting: Theory and practice in Australia and New Zealand**. Sydney: Federation Press. 2006.

PAGANO, A. "As pesquisas historiográficas em tradução". A. Pagano (org.) **Metodologias de pesquisa em tradução**. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001.

REIS, Flaviane. O Surdo como Intérprete. In: Instituto Nacional de Educação de Surdos (Brasil). Congresso Internacional (12.: 2013 : Rio de Janeiro, RJ). Anais do Congresso: a educação de surdos em países de Língua Portuguesa/[**XII Congresso Internacional do INES e XVIII Seminário Nacional do INES**]. – Rio de Janeiro: INES, Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico, 2013. pp. 160-163. Disponível em: <[http://portalines.ines.gov.br/ines\\_portal\\_novo/wp-content/uploads/2014/05/AnaisInes-29out13.pdf](http://portalines.ines.gov.br/ines_portal_novo/wp-content/uploads/2014/05/AnaisInes-29out13.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2015.

SANTOS, Lara Ferreira dos; GURGEL, Taís Margutti do Amaral. O instrutor surdo em uma escola inclusiva bilíngue. In: LODI, Ana Claudia; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Uma escola duas línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009. pp 51-64.

SOUZA, Saulo Xavier. **Tradução para a Língua brasileira de Sinais**: descrição de performances observadas no curso de Letras-Libras. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução. Florianópolis, 2010.

STONE, Christopher; WALKER, John; PARSONS Paul. **Professional recognition for Deaf interpreters in the UK** - Douglas McLean Publishing: Coleford, UK, 2012.

STONE, Christopher. [Toward a Deaf Translation Norm](http://gupress.gallaudet.edu/bookpage/TDTNbookpage.html). Gallaudet University press, Washington. 2009. Disponível em: <<http://gupress.gallaudet.edu/bookpage/TDTNbookpage.html>>. Acesso em: 24 mai. 2015

# 3

## Intérprete educacional de língua de sinais para surdos: publicações internacionais em foco – 2010 a 2015

**Aline Vanessa Poltronieri Gessner**  
**Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**

### **Introdução**

Com a aprovação da Lei nº 10.436/02 – Lei de Libras – que reconhece o status linguístico da Língua Brasileira de Sinais – Libras, que assegura esta língua como meio de comunicação e expressão da pessoa surda, tanto para o acesso a educação como para qualquer outro tipo de serviço público. Quadros (2004) esclarece que a linguística reconhece as línguas de sinais como línguas naturais, ou seja, como um sistema

estruturado, completo, e complexo, defende não ser um transtorno de linguagem ou problema da pessoa com surdez. A aprovação da lei possibilitou, e até hoje possibilita, a difusão desta língua, onde dispõe em seu artigo 4º a inclusão da Libras nos cursos na área da educação e fonoaudiologia.

De mesma forma, em 22 de dezembro de 2005 é sancionado o decreto 5.626 que regulamenta a Lei 10.436/02 e garante a presença do intérprete educacional no ambiente escolar, de forma a mediar a comunicação entre os participantes deste contexto, para que os surdos tenham acesso a uma educação em Libras. Esta lei possibilitou uma crescente atuação no espaço de trabalho de interpretação educacional e conseqüentemente ampliou este como campo de pesquisas, embora a atuação na esfera educacional anteceda a data da lei (LACERDA, 2011).

As produções acadêmicas são de suma importância para a disseminação de conhecimentos, contribuindo para o avanço e desenvolvimento da sociedade em geral. Deste modo, os campos que envolvem estudos da tradução e interpretação de línguas são agraciados com pesquisas que surgem em diferentes países objetivando a divulgação de práticas que levem a reflexão.

Com base no levantamento de pesquisas internacionais, desenvolvido por Albres e Lacerda (2013), pretendemos dar continuidade ao estudo bibliométrico das publicações internacionais que abordem o intérprete educacional. Levantamos sete revistas que abrangem áreas distintas, a saber: área da educação, área da linguística e área da interpretação e tradução de Língua de Sinais. As referidas autoras delimitaram os anos de 1990 a 2010 em sua pesquisa.

Percebe-se a necessidade de dar continuidade ao levantamento até o presente começo de década. Faz-se importante compilar e sistematizar

estas publicações recentes a fim de contribuir com novos pesquisadores. Este artigo corrobora com as novas pesquisas considerando que serve de fonte para construção de revisão de literatura de novas investigações com o tema interpretação educacional.

Pensando nisso, pretende-se elucidar sobre quais são os estudos publicados entre 2010 e 2015 sobre o intérprete educacional em periódicos internacionais, qual a questão que é tratada e por quais autores foram elaborados. A principal questão é: Quais são as pesquisas publicadas entre 2010 e 2015 sobre intérprete educacional em periódicos internacionais? De mesmo modo, busca-se ponderar e discutir os resultados com o cenário brasileiro.

### **Referencial teórico campo de estudos e capital cultural**

O nível de produção do conhecimento científico internacional sobre as Línguas de Sinais inspira a construção deste material. Pesquisas consolidadas e difundidas com o reconhecimento e status de língua que levam as Línguas de Sinais de países estrangeiros como a Língua de Sinais Americana (*American Sign Language - ASL*) dentre outras, pode contribuir consideravelmente com o nosso conhecimento sobre aspectos que envolvem a esfera de interpretação educacional. Vale destacar que a construção e publicação destes materiais antecedem a atuação e pesquisas em âmbito nacional. Poderiam servir de base para as pesquisas brasileiras, respaldando-as de forma teórica, metodológica e prática.

Neste sentido, Pereira (2010) relata que os estudos sobre a Língua de Sinais estadunidense - ASL originam-se em 1960, inicialmente comprovando o estatuto linguístico e o reconhecimento como um novo campo para estudos. Quanto à Língua Brasileira de Sinais - Libras, as

primeiras publicações datam por meados de 1980, atentado para os primeiros trabalhos sobre tradução e interpretação publicados em 1995 e 1999, respectivamente.

São aproximadamente vinte anos de disparidade na construção de conhecimento entre os dois países. Isso nos leva a justificar o porquê de nossas referências serem predominantemente americanas, em decorrência da produção nacional tardia, que os últimos anos vêm se expandindo e ocupando o reconhecimento nacional e internacional.

Por se tratar de uma sequência de pesquisa, originalmente proposta por Albres e Lacerda (2013), que realizaram o levantamento das revistas internacionais que abordam sobre a Língua de Sinais entre os anos de 1990 a 2010. Delimitando-se a temática dos artigos sobre Intérprete de Língua de Sinais (ILS) e o Intérprete Educacional (IE), mais especificamente, ao IE, objetivando-se encontrar nos estudos de autores brasileiros o uso de pesquisas estrangeiras. As autoras relatam que das 1.475 publicações presentes nas sete revistas, 49 abordaram pesquisas sobre ILS atuando em diferentes áreas e 20 trataram sobre o IE. Ao comparar as referências bibliográficas nos trabalhos nacionais, as autoras constatarem que a utilização destes artigos é mínima, principalmente, os que se referem ao IE, se comparadas com livros ou capítulos de livros disponíveis nas publicações internacionais.

Destacamos a seguir alguns pesquisadores que fizeram uso do mesmo modo de levantamento de dados para os seus estudos. Embora os lócus de seus trabalhos contemplem a produção nacional de teses e dissertações, que englobam a tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Em seu trabalho, Pereira (2010) buscou por dissertações e teses que abordassem sobre a Interpretação de Língua de Sinais no Brasil,

limitando-se aos estudos conclusos até o início do segundo semestre do ano de 2009. A coleta se deu em bases de dados de acesso público, a saber, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Plataforma Lattes; acervos particulares e também na lista de discussão de intérpretes BrasILS. Das pesquisas foram encontradas 16 dissertações em distintos programas de pós-graduação como na área da Educação, Linguística Aplicada, Linguística, Educação Especial, Semiologia e Ciência da Linguagem. Da mesma forma, as três teses localizadas pertencem aos seguintes programas: Letras Vernáculas, Educação e em Educação Escolar. Onde registra também as dissertações e tese em andamento vislumbrando as áreas em que estão inseridos e a evolução do segmento. Conclui sobre o levantando analisado que as pesquisas são recentes com pouco mais de uma década e incipientes que possuem indícios de fortalecimento na área, nos leva a observar sobre os motivos pelos quais as Instituições de Ensino Superior concentram suas investigações.

Com uma abordagem metodológica semelhante, a autora Santos (2013) analisa dissertações e teses no período de 1990 a 2010 que contemplem o tema Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais. As pesquisas foram retiradas do Banco de Teses e Dissertações da Capes, com o intuito de visibilizar as referências teóricas nacionais. Por abordar duas áreas distintas, a pesquisadora separa as produções sobre Interpretação das produções sobre Tradução. Referente à Interpretação, encontrou três teses defendidas nas seguintes áreas: Educação e Educação Escolar; das dissertações, 25 foram produzidas nas áreas de: Educação, Linguística Aplicada, Linguística, Ciências da Linguagem, Estudos da Tradução e Literatura. Quanto ao tema de Tradução foi localizada uma tese, na área de Letras Vernáculas; e quatro dissertações, nos programas de Letras e Estudos da Tradução.

Como podemos observar, as autoras se delimitam na coleta de materiais produzidos em programas de pós-graduação de mestrado e doutorado filiadas as mais diversas áreas de estudo. Cabendo a discussão sobre a forma de veiculação da produção nacional, Santos (2013) afirma que “a constatação sobre a falta de circulação dessas obras dentro dos referenciais teóricos da própria área ocasionou discursos pautados na escassez, na carência, na ausência de pesquisas sobre TILS.” (idem, p. 285).

A autora problematiza que existem várias publicações sobre a temática, infelizmente estes dados encontram-se dispersos em bancos de dados distintos e desunificados para disponibilização destes materiais, o que contribui para a desvalorização do que até então foi produzido. Isto nos leva a refletir sobre o que vem sendo elaborado no país e, de certa forma, apresenta limitações na difusão do conhecimento. Evidenciamos a preocupação de Pereira (2010) e Santos (2013) em ofertar as pesquisas nacionais de modo sistemático, para que sirva de base para a criação de novos estudos.

Cabe indicar o site português Porsinal<sup>7</sup> que reúne notícias, reportagens, entrevistas, pesquisas, dentre outros, que tratam sobre as línguas de sinais e/ou surdez. Materiais hospedados em um único lugar proporciona certa comodidade na busca aos interessados na temática. Uma compilação de estudos organizados pelas mais distintas áreas como: acessibilidade, educação, linguística, psicologia, e afins. Elaborados por autores de diferentes nacionalidades, inclusive por brasileiros visibilizados de forma significativa na Europa. Vale ressaltar que as pesquisas produzidas no Brasil, não somente circulam no espaço

---

<sup>7</sup> Endereço eletrônico Porsinal<porsinal.pt>.



européu, mas expandem-se de forma semelhante em todo o território internacional, mais especificamente no americano.

Em 1980 foi fundada a Gallaudet University Press<sup>8</sup>, uma iniciativa da Universidade Gallaudet, que publica livros e outros trabalhos com intuito de difundir conhecimentos na forma impressa ou eletrônica referentes à surdez, deficiência auditiva, sua língua, sua comunidade, sua história e educação. Com mais de 250 títulos lançados ao longo de três décadas, tornando-se uma editora renomada na área.

Desde então, existe uma gama de literatura empregando a temática, inclusive o livro *“Signed Language Interpreting in Brazil”* que exemplifica a legitimidade do conhecimento elaborado nacionalmente. Editado pelos organizadores Ronice M. Quadros, professora linguista da Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil juntamente com Earl Fleetwood, intérprete em Washington – DC; e Melanie Metzger, professora e chefe do Departamento de Interpretação da Universidade Gallaudet, em Washington – DC. Reúnem em seis capítulos dez pesquisadores, em sua maioria mestres e doutores pela UFSC que discorrem sobre a interpretação da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Em decorrência desses estudos se concentrarem principalmente na UFSC, a universidade evidencia-se como referência na formação de parte considerável de pesquisadores sobre língua de sinais, mais especificamente a Libras. A Instituição que oferta cursos em nível de graduação presencial e a distância em Letras – Língua Brasileira de Sinais, além da pós-graduação presente nos programas de Educação, Estudos da Tradução, Linguística, Literatura, dentre outras possibilidades. Entretanto, cabe salientar que nas principais regiões do

---

<sup>8</sup> Endereço eletrônico Gallaudet University Express < <http://gupress.gallaudet.edu/> >

país em diferentes instituições de ensino existem estudos sobre o assunto em questão.

Sob esse olhar, concebe-se, em âmbito nacional, a realização de um “capital cultural”, nas palavras do autor,

A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o “sucesso escolar”, [...] à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe (BOURDIEU, 2007, p. 73).

Diante do exposto, entende-se por capital cultural todo e qualquer tipo de conhecimento que pode ser transmitido ao outro, seja pela família, escola, sociedade e constitui no outro saberes múltiplos contribuindo para “sucesso escolar”. Neste caso, a maneira como se distribui do capital cultural ocasiona a desigualdade de desempenho ou o sucesso estudantil. Acadêmicos de todo o país buscam em uma pequena parcela de universidade pública a possibilidade de estudar e fazer pesquisa sobre a Libras e a tradução ou interpretação. Todavia, são escassos os programas de pós-graduação com orientadores inclinados para este tema ou que tenham linhas de pesquisas para o aprofundamento em estudos da tradução e educação quando de pesquisas que abordem o ‘interprete educacional’.

Conforme Nogueira (2010), o conceito foi elaborado por Bourdieu em meados de 1960, se constitui como uma das ferramentas de categorização e análise mais respeitada e aplicada no campo educacional contemporâneo.

Deste modo, nossa proposta se fundamenta no sociólogo francês Pierre Bourdieu que aborda as formas do “capital cultural”. Sobre este conceito, Nogueira (2010) ilustra, baseado em Marx, o uso do termo

“capital” e Bourdieu une o atributo “cultural” para explicitar sobre a realidade social (que diz respeito ao material), ao que importa a semelhança em produzir, distribuir e consumir bens rentáveis a originar lucros simbólicos aos detentores. O Capital Cultural existente sob três formas: no *estado incorporado*, no *estado objetivado* e no *estado institucionalizado*. Utilizados como base para a discussão proposta inicialmente neste artigo.

- O *estado incorporado* infere diretamente no ser pessoal, a seu corpo em particular presumindo a sua incorporação. Depende única e exclusivamente do sujeito, sua disposição, interesse e tempo para assimilar e então acumular. “O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”, [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 74-75). Por estar inerente ao indivíduo, a sua singularidade biológica, não propicia a transferência imediata como um bem durável possível de ser doado ou comprado. Pelo contrário, a aquisição pode se dar de maneira imperceptível, geralmente repassada hereditariamente constituindo-o desde a acumulação é o perecer do sujeito.
- O *estado objetivado* caracteriza-se na disposição de bens culturais que “[...] podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural.” (BOURDIEU, 2007, p. 77). Os bens como maquinários, livros, obras de arte e todo tipo de objetos transferíveis materialmente, é essencial ter capital econômico para possuí-los. Para fazer uso ou desfrutar destes bens, conforme suas finalidades é necessário dispor das atribuições ou apreço simbólico específicos de cada um, ou seja, deter pessoalmente o capital cultural no *estado incorporado* vinculado aos mesmos.
- O *estado institucionalizado* indica-se através da obtenção de títulos emitidos por instituições, que legitima as aptidões culturais auferidas pelo indivíduo. Reconhece o diploma como “[...] certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 78). Valor este estabelecido pela sociedade em determinado período histórico.

Por esse caminho, Nogueira (2010) esclarece ainda que estes “estados culturais” são únicos e retratam o que é característico a um grupo (classe) social que se impõe e é assegurado por todos, conteúdo aspecto fictício de universal. O que permite refletir a respeito do capital

cultural efetuado em todo o território nacional, o qual foi reportado nas pesquisas que abrangem a Língua de Sinais. Nossas pesquisas são publicadas no exterior de forma tímida contendo um número pequeno de estudos brasileiros veiculados, o que, conseqüentemente, reflete uma imagem de país pouco produtor de conhecimento ou de capital cultural. O que não é legítimo conforme discutimos acima sobre Santos (2013).

## **Metodologia da pesquisa**

Descreveremos os caminhos percorridos neste estudo por meio de uma abordagem qualitativa onde “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 31) No qual se pretendeu discutir acerca da produção de conhecimento referente ao IE. Embora se faça necessária a utilização da abordagem quantitativa para evidenciarmos o número de publicações inerentes a delimitação do nosso estudo. “A quantidade e a qualidade estão unidas e são interdependentes [...] a qualidade de um objeto não muda por uma simples mudança da quantidade [...] Mas a mudança de qualidade depende, em determinado momento, da mudança de quantidade.” (TRIVIFIOS, 1987, p. 67).

Justificamos este trabalho como de natureza aplicada. Gil (2002) a distingue como disposição prática, com o intuito de aprender intencionando a realização de algo por meio mais eficiente. A proposta descrita se enquadra a classificação para fins exploratórios. “Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.” (GIL, 2002, p. 41). Pretendemos colaborar na divulgação dos artigos internacionais, para que possamos

incentivar o pensamento científico nacional referente ao assunto em questão.

Partindo dessas considerações, nosso escopo contempla revistas acadêmicas com os seguintes temas publicados: educação de surdos, língua de sinais, interpretação em língua de sinais. Para tal princípio, adotamos o procedimento técnico de levantamento bibliométrico que “é utilizado em pesquisas nas diversas áreas do conhecimento para a obtenção de indicadores de ciência e envolve a aplicação de conhecimentos que ultrapassam as habilidades em somente aplicar o método.” (INNOCENTINI, et. al., 2005, p. 18).

Desde, então, existe uma série de trabalhos que empregam este procedimento para ofertar aos seus respectivos campos de conhecimento os indicadores de capital cultural e efetivá-los para além da teoria e da prática. Sob outra perspectiva, Vanti (2002) considera que o método possibilita revelar a construção e a efetividade do capital científico, fundamentado na divulgação e disseminação, bem como sua utilidade nos estudos da área interessada.

Dando continuidade a proposta de Albres e Lacerda (2013), direcionamos o mapeamento para o período de 2010 a 2015, até o mês de maio. As autoras elegeram periódicos científicos com a temática acima mencionada, ofertados em bases de dados públicas (Portal de Periódicos CAPES) que oferecessem publicamente pelo menos seus resumos. Na sequência, foram apresentados periódicos apurados contendo a imagem da capa, o ano de fundação, o nome e o endereço eletrônico em que se encontram.



Desde 1847  
American annals of the deaf  
<http://gupress.gallaudet.edu/annals/>



Desde 1972  
Sign Language Studies  
<http://gupress.gallaudet.edu/SLs.html>



Desde 1996  
Journal of Deaf Studies and Deaf Education  
<http://jdsde.oxfordjournals.org/>



Desde 1998  
Sign Language & Linguistics  
[http://www.benjamins.com/cgi-bin/t\\_seriesview.cgi?series=SL%26L](http://www.benjamins.com/cgi-bin/t_seriesview.cgi?series=SL%26L)



Desde 1999  
Deafness & Education International  
<http://maney.co.uk/index.php/journals/dei/>



Desde 2007  
Parou de ser publicado em 2010  
The Sign language translator and interpreter  
[www.stjerome.co.uk/tsa/journal/3/](http://www.stjerome.co.uk/tsa/journal/3/)



Desde 2009  
International Journal of Interpreter Education (IJIE)  
<http://www.cit-asl.org/journal.htm>

Fonte: Albres e Lacerda (2013)

Com o auxílio da internet, acessamos cada uma das bases de dados para encontrar as edições pertencentes ao período de 2010 a 2015. Nossa busca inicial se deu pelos títulos dos artigos e, em sequência, pelos resumos dos títulos selecionados que contemplassem as palavras: intérprete educacional (*educational interpreting*) e/ou intérprete de língua de sinais (*sign language interpreting*).

Para registro da coleta dos dados, organizamos uma tabela onde pudéssemos anotar o nome da revista, endereço eletrônico, contemplando as informações sobre o ano de publicação, edição e volume, juntamente com seus respectivos títulos dos artigos e nome dos

autores. Separando-os na língua original da revista e a sua tradução<sup>9</sup> para o português, este processo foi adotado para cada revista conforme apresentamos na tabela 1.

Cabe ressaltar que por motivos de espaço escolhemos apenas um volume de uma edição de uma das revistas para ilustrar o procedimento metodológico. Dos artigos presentes, nesta revista, realizamos um recorte que incluísse os textos selecionados para triagem (tabela 1).

Journal of Deaf Studies and Deaf Education	<a href="http://jdsde.oxfordjournals.org/content/by/year">http://jdsde.oxfordjournals.org/content/by/year</a> acesso: 30/04/15
Volume 17 Issue1 Winter 2012	Volume 17 Edição1 Inverno 2012
Lynn Finton Deaf Translation: A New Frontier	Lynn Finton Tradução Surda: A Nova Fronteira
Susan Rose The A's Have It: Assessment, Accountability, Accommodation, Alternatives, and Advocacy!	Susan Rose Tendo: Avaliação, Responsabilidade, Acomodação, alternativas, e julgamento ou apoio!
Kelly K. Metz Applying an Ethical Framework to Educational Decision Making	Kelly K. Metz Aplicando um quadro ético para a tomada de decisões para a Educação
Kim B. Kurz An American Sign Language Dictionary Based on the Shape of Hands: A Useful Reference Book	Kim B. Kurz Um Dicionário de Língua Americana de sinais com base na forma das Mãos: Um livro de referência útil

Tabela 1: Levantamento geral das revistas

A partir desta primeira sistematização e visualização de todos os artigos, destacamos os que se referiam ao intérprete educacional (*educational interpreting*) grifando-o em azul e/ou intérprete de língua de sinais (*sign language interpreting*) grifando-os em amarelo. Os trabalhos que tratam sobre ILS ou IE de forma marginal ou, somente indicando a necessidade deste profissional no âmbito educacional com

<sup>9</sup> Em um primeiro momento trabalhamos com a tradução automática disponível nos sites. Todavia, na continuidade da análise, a partir da leitura dos resumos, buscamos uma tradução pelo sentido, adequando os títulos dos artigos aos modos de dizer em português.

foco principal em educação de surdos ou professores, foram desconsiderados do repertório analisado.

Desta forma, desenvolvemos outra tabela com os dados gerais anteriormente citados, mais o resumo completo dos artigos apurados trabalhando na tradução para português do texto, como segue na tabela 2.

Journal of Deaf Studies and Deaf Education	<a href="http://jdsde.oxfordjournals.org/content/by/year">http://jdsde.oxfordjournals.org/content/by/year</a> acesso: 30/04/15
Volume 17 Issue1 Winter 2012	Volume 17 Edição1 Inverno 2012
<p>Applying an Ethical Framework to Educational Decision Making  <b>Kelly K. Metz</b>            The aim of the authors is to encourage multidisciplinary teams having the responsibility of making decisions with far reaching impact on the lives of children who are deaf or hard of hearing (D/HH) to do so within an ethical decision-making process that considers not what is "right or wrong," but what is most beneficial for an individual in a given situation. Professionals are encouraged to examine personal biases and limitations to work cooperatively, drawing on multiple viewpoints and fields of expertise to make decisions in the best interest of students who are D/HH. This book did indeed cause me to consider my personal biases about education of D/HH students and even how those biases have changed over time.            [...]</p>	<p>Aplicando um quadro ético para a tomada de decisões para a Educação  <b>Kelly K. Metz</b>            O objetivo dos autores é incentivar equipes multidisciplinares com a responsabilidade de tomar decisões impactantes sobre a vida das crianças surdas ou com dificuldades de audição (D/HH) para fazê-lo de acordo com um processo de tomada de decisão ética que não considera o que é "certo ou errado", mas o que é mais benéfico para um indivíduo em uma dada situação. Os profissionais são incentivados a examinar preconceitos e limitações pessoais a fim de trabalhar cooperativamente, com base em múltiplos pontos de vista e áreas de especialização para tomar decisões no melhor interesse dos alunos que são D/HH. Este livro, de fato, me fez considerar os meus preconceitos pessoais sobre a educação de alunos D/HH e até mesmo como essas tendências mudaram ao longo do tempo.            [...]</p>

Organizamos os dados distinguindo os artigos que tratavam ao Intérprete de Língua de Sinais (ILS) e do Intérprete Educacional (IE). Apresentamos a quantidade por revista, conforme tabela 3 (presente na



análise), em seguida, efetivamos somente a disposição da temática do IE ordenado por revista e ano de veiculação, e por fim, da quantia de pesquisas expostos na tabela 4 (presente na análise).

Para o procedimento de análise, demos continuidade ao proposto por Albres e Lacerda (2013, p. 184) “na busca por apreender as relações destas produções com os contextos sociais envolvidos”. Desta forma, os conceitos de capital incorporado, capital objetivado e capital institucionalizado e sua acumulação de Bourdieu (2007) conduziram o processo de análise.

### **Pesquisa sobre intérprete educacional**

Os resultados aqui apresentados retratam os métodos adotados neste estudo. Utilizamos de uma abordagem quali/quantitativa para refletir e demonstrar em números a elaboração do conhecimento para suas devidas áreas. De natureza aplicada, com fins exploratórios, estabelecendo novos horizontes a serem investigados.

Por meio do procedimento bibliométrico, realizamos o levantamento dos artigos presentes em sete revistas acadêmicas internacionais. Mapeamos cada uma delas segmentando o ano de publicação, volume e edição com os seus respectivos trabalhos. Buscamos nos títulos seguidos pelos resumos as palavras: intérprete educacional (*educational interpreting*) e/ou intérprete de língua de sinais (*sign language interpreting*), os trabalhos contendo estes termos foram enquadrados em uma tabela distinguindo ILS e IE, a quantidade e suas respectivas revistas. Delimitamos em outra tabela somente os artigos pertencentes ao IE especificando a revista, a quantidade e o ano de publicação, o qual o presente estudo se restringe a investigar.

Conforme explicitado na metodologia, segue o levantamento geral das publicações averiguadas. Deste modo, dispomos os textos abrangentes ao ILS em diferentes contextos separado dos especificados ao IE como ilustra a tabela 3.

Tabela 3 Publicações sobre ILS e IE		
Revistas / Artigos ILS e IE	Artigos sobre ILS (várias áreas)	Artigos sobre IE
1- American annals of the deaf	1	1
2- Sign Language Studies	3	-
3- Journal of Deaf Studies and Deaf Education	7	1
4- Sign Language & Linguistics	-	-
5- Deafness & Education International	-	-
6- The Sign language translator and interpreter	Parou de publicar em 2010	Parou de publicar em 2010
7- International Journal of Interpreter Education	58*	10
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>12</b>

\* Quatro foram publicados repetidamente, dois nos volumes 4/2, 5/1, 5/2 e outros dois nos volumes 4/2 e 5/2, mas, mesmo assim, foram inclusos na contagem.

Tabela 3: Quantidade de artigos sobre ILS e IE

As revistas publicaram oitenta artigos sobre intérprete. Ao total, identificamos 69 artigos sobre ILS em diferentes contextos envolvidos (área médica, jurídica, conferência, linguística da língua de sinais e formação de ILS) e doze sobre intérprete educacional. Perante a impossibilidade de publicá-los neste artigo, visto que faz parte do escopo desta pesquisa, os disponibilizamos no seguinte link:

<http://interpretaremlibras.blogspot.com.br/2012/06/desde-1996-journal-of-deaf-studies-and.html>

Tais evidências são encontradas em onze textos sobre a interpretação educacional, confirmando assim a tese de Albres e Lacerda (2013) “o número de publicações sobre o IE é grande em comparação a cada uma das outras áreas de interpretação de língua de sinais indicando

que a atuação como IE se constitui como um campo importante.” (idem, p. 190).

Diante deste quadro, fez-se necessária a montagem de uma tabela restrita ao que esta investigação se propõe. Para este esquema, incluiu-se o período delimitado dos anos de 2010 a 2015 até o mês de maio, cuja intenção é quantificar as publicações ao ano, permanecendo assim o nome das revistas para facilitar a distinção como segue na tabela 4.

Tabela 4 Publicações sobre o IE						
Revistas /Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1- American annals of the deaf			1			
2- Sign Language Studies						
3- Journal of Deaf Studies and Deaf Education			1			
4- Sign Language & Linguistics						
5- Deafness & Education International						
6- The Sign language translator and Interpreter						
7- International Journal of Interpreter Education	3	3	2	1	1	

Tabela 4: Publicação de artigos sobre o IE por ano

A tabela 4 arremata o levantamento e a classificação dos dados apurados. Na sequência acima, observamos que o ano de 2012 se sobressai aos demais com a divulgação de quatro artigos, seguido do ano de 2010 com três, 2011 com dois e por último os anos de 2013 e 2014 com apenas um cada. Em 2015, até o mês de maio, somente uma revista disponibilizou a primeira edição do volume reservado para este ano, ao analisar o seu conteúdo não encontramos a temática aqui interessada.

Pode-se, assim dizer, que houve uma breve queda na produção científica sobre o tema em questão, desconhecendo os motivos que levaram a tal redução. O que nos impressiona é a demanda de 2012, porém não se sabe ao certo o que sucedeu no cenário internacional que justifique o resultado.

A seguir visualizaremos os dados gerados nesta investigação. A sequência dos trabalhos se dispõe pela ordem crescente dos anos, em consonância com a tabela 4 que os distribui de acordo com os periódicos e o período averiguado. Os artigos levantados sobre intérprete educacional são:

1. FITZMAURICE, Steve. **Teaching Goals of Interpreter Educators**. International Journal of Interpreter Education Volume 2 ~ November 2010.
2. PEARCE, Tamara; NAPIER, Jemina. **Mentoring: A Vital Learning Tool for Interpreters**. International Journal of Interpreter Education Volume 2 ~ November 2010,
3. ROUSH, Daniel R. Universal **Design in Technology Used in Interpreter Education**. International Journal of Interpreter Education Volume 2 ~ November 2010.
4. BONTEMPO, Karen; HUTCHINSON, Bethel. **Striving For an “A” Grade: A Case Study of Performance Management of Interpreters**. International Journal of Interpreter Education. Volume 3 ~ November 2011.
5. MADDEN, Maree. A Professional Development Initiative for Educational Interpreters in Queensland. **International Journal of Interpreter Education**. Volume 3 ~ November 2011.
6. CORNWALL, Fátima. Creating Your Own Interpreting Materials for Use in the Classroom. July 8, 2014. Volume 3 ~ November 2011.
7. BOWEN-BAILEY, Doug; SHAW, Sherry. Moving Interpreter Education Online: a Conversation with Sherry Shaw. **International Journal of Interpreter Education**. Volume 4(1) ~ May 2012.
8. COX, Tom R. Broadcast Yourself: Youtube as a Tool for Interpreter Education. **International Journal of Interpreter Education**. Volume 4(1) ~ May 2012.
9. METZ, Kelly K. **Applying an Ethical Framework to Educational Decision Making**. J. Deaf Stud. Deaf Educ. (Winter 2012) 17 (1): 136 doi:10.1093/deafed/enr045
10. WOLBERS, Kimberly A.; DIMLING, Lisa M.; LAWSON, Heather R.; & GOLOS, Debbie B. **“Parallel and Divergent Interpreting in an Elementary School Classroom”** .American Annals of the Deaf. Volume 157, nº 1, 2012, 48 – 65.

11. NAPIER, Jemina; SONG, Zhongwei; YE, Shiyi. Innovative and Collaborative Use of Ipads in Interpreter Education. **International Journal of Interpreter Education**. Volume 5(2) ~ November 2013.
12. MO, Yongjun; HALE, Sandra. Translation and Interpreting Education and Training: Student Voices. **International Journal of Interpreter Education**. Volume 6(1) ~ May 2014.

Tal listagem nos instiga a observarmos os autores citados. Constatamos a repetição unicamente da autora Jemina Napier, que aparece em dois trabalhos (número 2 e 10) ambos com coautoria e anos diferentes, o que remete a abordagens distintas sobre o mesmo eixo IE. Pensando nisso, comparamos nossa listagem com a do trabalho anterior de Albres e Lacerda (2013), objetivando verificar se existe repetição dos autores.

Ao confrontar as listagens, reaparecem os nomes de Daniel R. Roush, Jemina Napier, Karen Bontempo, Steve Fitzmaurice e Tamara Pearce. Ressaltamos que os trabalhos de Tamara Pearce com coautoria de Jemina Napier, Steve Fitzmaurice e Daniel R. Roush, todos de 2010, constam em ambos os levantamentos. Deste modo, a autora Jemina Napier se destaca com a contribuição de seis textos, sendo dois sobre IE e quatro sobre ILS, além dos aqui citados. De Karen Bontempo, encontramos apenas um texto com coautoria de Jemina Napier que discute sobre ILS.

Esta multiplicidade de publicações pertencentes direta ou indiretamente a Jemina Napier revela sua importância enquanto produtora de capital cultural sobre o ILS para essas áreas (intérprete de língua de sinais e, principalmente, intérprete educacional). Professora e pesquisadora na área de comunicação intercultural com abrangência em: 1) linguagem e comunicação em contextos mediados por ILS; 2) utilização da língua de sinais por surdos e os desafios apresentados aos

ILS e 3) interpretação pedagógica. Estes campos de investigação a levam ao reconhecimento, que se confirma por meio da revista *International Journal of Interpreter Education*, na qual Jemina faz parte do conselho editorial, o que justifica a repetição de sua participação publicada na mesma revista, conforme nossa listagem. Embora nos dados de Albres e Lacerda (2013) demonstrem seus estudos publicados em outras revistas dentre as sete aqui dispostas.

Esses esclarecimentos dão ensejo ao que pretendemos concatenar sobre o capital cultural, bem como seus estados defendidos por Bourdieu com as publicações internacionais reveladas no período de 2010 a 2015 sobre a interpretação educacional. O que pretendemos expor de maneira reflexiva é o aproveitamento dessas pesquisas, quanto a sua incorporação pelos profissionais ou aspirantes à profissão; a sua forma de capital objetivado; e a sua institucionalização enquanto conhecimento científico. Desta forma, organizamos a seguir nossas reflexões nas seguintes categorias: a) capital incorporado, b) capital objetivado, e c) capital institucionalizado.

#### a) Capital cultural – Estado incorporado

Para acessar os conteúdos internacionais, o conhecimento (incorporação) da língua inglesa é um requisito. Requisito relevante para compreensão adequada das informações dispostas, o que nem sempre ocorre quando se é dependente das traduções automáticas.

Sob o formato de entrevista, relatos de experiência e pesquisas, os onze trabalhos descrevem conhecimentos que retratam, de modo geral, fatores que perpassam a interpretação voltada à área educacional. Um dos assuntos com mais contribuições refere-se à formação do

profissional, com pesquisas visando contribuir neste processo, como também para o aperfeiçoamento da atuação. Podemos afirmar que este tema é amplamente discutido no Brasil, com os seguintes autores, Quadros (2004), Martins (2009), Rodrigues (2010), Lacerda (2010, 2011), Albres (2010, 2011, 2014) e entre outros.

Há grande preocupação com a formação dos intérpretes, embora esta discussão já venha de longa data, ainda não se chegou a um consenso onde a própria legislação se contrapõe. O decreto nº 5.626/05 no capítulo V – Da Formação do Tradutor Intérprete de Libras (TILS) que explana em seu artigo nº 17 “[...] deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa” (BRASIL, 2005).

Em decorrência deste decreto, iniciou-se em 2008 o curso de graduação (bacharelado) para tradutores e intérpretes de Libras – Português organizado pelo MEC e pela UFSC em parceria com as Universidades Federais na modalidade de Ensino a Distância (EaD). Onde atualmente oferta-se este curso tanto na modalidade EaD quanto presencial, organizado pelas instituições mencionadas. Apesar de anteriormente já existir alguns poucos cursos em nível de especialização, em 2005 o curso sequencial para formação na UNIMEP/SP e também curso tecnológico na Universidade Estácio de Sá/RJ. (LACERDA, 2011).

Continuando a discussão sobre o decreto, o artigo nº 18 dispõe que nos dez anos seguintes da publicação a formação do TILS em nível médio deve realizar-se em cursos de educação profissional, de extensão universitária e cursos de formação continuada. Estas recomendações reaparecem na Lei nº 12.319/10 que regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS no artigo 4º, onde em nenhum momento comenta-se sobre a

formação em nível superior, o que contradiz os artigos nº 17 e 19 do decreto.

Outro ponto representativo no decreto, explica Lacerda (2011), que esse expõe a necessidade da formação em nível superior, mas não retrata o vínculo ou modalidade do curso a ser estabelecida.

No entanto, os artigos encontrados também discutem a atuação sob duas formas: uma avaliando a interpretação dos conteúdos ministrados, e outra do IE como garantia a inclusão do aluno com surdez. Revelamos por meio dos autores Quadros (2004), Leite (2004), Albres (2006), Tuxi (2009) e entre outros, a incorporação da temática nas pesquisas brasileiras.

Estudos semelhantes sobre a avaliação da interpretação do IE no Brasil, relatado por Quadros (2004) foram realizados pela autora em 2001, cujo objetivo era encontrar os tipos de problema na interpretação da língua fonte (português) para língua alvo (Libras). Dos problemas encontrados, a autora destaca que “a necessidade de profissionalização do intérprete de língua de sinais através de formação e qualificação é urgente” (QUADROS, 2004, p. 71). Apesar de a pesquisa ter ocorrido a mais de uma década, percebemos as mesmas constatações para a formação profissional.

Quanto à inclusão do aluno por meio do IE, “é por meio deste profissional que o aluno surdo tem acesso às trocas, às interações e à língua utilizada na classe inclusiva bilíngue” (TUXI, 2009, p. 98). Neste sentido, a autora comenta que geralmente tem-se a visão de um mediador ou um professor especialista inserido nas salas de aula inclusivas, não se sabe ao certo qual a função ele desempenha.

Além do descrito acima, identificamos entre os onze artigos, estudos sobre a utilização da tecnologia a serviço do IE, que se referem ao



seu uso, benefícios e desafios enfrentados desde ambientes de ensino online, site como ferramenta de trabalho e aparelhos eletrônicos. Encontramos poucas investigações nacionais sobre a temática, ainda de modo secundário, como Oliveira e Stumpf (2013) que descrevem a elaboração de um glossário de sinais acadêmicos no ambiente virtual para o curso de Letras – Libras EaD, de forma semelhante Oliveira e Weininger (2013) ilustram sucintamente a utilização da tecnologia na organização de glossários.

O avanço da tecnologia colabora de forma significativa, seja para o registro, a comunicação ou a instrução de alunos, professores, intérpretes. Tais recursos “permitem a produção e o compartilhamento de textos em língua de sinais através de ferramentas digitais online” (OLIVEIRA e WEININGER, 2013, p. 146). Salientamos que este campo por ser de extrema importância ainda carece de explorações para o auxílio na prática do IE.

#### b) Capital cultural – Estado objetivado

A materialização do capital cultural ocorre em enciclopédias, livros, revistas científicas, como instrumentos concretos, possibilitando a incorporação do capital cultural a ser transmitida. Os periódicos internacionais em formato digital são comercializados, logo, para adquiri-los, é necessário possuir capital financeiro. Distante desta visão, a maioria das revistas eletrônicas brasileiras pode ser adquirida em formato eletrônico gratuitamente, bem como acessadas para consultas.

Podemos afirmar também que, doze estudos publicados ainda estão distantes do espaço acadêmico brasileiro por se tratar de publicações em língua estrangeira aqui delimitada ao inglês, idioma

pouco presente no contexto social de grande parte da população brasileira. No meio acadêmico, tal realidade se repete conforme apontado por Albres e Lacerda (2013) apud Rodrigues e Rezende (2010) “o conhecimento linguístico tem papel relevante na consulta e na exploração de textos em língua estrangeira, pois sabe-se que muitos pesquisadores possuem domínio parcial de outro idioma como o aqui citado o inglês, restringindo as literaturas pesquisadas”.

Neste sentido, o Ministério da Educação (MEC) desenvolve iniciativas que fomentam o estudo de idiomas. Destacamos três programas ofertados aos estudantes brasileiros de forma gratuita, conforme detalhamento a seguir:

Idiomas sem Fronteira (IsF): elaborado com o propósito de oferecer acesso por meio do programa Ciências sem Fronteiras ou outros programas de mobilidade estudantil a instituições universitárias de outros países onde o ensino é efetivado por meio de línguas estrangeiras. As ações também são realizadas nas comunidades acadêmicas brasileiras que recebem professores e alunos estrangeiros. Ofertam cursos nas modalidades a distância e presencial e a aplicação testes de proficiência, trabalhando o processo de ensino e aprendizagem das línguas inglesa (2012) e francesa (2013);

Inglês sem Fronteiras (IsF): incentiva o aprendizado do inglês e a modificação do ensino de idiomas estrangeiros nas universidades do país de forma ampla e estruturada. Com intuito de oferecer bolsas de estudo do Programa Ciências sem Fronteiras, o aprimoramento do idioma inglês de forma rápida e eficiente para discentes de graduação e pós-graduação de instituições públicas e privadas que visem os intercâmbios ofertados (2012);

*My English Online*: curso do Programa Inglês sem Fronteiras para alunos de graduação e pós-graduação das instituições públicas e privadas de ensino superior brasileira. O curso segue o modelo da ferramenta de ensino de idiomas MyELT, que proporciona aos participantes estudo da língua inglesa em qualquer lugar e horário, e contém cinco níveis de aprendizagem (iniciante, básico, pré-intermediário, Intermediário e Avançado) precedido por um teste de avaliação que indicará o nível que o aluno deve começar o curso.

### c) Capital cultural – Estado institucionalizado

Retrata a utilização do capital cultural pelas instituições.

Verificamos que o Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras – Libras da UFSC apresentam ementas e bibliografias que fundamentam as disciplinas, nas quais integram seu currículo. Constatamos, também, que as pesquisas levantadas neste trabalho não são citadas nas ementas e bibliografias disponibilizadas.

Nesse sentido, encontramos em sete ementas do curso Letras – Libras da UFSC bibliografias estrangeiras, sendo que nenhuma delas é dos autores aqui citados. O emprego destes referenciais teóricos contribui para as disciplinas dos cursos de licenciatura e bacharelado, em que apenas uma é ministrada para ambos: Fundamentos da Tradução e Interpretação. No curso de licenciatura, outras duas disciplinas contemplam tal literatura que são: Ensino de Libras como L2 I e II. Para o curso de bacharelado, a literatura estrangeira (em língua inglesa) está presente em quatro disciplinas: Estudos da Interpretação I e II onde toda a bibliografia é estrangeira e as disciplinas de Prática de Tradução I e II.

Por meio destas informações, nota-se significativa produção de conhecimento científico em âmbito internacional, principalmente sobre a área da interpretação. Ao observarmos os periódicos investigados, dois deles dedicam-se a publicações especificamente desta temática, o que oportuniza a visibilidade de novos estudos ao alcance dos interessados na área. A construção deste capital cultural é incipiente, o que conseqüentemente ilustra a carência nacional para a temática.

### **Observações finais**

Em linhas gerais, o levantamento realizado neste trabalho demonstra aspectos relevantes sobre os estudos com a temática intérprete educacional. De acordo com as pesquisas, concluímos que a temática mencionada demanda permanente reflexão, visto que os ambientes educacionais estão em constante transformação, que vão desde os recursos tecnológicos, que contribuem na aprendizagem, até os aspectos de relacionamento entre os sujeitos presentes neste espaço, sejam professores, funcionários, alunos e, até mesmo, a comunidade em geral.

Identificamos tal perspectiva no cenário brasileiro com relação à formação do IE, sua conduta no ambiente de ensino, levando em conta os aspectos de domínio linguístico, postura profissional perante o ambiente inclusivo. Assuntos estes abordados por um número significativo de autores.

Com relação às tecnologias como ferramentas de apoio ou como instrumento de trabalho, podemos afirmar ser um tema em desenvolvimento não só para o IE, como também para setor da educação, pois se sabe que o acesso à tecnologia no Brasil não está ao alcance de

toda a população de forma igualitária. Tais reflexões permitem concluir que o capital cultural estrangeiro encontra-se em um patamar superior e, conseqüentemente, sendo incorporado, não em sua plenitude, no capital cultural brasileiro. O acesso desses materiais é considerado falho, pois não são disponibilizados em bens materiais (livros, revistas), bem como são disponibilizados em língua estrangeira, dificultando assim o acesso. Mesmo existindo programas de auxílio à aprendizagem de uma língua estrangeira, estes ainda não dão conta da demanda.

Da institucionalização do capital cultural, percebe-se o quanto a literatura estrangeira permeia a bibliografia, mas evidencia o quanto somos também produtores de capital cultural.

A partir dos dados analisados, faz-se necessário apontar aspectos relevantes, objetivando uma reflexão mais profunda sobre as investigações levantadas referentes à disponibilização as pesquisas e aplicação no território brasileiro. Nossa averiguação restringiu-se apenas ao curso de Letras – Libras e seu entorno como as produções efetivadas na UFSC. Deixando a margem outras instituições que também elaboram e contribuem na construção do capital cultural nacional. Deste modo, os dados aqui compilados servem de base para novas pesquisas sobre o IE.

## **Referências**

ALBRES, Neiva de Aquino. Interpretação da/para Libras no Ensino Superior: apontando desafios da inclusão. **V Simpósio Multidisciplinar - UNIFAI**. São Paulo. 23 a 27 de outubro de 2006.

ALBRES, Neiva de Aquino. Processos de produção e legitimação de saberes para o currículo de pós em Libras na formação de intérpretes. Para uma especialização? In: **Anais do Congresso de Tradutores intérpretes de Língua de sinais**. Eixo temático: Formação de intérpretes de língua de sinais – UFSC. 25 a 27 de novembro de 2010.

\_\_\_\_\_. A formação de intérpretes de Libras para um serviço da educação especial. O que os currículos de cursos de especialização em Libras têm a revelar? In: **VI Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial e VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Londrina: Editora UEL, 2011.

ALBRES, Neiva Aquino; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. Interpretação educacional como campo de pesquisa: estudo bibliométrico de publicações internacionais e suas marcas no campo nacional. **Cadernos de Tradução**, v. 1, n. 31, p. 179-204, 2013.

ALBRES, Neiva de Aquino; NASCIMENTO, Marcus Vinicius Batista . Currículo, ensino e didática em questão: dimensões da formação de tradutores/intérpretes de língua de sinais. **Caderno de Letras (UFPEL)**, v. 2, p. 221-243, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, Ed 9. 2007, p. 71-79.

BRASIL. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dez. 2000.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.

BRASIL. **Lei Nº 12.319**, de 1 de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Idiomas sem Fronteiras. 2012**. Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun. 15.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **My English Online**. Disponível em: <<http://www.myenglishonline.com.br/>>. Acesso em: 16 jun. 15.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Inglês sem Fronteiras. 2012**. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/ingles-sem-fronteiras>>. Acesso em: 16 jun. 15.

GALLAUDET UNIVERSITY PRESS. **Signed Language Interpreting in Brazil. 2012**. Disponível em: <<http://www.bibliovault.org/BV.book.epl?ISBN=9781563685439>>. Acesso em: 09 abr. 15.

GALLAUDET UNIVERSITY PRESS. **Signed Language Interpreting in Brazil**. Disponível em: <<http://gupress.gallaudet.edu/excerpts/SLIBtoc.html>>. Acesso em: 09 abr. 15.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.

GIL, Antonio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa**- 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

HERIOT WATT UNIVERSITY. **Jemina Napier**. Disponível em: <[https://pureapps2.hw.ac.uk/portal/en/persons/jemina-napier\(3aadebae-a415-4063-98f8-f18d8cfdca99\).html](https://pureapps2.hw.ac.uk/portal/en/persons/jemina-napier(3aadebae-a415-4063-98f8-f18d8cfdca99).html)>. Acesso em: 13 jun 15.

INNOCENTINI, Maria Cristina Piumbato et al. Competências informacionais para utilização da análise bibliométrica em educação e educação especial. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 7, n. 1, p. 11-27, 2005.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. In: **Cadernos de Educação (UFPel)**, v. 36, p. 133-153, 2010.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 3. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. Cap. 2

LEITE, E. M. C. **Os intérpretes de LIBRAS na sala de aula inclusiva**. Mestrado do curso interdisciplinar de Linguística aplicada. Faculdade de Letras – UFRJ, 2004.

MARTINS, D. A. Trajetória **de formação e condições de trabalho do intérprete de libras em instituições de educação superior**. Dissertação de mestrado em Educação. Campinas: PUC – Campinas, 2009. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/1665875/2048201874/name/Dileia%2520Aparecida%2520Martins.pdf>>

NOGUEIRA, M.A. Capital cultural. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

VANTI, Nadia Aurora Peres. **Da bibliometria à webometria**: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento . Inf., Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Janine Soares; WEININGER, Markus Johannes. Densidade de informação, complexidade fonológica e suas implicações para a organização de glossários de termos técnicos da língua de sinais brasileira. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 32, p.141-163, 10 jun. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/30026>>. Acesso em: 13 jun. 15.

OLIVEIRA, Janine Soares; STUMPF, Marianne Rossi. Desenvolvimento de glossário de Sinais Acadêmicos em ambiente virtual de aprendizagem do curso Letras-Libras. **Informática na Educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p.217-228, dez. 2014. Disponível em: <[www.seer.ufrgs.br/InfEducTeoriaPratica/article/download/14351/28013](http://www.seer.ufrgs.br/InfEducTeoriaPratica/article/download/14351/28013)>. Acesso em: 13 jun. 15.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. Produções Acadêmicas sobre Interpretação de Língua de Sinais: dissertações e teses como vestígios históricos. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 99-117, out. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p99>>. Acesso em: 01 maio 2015.

PORSINAL. **Artigos**. Disponível em: <<http://porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=16>>. Acesso em: 09 abr. 15.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2004.

RODRIGUES, Carlos. **Da interpretação comunitária à interpretação de conferência: desafios para formação de intérpretes de língua de sinais**. In: Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, 2, 2010, Florianópolis. Disponível em: <http://www.congressotils.cce.ufsc.br/trabalhos.php>.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Tradução/interpretação de língua de sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010**. 2013. 313 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PGET0178-T.pdf>>. Acesso em: 01 maio. 2015.

STROBEL, Karin Lilian et al (Org.). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras Libras: Licenciatura e Bacharelado Modalidade Presencial**. Florianópolis: Ufsc, 2012. 62 p. Disponível em: <[file:///C:/Users/Aline/Downloads/PPPLibras\\_Curriculo\\_2012\\_FINAL\\_06-03-2014.pdf](file:///C:/Users/Aline/Downloads/PPPLibras_Curriculo_2012_FINAL_06-03-2014.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 15.

TRIVIFIOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TUXI, P. **A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4397/1/2009\\_PatriciaTuxi.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4397/1/2009_PatriciaTuxi.pdf)>



# 4

## Intérprete de língua de sinais: sentidos das produções discursivas da ANPED, ANPOLL e ABRAPT

**Valéria de Jesus**  
**Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**

### **Introdução**

As produções acadêmicas são feitas pelas mãos de pesquisadores que ao se filiarem a um campo do saber produzem conhecimento que podem estar registrados em formato de relatórios de pesquisa (dissertações e teses), livros, artigos e resumos. As pesquisas têm como finalidade desenvolver uma contribuição social, construindo conhecimento, desde trabalhos teóricos a trabalhos aplicados. Contribuindo, assim, consideravelmente, não só para os alunos que estão em processo de formação, bem como profissionais da área específica e a população.

Aguiar dos Santos (2013) fez uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010, por sua vez, Albres e Lacerda (2013) desenvolveram um estudo bibliométrico de publicações internacionais sobre interpretação educacional indicando suas marcas no campo nacional na área de interpretação de língua de sinais. Todavia, ainda não foi desenvolvido um levantamento sobre as publicações desenvolvidas em eventos acadêmicos no Brasil.

O estudo bibliométrico tem como finalidade pesquisar trabalhos realizados anteriormente com particularidades de acordo com o autor, objetivando criar subsídios para identificação de produções acadêmicas na área de língua de sinais, por exemplo. Artigos aceitos em associações de pesquisadores são submetidos à aplicação de normas técnicas regidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e configuram-se como eventos de alto nível científico. As associações têm como escopo divulgar as produções acadêmicas desenvolvidas em programas de pós-graduação, sendo que algumas delas restringem o nível de titulação para os participantes para os mais elevados.

Neste trabalho, levantamos associações que têm veiculado pesquisas sobre intérpretes de línguas de sinais. As associações escolhidas para o levantamento das produções acadêmicas foram: Associação Nacional Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL); e Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução (ABRAPT). Todas as associações possuem o seu próprio estatuto abrangendo os objetivos comuns, discussões ocorridas em grupos de trabalho e, também, as políticas. Tais associações têm como objetivo promover e fortalecer as pesquisas, incentivando à participação da comunidade em relação à integração cultural, à aproximação de pesquisadores para realização de divulgações e discussões

entre os associados, promovendo encontros nacionais, simpósios, comportando em seus eixos afiliações pessoais. Tanto a ANPED quanto a ANPOLL possuem em seu portal virtual textos na área sugerida em relação à ética em pesquisa, acesso a relatos de comitês e comissões de ética, assim como acesso a links e demais notícias de interesse.

Assim, esse trabalho tem como objetivo fazer uma pesquisa de levantamento de produções acadêmicas com o foco na área de língua de sinais e educação de surdos nos eventos da ANPED, ANPOLL, ABRAPT realizados até o momento, contribuindo assim para futuros pesquisadores. As questões que levantamos são: Qual o número de publicações sobre intérprete educacional nos encontros dessas associações nacionais? Qual o número de publicações sobre intérprete de língua de sinais em outros contextos? Quais são os pesquisadores que publicam nesses eventos? Qual a recorrência e circulação dos pesquisadores?

## **Referencial teórico**

O estudo bibliométrico tem como escopo investigar as tendências e o crescimento de um dos determinados temas. O presente trabalho tem com objetivo cobrir as publicações na área de língua de sinais.

Em 1926, em território nacional, foi estabelecida a Lei de Lotka, a qual determinou os fundamentos da lei do quadrado inverso, afirmando que o número de autores que fazem várias contribuições em um determinado campo científico é aproximadamente  $1/n^2$  daqueles que fazem uma só contribuição e que a proporção daqueles que fazem uma única contribuição é de mais ou menos 60% (LOTKA, 1926). A partir de 1926, quando foi estabelecida tal lei, se inicia estudos na área para averiguar a produtividade de autores em algum determinado tema.

Dentre as muitas línguas do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.696, de 22 de dezembro de 2005. O apoio da legislação fez com que testemunhássemos de uma forma impressionante a visibilidade dos intérpretes de língua de sinais (ILS) crescerem cada vez mais (PEREIRA, 2010).

Com levantamentos bibliométrico na área de língua de sinais internacional como a publicação do artigo de Albres e Lacerda (2013) com o título “Interpretação educacional como campo de pesquisa: estudo bibliométrico de publicações internacionais e suas marcas no campo nacional” são imprescindíveis à pesquisa nacionais de revistas periódicas, dessa forma, ajudando pesquisadores da área que têm por objetivo comum, não só contribuir para área, mas adquirir instruções sobre determinada área, colocando aqui, em evidencia trabalhos existentes até o ano da publicação de tal artigo, sendo assim um método de avanço de conhecimento social.

Com a tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução na Universidade Federal de Santa Catarina, Aguiar dos Santos (2013) teve como objetivo de analisar teses e dissertações de 1990 a 2010 fazendo assim um levantamento sobre o estado da arte de pesquisas dos intérpretes de língua de sinais nesse período, analisando as categorias que emergem das teses e dissertações sobre o tradutor intérprete de língua de sinais (AGUIAR DOS SANTOS; 2013).

Dentre os temas de maior interesse dos pesquisadores está a atuação do intérprete educacional, visto que este profissional está presente em contextos educacionais e inclusivos. Apesar de vivermos um movimento de educação inclusiva, a escola é contraditoriamente um dos espaços de manutenção da ordem social.

É provável, por um efeito de inércia cultural, que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da 'escola libertadora', quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (BOURDIEU, 1998, p. 41).

A língua de sinais dentro do sistema escolar tem um papel primordial, bem como o intérprete de Libras, pois eles atuarão como propagadores da língua de sinais, permitindo acessibilidade/conhecimento de ouvintes, que convivem com a comunidade surda e, possibilitando, também, a comunidade surda o acesso à outra língua e ao conhecimento socialmente construído. As pesquisas realizadas acerca desse assunto demonstram um constante crescimento.

Na pesquisa realizada por Albres e Lacerda (2013) é possível verificar publicações internacionais na área educacional. Elas realizaram sondagens e descrições de periódicos científicos, bem como um cruzamento desses artigos com as referências de pesquisas nacionais. Em tal cruzamento, Elas verificaram que as pesquisas sobre língua de sinais no âmbito educacional ainda é pequena, desta forma, incentivando esse tipo de pesquisa no cenário nacional.

No âmbito nacional, no campo de tradução e interpretação de Libras já se têm alguns levantamentos. Aguiar dos Santos (2013) contribuindo para a área com o levantamento das teses e dissertações, Albres e Lacerda (2013) são autoras que contribuíram para a compreensão do adensamento da área. Contudo, há uma gama de espaços de veiculação de conhecimento que precisam ser estudados, como o caso dos eventos científicos.

Podemos considerar que o espaço acadêmico e científico é um campo social. Bourdieu (1989) vê o espaço social como um campo de luta

em que os agentes (indivíduos e grupos) elaboram estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social. Essas estratégias estão relacionadas com os diferentes tipos de capital.

Este trabalho tem como função saber quais os pesquisadores que estão ao decorrer dos anos publicando artigos e resumos na área de língua de sinais, realizar um levantamento com relação aos temas mais recorrentes, bem como qual a recorrência de autores.

É notável que diversas publicações têm como objetivo transmitir conhecimento. Por sua vez, o autor que publica o seu trabalho tem por objetivo se promover. A ordem científica é construída na e pela "anarquia das ações autointeressadas", como um mercado autorregulável (KUHN, 1978, p. 36).

A vitória, o crédito, o capital obtido são daqueles que impõem uma (a sua) definição de ciência, para Bourdieu (1998), a autoridade/competência científica é um capital que pode ser acumulado, transmitido e convertido em outras formas de capital, inclusive monetário. O processo de acumulação do capital científico seria idêntico ao de qualquer outro tipo: inicia-se com a acumulação primitiva no processo educacional. São os primeiros reconhecimentos acadêmicos no começo da vida profissional, que são diploma, títulos, tudo aquilo que é reconhecido pela sociedade, que de acordo com (BOURDIEU, 1989), seria o acúmulo do capital científico.

O desenvolvimento do capital científico se desenvolve com o título de pesquisador e com a publicação de trabalhos determinando o pesquisador no campo social como sendo autoridade, representante da área e proprietário de um discurso digno de ser "ouvido". "Todos querem maximizar os lucros, obter, acumular e manter o seu capital científico, a autoridade/competência científica reconhecida" (HOCHMAN, 1994, p.

212-213).

O termo capital econômico se relaciona com a área financeira, com o acúmulo de bens, imóveis, salário, rendas e outros; por sua vez o capital social envolve o prestígio que divide a sociedade em plebeus e nobres a classe a qual o indivíduo está inserido, e o capital cultural seria o acúmulo de conhecimento e saberes, posse de determinadas informações e atividades culturais, juntos, o capital econômico e social, formam as classes multidimensionais das formas de poder. A sociedade impõe limites que vão além da questão financeira, já que a falta de acesso a bens simbólicos são causadores de desigualdade.

Podendo assim o capital cultural ter três formas:

[Capital cultural em] estado incorporado, apresenta-se como disposições ou predisposições duradouras que se entranham no corpo de uma pessoa, tornando-se suas propriedades físicas (ex.: posturas corporais, esquemas mentais, habilidades linguísticas, preferências estéticas, competências intelectuais, etc.); [capital cultural em] em seu estado objetivado, configura-se como a posse de bens materiais que representam a cultura dominante (ex.: livros, obras de arte e toda sorte de objetos colecionados em bibliotecas, museus, laboratórios, galerias de arte, etc.); [capital cultural] em seu estado institucionalizado, manifesta-se como atestado e reconhecimento institucional de competências culturais adquiridas (ex.: o diploma e todo tipo de certificados escolares). (BOURDIEU, 1998, p. 71-79)

Desenvolvendo o levantamento de publicações, estamos pesquisando um capital cultural, considerando que as pesquisas são benéficas, não somente para autor, que consegue um prestígio social quando se tem muitas publicações, mas de informação sobre o conhecimento construído. Todavia, o capital cultural não é acessível a todos, pois a educação possui limitadores que são classificados de acordo com seu status social.

## **Metodologia**

Esta pesquisa é tanto quantitativa quanto qualitativa. O caráter quantitativo refere-se à parte exploratória da pesquisa que trabalha com os números específicos a fim e obter resultados precisos: números das publicações; quem são os autores da área; temas mais frequentes em determinados eventos.

“capital” acoplou-o ao qualificativo “cultural”, para deixar bem claro que se trata de uma dimensão da realidade social que – a exemplo da vida material – implica igualmente na produção, distribuição e consumo de (um tipo específico de) bens capazes de render dividendos, ou seja, de proporcionar lucros simbólicos a seus detentores. (BOURDIEU, 1998a, p. 39-64.)

A pesquisa qualitativa não trabalha especificamente com números, mas sim com a análise de dados. Nossos dados são publicações fruto de pesquisas e apresentados em três eventos acadêmicos.

Os estudos de pesquisa qualitativa diferem entre si quanto ao método, à forma e aos objetivos, ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo. (GODOY, 1995, p. 62)

O presente artigo tem por objetivo enumerar quais os pesquisadores da área de tradução e interpretação da língua de sinais possuem pesquisas e/ou seguem pesquisando sobre os diferentes contextos de atuação de TILS. Quais são os temas mais recorrentes, bem como qual é a ocorrência de autores foram verificados. Desta forma, concordamos que é notável a publicação como um meio de transmitir conhecimento (KUHN, 1978).

## **Corpus**

A coleta foi feita nos anais disponíveis em sites de três eventos



acadêmicos. Alguns sites disponibilizam o trabalho completo e outros apenas o resumo. A ANPED disponibiliza artigos completos, já a ANPOLL e ABRAPT disponibilizam apenas os resumos dos trabalhos apresentados nos eventos. A coleta de dados foi realizada também por meio do *Curriculum Lattes* dos autores mais recorrentes, fazendo assim uma confirmação de quais trabalhos foram publicados nos eventos. Tanto a ANPOLL quanto a ABRAPT possuem cadernos de resumos que foram disponibilizados após os eventos.

### Eventos Nacionais

<b>Eventos</b>	<b>ANPED</b>	<b>ANPOLL</b>	<b>ABRAPT</b>
<b>Área</b>	Educação	Linguística	Estudos da tradução
<b>Site</b>	<a href="http://www.anped.org.br/">http://www.anped.org.br/</a>	<a href="http://anpoll.org.br/portal/">http://anpoll.org.br/portal/</a>	<a href="https://abrapr.wordpress.com/">https://abrapr.wordpress.com/</a>
<b>Resumos e Artigos</b>	Artigo completo	Resumos	Resumos

Tabela 1: Associações pesquisadas

### Coleta de dados

A coleta foi feita em cada site do evento. A pesquisa no site da ANPOLL (Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística) se deu da seguinte forma: os trabalhos são divididos em GTs (grupos de trabalhos). Os trabalhos focados na língua de sinais localizam-se no grupo de trabalho a qual tem como título “Libras”. Nesse grupo há relatórios de atividades, onde é possível localizar relatórios dos anos de 1998 ao ano de 2012. Até o ano de 2014, o grupo era denominado de linguagem e surdez.

O site da ABRAPT (Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução) possui cadernos dos resumos publicados na associação e referências em relação ao último evento realizado em Florianópolis. O caderno de resumo do ano de 2009 foi encontrado no grupo do Facebook da associação. Nesses cadernos estão os resumos apresentados em cada

simpósio ao decorrer de cada ano.

No site da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) é possível fazer um levantamento de dados por meio dos anais das edições do evento. No site tem uma aba chamada biblioteca da ANPED contendo informações dos últimos quatro eventos, realizados de 2010 a 2012, bem como os resumos das pesquisas apresentadas nesses anos. Durante o processo de levantamento do presente trabalho, as inscrições para publicações de resumos de 2015 estavam em andamento, logo não foi possível o recolhimento de tais dados. De acordo com o levantamento, criamos um instrumento de registro de dados por meios de tabelas, apontando a ano da publicação, os autores com publicações no referido ano e qual o título de seu trabalho.

Estes dados foram analisados com base no referencial teórico da sociologia, mais precisamente em Bourdieu (1997), com os conceitos institucionalizados de capital-cultural. Entendemos assim a importância de analisar as obras publicadas em determinada época, fazendo uma comparação entre os três eventos, observando as duas áreas em que se tem maior número de publicações, na área de intérprete de língua de sinais em diferentes contextos de atuação e intérpretes educacionais, levando em consideração fatos históricos que aconteceram em relação à língua de sinais.

### **Associações nacionais de pesquisas e o tradutor/intérprete de língua de sinais**

Levantamos informações de publicações sobre intérpretes educacionais e intérpretes de língua sinais em diferentes contextos de atuação de três associações de pesquisadores a partir de 1998.

Constatamos ao suceder dos anos, um maior número de publicações, maior visibilidade da Libras como língua, sendo estes um meio de comunicação legal.

A análise foi conduzida pelo conceito teórico de capital cultural (BOURDIEU, 1997),

Para compreender uma obra deve-se compreender inicialmente a produção, o campo da produção; a relação entre o campo no qual ela se produz e o campo em que a obra é recebida ou, mais precisamente, a relação entre as posições do autor e do leitor em seus respectivos campos (BOURDIEU, 1997, p. 13).

Desta forma, nos interessa mapear o campo da produção de pesquisa e divulgação sobre interpretação educacional e sua difusão em eventos acadêmicos.

Apresentamos a seguir, trabalhos apresentados na ANPED, ANPOLL e ABRAPT.

Eventos/ ANO	INTÉRPRE DE LÍNGUA DE SINAIS			INTÉRPRETE EDUCACIONAL		
	ANPED	ANPOLL	ABRAPT	ANPED	ANPOLL	ABRAPT
1998	--	--	--	--	--	--
1999	--	--	1	--	--	--
2000	--	--	--	1	--	--
2001	--	--	--	--	--	--
2002	--	1	--	--	--	--
2004	--	1	--	1	--	--
2005	--	--	--	1	--	--
2006	--	--	--	2	1	--
2007	--	--	--	2	--	--
2008	--	1	--	1	2	--
2010	--	--	--	1	--	--
2011	1	1	--	1	--	--
2013	--	--	11	1	--	5
2014	--	1	--	--	--	--

Tabela 1: Apresentação das publicações por ano e por evento.

São 17 publicações sobre intérprete em diferentes contextos e 19 pesquisas sobre intérprete educacional. Ao total encontramos 36

pesquisas.

Percebendo quais foram os autores que publicaram na área de interpretação de língua de sinais, apresento a seguir o nome dos respectivos autores. Para melhor apresentação dos dados, separamos as informações por evento: o ano, o autor e o tema de sua publicação. A cor azul representa as pesquisas sobre o intérprete de língua de sinais em diferentes contextos tanto de atuação e formação. Por sua vez, a cor amarela representa as pesquisas sobre intérpretes no âmbito educacional.

## **ANPED**

O Encontro da ANPED é organizado em GTs. São 23 grupos de trabalhos. Levantamos os trabalhos publicados no GT Educação especial de número 15. Abaixo apresentamos um detalhamento sobre os trabalhos.

<b>Pesquisas que abordam o Intérprete de língua de sinais em diferentes contextos</b>		
<b>Ano</b>	<b>Autores</b>	<b>Tema de Publicação</b>
2011 34º Reunião anual	Fernanda de Camargo Machado, Camila Righi Medeiros Camillo e Eliana Da Costa Pereira de Menezes	Formação docente capitalizada: Análise de uma proposta na educação de surdos
<b>Pesquisas sobre intérprete Educacional</b>		
<b>Ano</b>	<b>Autores</b>	<b>Tema de Publicação</b>
2000 23º Reunião Anula	Cristina Broglia Feitosa de Lacerda	A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico
2004 27º Reunião anual	Cristina Broglia Feitosa de Lacerda, Juliana Esteves.	A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de língua de sinais
2006 29º Reunião anual	Ana Dorziat	A inclusão de surdos na perspectiva dos estudos culturais
2006 29º Reunião anual	Maria Ferreira Lima Niédja	A inclusão de surdos na perspectiva dos estudos culturais

2007 30º Reunião anual	Cristina Broglia Feitosa de Lacerda Ana Claudia Balieiro Lodi	A difícil tarefa de promover uma inclusão escolar bilíngue para alunos surdos.
2007 30º Reunião anual	Silvia Maria Fangueiro Pedreira	Educação inclusiva de surdos/as numa perspectiva intercultural
2008 31º Reunião anual	Diléia Aparecida Martins	Formação e trabalho do intérprete de libras na educação superior: primeiras aproximações
2010 33º Reunião anual	Carlos Henrique Rodrigues	Diferença linguística e cultural na perspectiva da inclusão: padrões interacionais e aprendizagem na sala de aula.
2011 34º Reunião anual	Ana Dorziat e Filipe Paulino Soares.	Problematizando o trabalho do intérprete de Libras nas escolas regulares.
2013 36º Reunião anual	Patrícia Gräff	Surdos e ouvintes na escola regular: possibilidades de emergência de sujeitos bilíngues

Tabela 2: Apresentação das publicações por ano, autor e temas dos trabalhos da ANPED

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação tem poucas publicações na área de interpretação em relação à formação do profissional intérprete de língua de sinais, tendo apenas uma publicação no ano de 2011.

Já na área de educação se tem uma maior ocorrência de publicações a partir do ano de 2000, colocando em foco a problematização da educação da criança surda dentro das salas de aula inclusiva, também colocando em pauta qual a influência e o papel do intérprete de língua de sinais na educação dessas crianças.

No ano de 2010, constatamos a temática com foco no sujeito surdo, a aprendizagem no contexto de sala de aula colocando o intérprete com personagem importante. Em 2011, é possível ver as publicações em que o intérprete faz parte do contexto de aprendizagem e, nesse mesmo ano, o evento contou com textos que tratavam sobre a cultura surda inserida no cenário contemporâneo e seu espaço na escola.

Ano de 2011, identificamos um trabalho, cujo tema é sobre os problemas enfrentados por intérpretes de libras no contexto educacional de escolas regulares. Em 2013, foi publicado um trabalho, cujo tema é sobre a inserção do intérprete na sala de aula, com alunos surdos e ouvintes. Neste trabalho discorre sobre as dificuldades do intérprete e quais as expectativas ao se inserir profissionais bilíngues no meio de tais alunos.

## **ANPOLL**

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) possui 44 grupos de trabalho, assim sendo suas publicações são divididas por áreas. Os dados coletados para presente pesquisa foram retirados do grupo denominado Libras.

O GT Libras (<http://anpoll.org.br/gt/libras/>) é o que tem maior número de publicações. Até o ano de 2014, o grupo chama-se 'linguagem e surdez'. Em uma das abas do grupo, encontramos os relatórios de atividades organizados por anos de 1998 a 2012.

<b>Pesquisas que abordam o Intérprete de língua de sinais em diferentes contextos</b>		
<b>Ano</b>	<b>Autores</b>	<b>Tema de Publicação</b>
2002 12º Encontro	Regina Maria Souza e Andréa S. Rosa	Intérprete de Língua de Sinais e sua Tradução.
2004 18º Encontro	Andréa S. Rosa e Regina Maria Sousa	Aspectos da Formação do Intérprete de Língua de Sinais
2008 23º Encontro	Rossana Aparecida Finau	Formação de profissionais para atuarem com pessoas surdas na língua brasileira de sinais
2011 27º Encontro	Andréa S. Rosa	Intérprete de Língua de Sinais e sua Tradução
2014 29º Encontro	Neiva de Aquino Albres e Vinícius Nascimento	Formação de tradutores/intérpretes de língua de sinais: questões teórico-práticas de atividade pedagógica.

<b>Pesquisas sobre Intérprete educacional</b>		
<b>Ano</b>	<b>Autores</b>	<b>Tema de Publicação</b>
2002 GT Libras	Tarcísio de Arantes Leite	Fatores complicadores e facilitadores no processo de aprendizagem da língua de sinais brasileira. (trata da presença do intérprete)
2006 22º Encontro	Ronice Muller Quadros	As políticas linguísticas e a educação de surdos
2008 23º Encontro	Ana Claudia Balieiro Lodi; Deize Vieira dos Santos; Lodenir Becker Karnop; Maria Cristinada Cunha Pereira; Marianne Rossi Stumpf; Rossana Aparecida Finau; Sandra Patricia Faria; Tanya A. Felipe	Formação de profissionais para atuarem com pessoas surdas na Língua Brasileira de Sinais

Tabela 3: Apresentação das publicações por ano, autor e temas dos trabalhos da ANPOLL

A Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística possui diferentes grupos de trabalhos. Contudo, todos os trabalhos que foram coletados estão dentro do grupo Linguagem e Surdez, atualmente, denominado de “Libras”, o qual possui dados de resumos do ano de 1998 a 2012, apresentados em formatos de relatórios de atividades, divididos de dois em dois anos. Tivemos acesso à programação do GT do ano de 2014 e compilamos os dados desta última edição.

No ano de 1998, as publicações têm como foco a língua de sinais e sua relação com a linguística e, também, identificamos publicações abordando o tema bilinguismo na aprendizagem da escrita. No mencionado ano, a Libras ainda não tinha sido reconhecida nacionalmente. Ainda em torno do ano de 1998, apesar de haver muitos pesquisadores interessados no tema de intérprete de língua de sinais, não constatamos nenhum trabalho sobre o tema.

No ano de 2000, identificamos um texto (resumo) com a seguinte temática: Construção de narrativas em Língua de Sinais Brasileira,

percebendo assim a valorização da língua de sinais como língua, mas sem citar o intérprete como profissional da área.

Por sua vez, em 2002 se percebe a importância do intérprete de língua de sinais na aprendizagem do aluno surdo com temáticas que envolvem os prós e contras encontrados na sala de aula por alunos surdos. Já no ano de 2004 e 2008, não se tem ocorrência de publicações com foco no intérprete de Libras, tanto no contexto escolar quanto nos intérpretes de modo geral.

Com maior registro de publicações, no ano de 2008, constatamos publicações na área de formação de intérpretes, bem como na área de educação dos surdos. Nas publicações relacionadas à educação de surdos, foi abordada a temática sobre a importância do intérprete de língua de sinais nesse processo de aprendizagem e quais são as formações que tais profissionais se sujeitam para ser um profissional de qualidade, visando atender todas as expectativas do mercado.

Conforme a tabela, no ano de 2011, notamos apenas um trabalho com foco no intérprete de língua de sinais em diferentes contextos. O tema deste trabalho é sobre o intérprete de língua de sinais e sua tradução. No ano de 2014, identificamos uma publicação focando o tema de formação de tradutores e intérpretes de língua de sinais.

## **ABRAPT**

As publicações do Encontro da ABRAPT (Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução) possuem uma organização diferente das outras associações, pois elas são organizadas em cadernos de resumos onde constam as atividades realizadas no ano do evento, os resumos aceitos e publicados.



<b>Pesquisas que abordam o Intérprete de língua de sinais em diferentes contextos</b>		
<b>Ano</b>	<b>Autores</b>	<b>Tema de Publicação</b>
2009	Carlos Henrique Rodrigues	Em busca da compreensão do processo de interpretação em Língua de Sinais: um estudo exploratório experimental à luz da Teoria da Relevância
2013	Carlos Henrique Rodrigues	A construção de um desenho experimental para a coleta e análise de dados da interpretação simultânea em Língua de Sinais.
	Ingrid Finger	Bilinguismo bimodal e tradução. O estudo das funções executivas e controle inibitório em intérpretes de Libras.
	Natália Schleder Rigo.	Interpretação em contextos artístico-culturais: um mapeamento de espaços acessíveis em Libras na cidade de Florianópolis/SC.
	Sandro Rodrigues da Fonseca.	A tradução e interpretação de conferência Português/ Libras. Formação legal versus formação real
	Vinicius Nascimento	Leituras da verbo-visualidade do gênero jornalístico televisivo para a construção de estratégias de interpretação da língua de sinais.
	Maria Cristina Pires Pereira	A Tomada de Posição dos Intérpretes de Língua de Sinais e suas Implicações Interacionais e Discursivas
	Jorge Bidarra.	O impacto da ocorrência de palavras “complexas” durante o processo tradutório envolvendo português e libras.
	Carlos Henrique Rodrigues	Entre línguas e modalidades: o processo de interpretação do Português para Libras.
	Markus J. Weininger, Aline Miguel da Silva e Fernanda de Araújo Machado.	Tradução e interpretação de uma poesia de Libras para o português
	Rosane Lucas de Oliveira.	Acessibilidade na TV: qual a melhor alternativa para emitir a mensagem para o público surdo?
	Ademar Miller Junior e Catarina Dallapicula	Processos de tradução cultural no interstício libras/ português de um mestrado em educação.
	Bruno Ramos	Do “carrapato” em guarani a LIBRAS na TV, uma experiência de Tradução Cultural
Neiva Aquino Albres	Os papéis de leitor, tradutor e contador de histórias na tradução de literatura infantil para língua de sinais	

<b>Pesquisas sobre Intérprete educacional</b>		
<b>Ano</b>	<b>Autores</b>	<b>Tema de Publicação</b>
2013	Guilherme Lourenço de Souza.	A capacitação do intérprete educacional da rede estadual de ensino de minas gerais: estratégias para desenvolver a autonomia na atuação em sala de aula.
	Keli Maria de Souza Costa Silva	A constituição da identidade profissional do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS): dilemas e desafios evidenciados a partir (não) lugar ocupado por este profissional no contexto educacional inclusivo
	Aline Nunes de Sousa, Janine Soares de Oliveira e Roberto Dutra Vargas.	Estratégias de tradução para Libras do vestibular UFSC/2013
	Miller Junior e Catarina Dallapicula	Processos de tradução cultural no interstício Libras/ português de um mestrado em educação.
	Keli Simões Xavier.	O intérprete educacional no espaço escolar: reflexões a partir de uma revisão de literatura.

Tabela 4: Apresentação das publicações por ano, autor e temas dos trabalhos da ABRAPT

No ano de 2103, constatamos uma grande ocorrência de publicações, tanto na área educacional, quanto nas áreas afins onde o intérprete está inserido. Constatamos também que o local do evento foi grande influenciador de tantos trabalhos publicados, pois ocorreu na Universidade Federal de Santa Catarina. Esta Universidade tem grande influência na produção de pesquisas sobre a língua de sinais, sendo a primeira universidade que criou o curso de bacharelado em tradutor intérprete de língua de sinais, e tem programas de pós-graduação em Linguística e Estudos da Tradução que congregam um grande número de pesquisadores sobre a Libras, tendo assim, muitos profissionais na cidade em que ocorreu o encontro.

Pode-se notar que em meio aos autores dos resumos publicados, há uma grande ocorrência de professores da UFSC, Carlos Henrique Rodrigues, Ronice Muller Quadros, Neiva Aquino Albres, Aline Nunes de Sousa, Janine Soares de Oliveira e Markus Weininger. Os mencionados,

além de professores, são pesquisadores que se dedicam à área de interpretação e tradução de língua de sinais. Há também os alunos da pós-graduação. É possível notar a repetição de alguns autores, que já estão inseridos na área há alguns anos, constatando assim a valorização da língua e da área de interpretação.

É perceptível, ao decorrer dos anos, o aumento do número de publicações, pois a língua ganhou espaço social. Para Bourdieu (2007), o campo dos objetos de pesquisa possíveis tende sempre a organizar-se de acordo com duas dimensões independentes, isto é, segundo o grau de legitimidade e segundo grau de prestígio no interior dos limites da definição, ou seja, assim que a língua de sinais foi reconhecida como meio legal de comunicação, sendo pautada por lei, foi constatado maior recorrência de profissional da área, conseqüentemente mais trabalhos publicados de tradutores intérpretes de língua de sinais.

Concordando com Bourdieu que descreveu a existência de três tipos diferentes de capitais culturais, sendo ele: capital social, capital simbólico e o capital cultural, a pesquisa realizada até aqui está pautado no capital cultural.

O Capital Cultural se constitui da junção entre origem social e educação formal, ou seja, o Capital Cultural é “o produto garantido dos efeitos acumulados da transmissão cultural assegurada pela família e da transmissão cultural assegurada pela escola” (BOURDIEU, 1979, p. 21-22).

A língua de sinais, sendo uma língua minoritária, usada por uma comunidade, vem ao decorrer da história ganhando espaço social, considerada como língua humana e estruturada como as outras, sendo agora, obrigatória nas escolas, no qual possui usuários de Libras.

Tem-se um maior número de publicações na área educacional em duas associações aqui pesquisadas, a ANPED e a ANPOLL. Por sua vez, a

ABRAPT apresenta produções com a temática interpretação em diferentes contextos.

Em decorrência desses estudos feitos até o momento é perceptível a repetição de alguns autores no decorrer dos anos. Podemos notar que apesar das poucas publicações de resumos registrados nos anais das associações aqui pesquisadas, tais autores tiveram seus resumos publicados em mais de uma associação. Abordaremos a seguir aspectos que respaldam o maior número de publicações desses autores, levando em consideração autores que já publicaram nos anos iniciais de acordo com as tabelas apresentadas.

Preocupada não só com a área de formação de intérpretes de língua de sinais, mas também com o contexto educacional ao qual o profissional está inserido, a autora Cristina Broglia Feitosa de Lacerda tem publicações de ambas temáticas. Essa característica se repete com a autora Rossana Aparecida Finau, que no ano de 2008, na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística publicou sobre intérpretes em geral e área da educação.

Constatamos, então, a importância das publicações na área. Os autores estão contribuindo para o meio e desta forma incentivando futuros pesquisadores. Esses autores estão inseridos em contextos acadêmicos, pois a maioria é professores universitários, mestrandos ou doutores. Posto isto, o maior acesso ao conteúdo destes autores são alunos universitários. Desta maneira, essas publicações são limitadas para uma parcela da população. Portanto, de acordo com a teoria sobre a dificuldade de distribuição do capital cultural de Bourdieu, nem todos tem acesso aos bens culturais.

Um dos autores mais mencionados foi Carlos Henrique Rodrigues. Ele possui publicações desde o ano de 2009 com a temática sobre o

processo de interpretação em Língua de Sinais. Em suas publicações, podemos notar a preocupação do autor em abordar não apenas o estudo da língua de sinais, bem como seu estudo exploratório experimental. Em 2010, Carlos Henrique Rodrigues publicou um trabalho na área educacional fazendo uma diferenciação linguística e cultural na perspectiva da inclusão, interacionais e aprendizagem na sala de aula. Já no ano de 2013, ele possui duas publicações, uma delas tem por objetivo realizar um desenho experimental a fim de coletar dados de interpretações simultâneas em Libras e a outra publicação tem como temática o processo de interpretação do português para Libras.

Para Loïc Wacquant, Bourdieu oferece uma anatomia da produção do novo capital, isto é, o cultural e uma análise dos efeitos sociais de sua circulação nos vários campos envolvidos no trabalho de dominação. Em *La noblesse d'État* (A nobreza do Estado) comprova e reforça suas teses iniciais sobre o sistema de ensino e a “relação de colisão e colusão, de autonomia e cumplicidade, de distância e de dependência entre poder material e poder simbólico”. Sua sociologia da educação é, antes de tudo, uma “antropologia generativa dos poderes focada na contribuição especial que as formas simbólicas dão à respectiva operação, conversão e naturalização. “[...] O interesse de Bourdieu pela escola deriva do papel que ele lhe atribui como garantidor da ordem social contemporânea via magia do Estado que consagra as divisões sociais, inscrevendo-as simultaneamente na objetividade das distribuições materiais e na subjetividade das classificações cognitivas”. (HEY; CATANI, 2007, p. 57)

É notável a diferença ao decorrer dos anos do número de publicações na área educacional e reconhecimento social do intérprete de Libras neste contexto, relevando a importância do intérprete de língua de sinais dentro da sala de aula e sua formação.

## Considerações Finais

A ANPED (Associação Nacional Pós-graduação e Pesquisa em Educação) tem um maior número de publicações focadas na questão de inclusão de alunos surdos em sala de aula. Por sua vez, a ANPOLL (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), as publicações são focadas na aprendizagem na língua de sinais e suas influências sobre a língua portuguesa, as problematizações da língua de sinais em um ponto de vista linguístico. Contudo, a ABRAPT (Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução) tem como foco pesquisas na área de tradução da língua em uso, desafios e perspectivas nos diferentes contextos que ela está inserida, tanto de português para Libras como de Libras para português, envolvendo também alguns trabalhos sobre intérprete educacional.

A partir da análise, de autores, resumos, este artigo teve por objetivo salientar a quantidade de artigos na área de 1998 a 2013. Porém, no decorrer dos anos, houve um maior número de publicações no ano de 2013. Registramos onze publicações de intérpretes em diferentes contextos e seis de intérpretes educacionais, diferente do ano de 1999 com apenas uma publicação sobre interpretação em diferentes contextos e uma em 2000 sobre intérpretes educacionais.

De acordo com a abrangência de respaldos legais, como a lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, lei que regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, podemos notar maior quantidade de publicações no ano de 2013, assim podendo servir como base para pesquisas posteriores. Incentivando pesquisadores na área para futuras publicações, um reconhecimento da língua e do profissional intérprete de língua de sinais.

O título deste trabalho é “Intérprete de língua de sinais: sentidos das produções discursivas da ANPED, ANPOLL e ABRAPT”. Pudemos constatar que os sentidos produzidos sobre o intérprete educacional caminham para uma maior produção no decorrer dos anos, logo conquistando mais visibilidade para língua brasileira de sinais, bem como para o intérprete. Constatamos também que os trabalhos aqui apresentados trabalharam a cerca da ideologia da inclusão e buscavam respostas para os papéis e atividades dos intérpretes, ou seja, sua caracterização, por vezes, em um movimento de contraposição à visão hegemônica de inclusão como algo natural e simples de acontecer.

## Referências

ALBRES, N. A.; LACERDA, C. B. F. Interpretação educacional como campo de pesquisa: estudo bibliométrico de publicações internacionais e suas marcas no campo nacional. **Cadernos de Tradução**, v. 1, p. 179-204, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A. **Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI. Afrânio (orgs). Escritos de educação. Petrópolis, Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os três estados do capital cultural**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTILHOS, R. B. **Apropriações da Obra de Pierre Bourdieu no Campo do Marketing no Brasil**. In: XXXI EnANPAD, 2007, Rio de Janeiro. Anais do XXXI EnANPAD, 2007.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008

HELANA, Ana. **Desenvolvimento de diferentes técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa de acordo com especificidades de cada estudo**. Disponível em: <<http://www.multifocus.com.br/quantitativaqualitativa.php>>. Acesso em: 6 maio 2015.

HOCHMAN, Gilberto. **A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina**. In: PORTOCARRERO, V., org. Filosofia, história e sociologia da ciência: abordagens contemporâneas. 1ed.rio de janeiro: Editora Fio Cruz, 1994, p. 199-232.

JARDIM, A. C. S.; PEREIRA, V. S. **Metodologia qualitativa: é possível adequar as técnicas de coleta de dados aos contextos vividos em campo?** In: Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, XLVII. Porta Alegre. 2009.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Martins. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições.** Campinas, SP: Revista Quadrimestral de Ciência da Educação – Educação & Sociedade, 2002.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Capital Cultural.** In: VAN ZANTEN, A. (Org.). Dicionário de Educação. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2011, v. 01, p. 80-82.

PEREIRA, M. C. P. **Interpretação interligue: as especificidades da interpretação de língua de sinais.** Cadernos de Tradução (UFSC), v. 1, p. 135-158, 2008.

PIES, Neri. Processo Educacional em Pierre Bourdieu. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, v. 12, p. 40-46, 2012.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Tradução/interpretação língua de sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010.** Tese (Doutorado em Estudos da Tradução). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

SILVA, Katia Viviane da. **Diferença entre pesquisa qualitativa e quantitativa.** 2011. **Disponível** em: <<http://programapibicjr2010.blogspot.com.br/2011/04/diferenca-entre-pesquisa-qualitativa-e.html>>. Acesso em: 29 abr. 2015

URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, Rubén. **A Lei de Lotka na bibliometria brasileira.** Ciência da Informação, Brasília, v. 31, n. 2, p. 14-20, maio/ago. 2002.

VASCONCELOS, Maria Drosila. **Pierre Bourdieu: A herança sociológica.** Educ. Soc., abr. 2002, vol.23, no. 78, p.77-87. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302002000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302002000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 abr. 2015



# 5

## Atuação de intérpretes de língua de sinais: revisitando os códigos de conduta ética

**Wharley dos Santos**  
**Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**

### **Introdução**

A pouco reconhecida, a profissão do TILS (Tradutor/Intérprete de Libras – Língua Brasileira de Sinais), pela Lei 12.319/10, ainda se vê em uma práxis baseada no empirismo e, em alguns momentos, até mesmo no improvisado, no que tange ao exercer de sua profissão atrelada ao contexto de inserção. Um dos mecanismos criados para dar um norte à prática deste profissional é o Código de Conduta Ética, que se trata de um documento convencionado entre os pares profissionais com o objetivo de pautar os princípios e, até mesmo, as normas de condutas para que os TILS possam ter segurança ao realizar seu ofício.

Com o passar do tempo, diversas entidades organizacionais surgiram para colaborar com a atuação deste profissional, lutar por reconhecimento de direitos, bem como nortear as práticas interpretativas de seus associados. Na esfera federal, temos a FEBRAPILS (Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais), na esfera estadual, das diversas que foram criadas, podemos citar APILSEMG (Associação dos Profissionais Intérpretes de Língua de Sinais do Estado de Minas Gerais), APILSBESP (Associação dos Profissionais Intérpretes e Guias-Intérpretes da Língua de Sinais Brasileira do Estado de São Paulo) e tantas outras que seguem o mesmo padrão de formatação e ideias de luta, vinculadas e filiadas à FEBRAPILS construindo uma rede de articulação nacional dos TILS.

A FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) exerceu um papel ímpar normatizando a conduta ética em um período em que as associações ainda não eram nem pensadas no formato que estão atualmente. Em 1992, a supracitada entidade pública, no Brasil, o primeiro “Código de Conduta Ética dos TILS” nortearo a prática daqueles que até então exerciam esta profissão. Em 2004, este mesmo Código foi publicado em larga escala pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) por meio do livro “O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa” (QUADROS, 2004), a fim de difundir melhores práticas para os TILS na atuação em âmbito nacional.

A partir da prática local, as associações de cada estado acabaram por perceber a necessidade de também criar Códigos de Conduta Ética para embasar a atuação de seus associados em âmbito estadual, de igual forma a FEBRAPILS, entidade máxima de representação destes profissionais, também pautou e normatizou a atuação em âmbito

nacional com a publicação do seu Código de Conduta Ética. Tendo por relevante este documento para a prática profissional, a análise do código se faz necessária ao que tange verificar congruências e discrepâncias na redação destes e a quais visões sobre a Tradução/Interpretação, estão por detrás destas palavras que subjazem os documentos. Como este marco legal é composto de diversos itens que se inter-relacionam, escolheu-se analisar qual a concepção de fidelidade registrada nestes documentos, o conceito de confidencialidade trazido em seu escopo e como a neutralidade do TILS é retratada na redação desta normativa.

Esta pesquisa vem ao encontro de anseios expressos em discursos de vários TILS quanto à necessidade de se ter um norte quanto a sua atuação, pois muitos expressam que o código ainda não está consolidado e a redação de vários de seus artigos não satisfazem as necessidades do TILS no exercer do seu trabalho. Conceitos como fidelidade, neutralidade e confiabilidade são redigidos e contextualizados em todo Código de Conduta Ética. Busca-se, por meio da pesquisa documental, refletir sobre como estes conceitos são inseridos na redação deste, bem como estes inter-relacionam e de igual importância verificar como os conceitos supracitados são retratados nos documentos que neste trabalho serão analisados.

A área de Estudos da Tradução em muito avançou nos últimos anos com o fomento de mais pesquisas, em especial na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), onde vários TCC's (Trabalhos de Conclusão de Curso), artigos em revistas científicas, capítulos de livros, dissertações e teses estão sendo produzidos com o intuito de alimentar o escopo desta área que ainda tem muito campo de pesquisa sendo um deles a discussão sobre a teorização deste, bem como a sua aplicabilidade na prática do profissional.

Este trabalho tem por objetivo analisar os conceitos de neutralidade, confidencialidade e fidelidade dispostos na redação dos Códigos de Conduta Ética ratificados por Associações de Tradutores Intérpretes de Libras refletindo sobre quais as implicações das definições destes conceitos bem como em que esta redação contribui para a atuação do TILS.

## **Referencial teórico e revisão de literatura**

O ato de traduzir ou interpretar envolve a habilidade do profissional em reenunciar discursos (SOBRAL, 2008) em línguas diferentes das que foram enunciadas inicialmente. Traduções em línguas de modalidade diferentes preservam esta mesma habilidade, considerando a Língua Portuguesa (oral-auditiva) e Libras (viso-espacial). Todavia, nem todos os intérpretes de Língua de Sinais que atuam têm uma formação acadêmica, então muitas habilidades são desenvolvidas de forma empírica.

Partindo desta premissa, diversos conceitos permeiam a prática interpretativa, e um dos mais polêmicos é a Ética, pois

A ética é [uma] daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar, quando alguém pergunta. Tradicionalmente ela é entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas (VALLS, 1994. p. 7).

Aplicando este conceito à prática da interpretação, temos Gesser (2011) que nos mostra o quão importante se faz o profissional tradutor/intérprete reflita sobre os Preceitos Éticos que envolvem seu ato, de forma a conduzir seu trabalho ético na prática. A autora utiliza o

termo “ética profissional” para um conjunto de valores e regras morais que devem ser observadas e levadas em consideração, assim como as convenções sociais já estabelecidas. Quando nos colocamos em posição de reflexão quanto à nossa prática, o questionamento que nos vem à cabeça é: Como saber se estou tendo uma postura ética no exercer da minha profissão? Esta não é uma pergunta simples de se responder, nas palavras da autora. Sobral (2008) colabora com a discussão sobre as situações que enfrentamos no cotidiano, considerando que as práticas que desenvolvemos refletem escolhas particulares, denominando-as de atos. Para o autor, a vida é

[...] formada de uma sucessão de atos concretos; trata-se de atos que são singulares, irrepetíveis (só acontecem uma vez), atos únicos, ou atos que não são iguais a outros atos, mas que têm elementos comuns com outros atos e por isso fazem parte do ato como categoria englobante (SOBRAL, 2008b. p. 225).

Corroborando esta afirmativa, consideramos que quanto mais o profissional vive diferentes atos singulares, ele vai construindo um repertório para conduzir seus novos atos em novas situações, desenvolvendo habilidades tradutórias e discursivas. O processo de reflexão após o ato vivido difere do executado, considerando a singularidade de cada momento.

Os Códigos de Conduta Ética são permeados por variadas orientações para os atos, abrangentes e específicas, que o profissional deve tomar como norte para balizar sua atuação. Não se deve tomar o Código de Conduta Ética como um documento engessado que apenas contém uma série de regras, mas estes devem ser escritos numa tentativa de orientar as práticas daqueles profissionais vinculados às instituições que organizaram estes documentos.

A profissão do TILS foi reconhecida pela Lei nº 12.319/10, uma conquista de toda uma categoria, bem como das associações de TILS, que nos últimos anos foram pensadas com o intuito de criar representatividade a esta categoria em espaços políticos onde a mesma ainda não se fazia presente.

Ao total, no Brasil, temos 09 (nove) associações que representam a categoria profissional dos Tradutores Intérprete de Libras, sendo:

- ACATILS – Associação Catarinense de Tradutores e Interpretes de Língua de Sinais;
- AGILS – Associação Gaúcha de Intérprete de Língua de Sinais;
- APILCE – Associação dos Profissionais Intérpretes e Tradutores de Libras;
- APILDF – Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Distrito Federal e Entorno.
- APILES – Associação dos Profissionais Intérpretes de LIBRAS do Espírito Santo;
- APILRJ – Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Rio de Janeiro;
- APILSBESP – Associação dos Profissionais Intérpretes e Guias-Intérpretes da Língua de Sinais Brasileira do Estado de São Paulo;
- APILSEMG – Associação dos Profissionais Intérpretes da Língua de Sinais do Estado de Minas Gerais;
- APTILS – Associação dos Paranaenses de Tradutores Intérpretes e Guia Intérpretes de Língua de Sinais.

Dentre as várias associações criadas na esfera estadual, a APILSEMG que tem por desafio buscar a união, valorização e

reconhecimento desta categoria conforme palavras do site da referida associação (APILSEMG, 2013). No estado de São Paulo, temos a APILBESP, que em suma, tem ideais idênticos a APILSEMG. Em âmbito federal, temos a FEBRAPILS (Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais) que é a somatória de todas as associações estaduais que representam esta categoria. Algumas destas elaboraram Códigos de Conduta Ética para nortear as ações profissionais de seus associados.

A preocupação com a conduta dos atos pessoais e profissionais atravessa a nossa sociedade desde muito tempo. Bakhtin, um dos maiores teóricos do século passado, entrelaçou uma discussão filosófica com seus pares sobre a constituição de um ato ético, em um de seus manuscritos intitulado Filosofia do Ato (BAKHTIN, 1920-1924, apud SOBRAL, 2008a). Observamos que o autor propõe um estudo do agir humano frente ao seu mundo concreto, social e histórico. Por sua vez, nas palavras de Amorim (2008), este manuscrito coloca em voga a filosofia moral exercida pelo indivíduo perante uma situação em que sua moral é colocada à prova. Em conformidade ao que foi definido pela autora, a ação é qualquer comportamento impensado e até mesmo mecânico. Já o ato é pensado e responsável frente a um indivíduo que responde a esse ato. O TILS, por sua vez, como profissional, precisa compreender que seus atos são de sua responsabilidade, devendo ser desenvolvido de forma consciente a partir da interação com os clientes (ouvintes e ou surdos), e que o ato está inserido em um contexto particular, não mais repetível.

Atualmente, poucos são os trabalhos que discutem a questão do Código de Conduta Ética do TILS no Brasil. Por outro lado, existem vários trabalhos e livros já publicados internacionalmente sobre as questões éticas e a atuação de TILS, que trabalham com diferentes pares

linguísticos. Dentre as várias pesquisas existentes, percebeu-se importante a obra de Stewart (1998) que nos mostra como o Setor de Registro de Intérpretes para Surdos (Registry of Interpreters for the Deaf (RID), tradução nossa) implementou posturas em uma espécie de Política Ética que demonstra todas as qualidades, como também ações esperadas por parte dos TILS dos Estados Unidos e Canadá. Seu trabalho inicia com uma contextualização comentando o que aconteceu com a implementação do RID a partir de meados dos anos 60 e como os TILS que outrora exerciam suas funções de forma empírica, até mesmo voluntária em contextos religiosos e comunitários, agora necessitariam passar por um curso de formação e, também, por um exame que atestasse sua proficiência linguística, semelhante ao Exame Prolibras, instituído no Brasil pelo Decreto 5.626/05. Alguns valores também são pautados no texto do RID, como confidencialidade entre as partes envolvidas no ato interpretativo, sendo o TILS e a pessoa que necessita do serviço de tradução e, até mesmo, nas relações entre os próprios TILS de forma a manterem trabalhos realizados em extremo sigilo. O que nos chama atenção neste trabalho é uma sessão onde encontramos situações problemáticas que se configuram como exceções, pois não se tem a possibilidade de manter a confidencialidade de forma efetiva, nestes casos o exercer deste valor pode ser repensado. Um ponto crucial do trabalho do Intérprete é o Estatuto Jurídico de Confidencialidade (Legal Status of Confidentiality, tradução nossa), no qual estão elencados itens que mostram como os TILS podem exercer esse valor sem sentir o peso da responsabilidade por sobre seus ombros, trabalhos como este (STEWART, 1998) se mostram de grande importância para o amadurecimento da profissão do TILS que ainda se encontra tímida



frente o status quo elevado dos TILO's (Tradutores/Intérpretes de Línguas Orais).

Na sessão nomeada Exatidão e Integridade (Accuracy and Completeness, tradução nossa), observamos a problematização que envolve o ato interpretativo, sabemos que o TILS não interpreta somente palavras, mas o intérprete tem a função de dizer o mesmo à outros como bem indica Sobral (2008), e tendo em vista esta premissa uma grande discussão se faz envolta do conceito de fidelidade e como este conceito está latente ao ato interpretativo porque

A maioria dos modelos de interpretação demonstram a necessidade de ir além da entrega de palavras para sinais e sinais para palavras. No que tange a transmitir o espírito e escolha das palavras enunciadas assim deve-se optar por palavras que sejam "mais facilmente entendidas" reforçando a necessidade de se levar em conta os aspectos culturais dos participantes deste ato (STWEART, 1998, p. 173. Tradução nossa).

Outro conceito amplamente debatido entre os TILS, contemplado na obra de Stewart, é o da Imparcialidade (Impartiality, tradução nossa) que é tido como condição sine qua non para o exercer ético da profissão, sendo crucial e imprescindível para o intérprete. Na trama do texto, percebemos que não existe uma clareza entre o conceito de imparcialidade e de neutralidade, distinção essa que percebemos ser realizada empiricamente no Brasil. O intérprete não deve emitir opiniões, segundo o trabalho de Stewart (1998), estando em conformidade ao que pensa os TILS atuantes no Brasil, pois ao emitir opinião e/ou pontos de vista o profissional está ferindo diretamente o Código de Conduta Ética preestabelecido pelas Associações, já que estes Códigos foram idealizados no intuito de resguardar as atitudes e as decisões tomadas pelo Tradutor Intérprete no ato de seu ofício. Estes trabalhos empregam uma visão objetiva de tradução e interpretação, em que aspectos

subjetivos são suprimidos, como se a tradução não sofresse as escolhas dos intérpretes e como se as escolhas não fossem parciais e dependentes da visão de mundo do sujeito que atua como tradutor ou intérprete.

Podemos somar ao conceito de fidelidade e neutralidade a problematização trazida pelo autor na sessão *Discrição* (*Discretion*, tradução nossa) que para Stewart (1998) é um dos princípios éticos mais violados pelos profissionais da tradução atuantes hoje em dia, necessário se faz pesquisas mais aprofundadas para se ter uma clareza sobre os motivos que levam o profissional a ferir esta discrição.

Seguindo estas premissas, temos também o trabalho de Solow (1999), ainda em âmbito internacional, que publicou um capítulo no livro intitulado *Sign Language interpreting: a basic resource book* (Intérprete de Língua de Sinais: um livro básico de recursos, tradução nossa) que tem por título *A Ética do Intérprete* (*The Ethics of Interpreting*, tradução nossa). Observamos, já na introdução do texto, a relevância dos Códigos de Conduta Ética para o desenvolvimento da profissão do Tradutor Intérprete, pois a criação de marcos legais como Códigos de Conduta Ética e outros trazem consigo uma sensação de segurança no exercer do ofício para o profissional. Nas palavras de Solow (1999), o Código de Conduta Ética se faz um importante documento de defesa do profissional, caso esse profissional se sinta lesado ou, até mesmo, desrespeitado no exercer de sua profissão, o que nos mostra mais uma vez a relevância desta pesquisa. A redação de um Código de Conduta Ética deve ser orientada pelas demandas que surgem para este profissional, bem como precisa estar embasada na experiência empírica daqueles que foram os pioneiros neste ofício, para que assim tenha o seus efeitos assegurados para com as situações que pedem um rigor ético.

O autor separa seções intituladas com os valores encontrados nos Códigos de Conduta Ética, organização recorrente em outros trabalhos sobre mesma temática. O trabalho se inicia com a Confidencialidade (*Confidentiality*, tradução nossa) que para este autor se trata de manter o sigilo para com as informações que perpassam o ato interpretativo de ambas as partes, pois a recusa deste sigilo se configura como uma ofensa grave para o ato profissional. A confidencialidade envolve as duas partes, primeiro: aquele que necessita do serviço de tradução e o TILS é uma via de mão dupla não cabendo a responsabilidade completa somente a uma das partes do processo. Na seção seguinte, o autor trata da Neutralidade (*Impartiality*, tradução nossa), sendo a neutralidade tema recorrente em todos os Códigos de Conduta Ética, conceituada pelo autor, que o Tradutor Intérprete não deve se pronunciar nem emitir qualquer opinião sobre as informações que ele está transmitindo para que pensamento crítico não atrapalhe seu raciocínio interpretativo. Novamente, flagramos conceitos idealistas que exemplificam o ato de traduzir desconsiderando os sujeitos, o raciocínio interpretativo está envolto ao pensamento crítico do humano, as questões ideológicas e discursivas em que está inserido historicamente.

No volume “Dizer o “mesmo” a outros: ensaios sobre a tradução, Sobral (2008) traz uma série de discussões pertinentes à prática da tradução, múltiplas visões teóricas sobre este campo de atuação e a questão da tradução da Libras.

Para o autor, o ato interpretativo é único, singular e não se repete, sendo assim, quando ocorre, o Tradutor/Intérprete se encarrega de transpor estes enunciados para uma língua alvo, mas estes enunciados são ditos – ou enunciadas – em determinados contextos que variar pode alterar o seu sentido, conseqüentemente sua interpretação. A função do

Tradutor/Intérprete não é meramente de traduzir textos e/ou discursos orais, mas sim discursos produzidos por sujeitos em situações temporalmente delimitadas e socialmente contextualizadas.

## **Metodologia**

### **Características da Pesquisa**

Em pesquisas que utilizam de análises qualitativas não se têm modelos preestabelecidos para sua produção. Nas palavras de Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa de cunho qualitativa não se restringe a dados quantitativos, mas sim pelas percepções e análises do pesquisador ou, até mesmo, de grupo de pesquisadores. A pesquisa qualitativa se detém em aspectos reais que não podem ser traduzidos em números, pois

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32).

Partindo destas premissas, a presente pesquisa se faz sob o viés supracitado tendo por natureza a perspectiva aplicada, onde se objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, tendo por certo o envolvimento de verdades e interesses locais dos Profissionais relacionados a esta pesquisa como define Gerhardt e Silveira (2009) e tem, segundo os objetivos, a classificação de pesquisa descritiva, pois pretende delinear fenômenos da realidade (TRIVIÑOS, 1987, apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Concernente aos procedimentos adotados nesta pesquisa, esta se enquadra como Pesquisa Documental, sendo que

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Concordando com o autor acima exposto, esta pesquisa trabalhou com Códigos de Conduta Ética já publicados no meio acadêmico, mas ainda não explorados por pesquisas de natureza semelhante.

### **Coleta dos Dados**

Na disciplina de Estudos da Tradução II, ofertada no curso de Bacharelado em Letras – Libras pela UFSC, são abordados assuntos que perpassam a Ética do profissional TILS. Esta disciplina, na versão EAD, possui um texto orientador que contempla o assunto a ser trabalhado durante o semestre. Neste texto, encontra-se um arrazoado composto por três Códigos de Conduta Ética sendo o da FEBRAPILS, APILSPEB e FENEIS. Pelo fato deste texto já os conter, estes foram selecionados como objeto de análise neste estudo.

### **Descrição do Corpus da Pesquisa**

Com o intuito de pautar a ação dos seus associados, cada entidade, que representa o profissional TILS em diversas esferas, possui autonomia para redigir, votar, aprovar e publicar seu próprio Código de Conduta Ética pensado na realidade local de cada uma. Para compor esta análise, foram selecionados três Códigos de Conduta Ética tidos como mais abrangentes já publicados em assembleias gerais das referidas entidades, conforme coletado no item acima.

#### **O Código de Conduta Ética da FENEIS**

Em 1992, aconteceu o II Encontro Nacional de Intérprete e neste foi aprovado o Código de Ética da FENEIS, aos moldes do Código americano RID (Registro dos Intérpretes Surdos, 1965). A redação foi uma tradução

feita por Ricardo Sander, que conta com quatro capítulos e treze artigos incluindo um Parágrafo Único.

#### O Código de Conduta Ética da APILBESP

Aprovado em 2004, o Código de Conduta Ética da APILBESP foi assinado no ato de fundação da referida associação e não sofreu nenhuma atualização deste então, conforme entrevista não registrada com um dos membros fundadores. Conta com dezoito artigos, um Parágrafo Único e um Conclusão.

#### O Código de Conduta Ética da FEBRAPILS

O Código de Conduta Ética da FEBRAPILS foi aprovado em Assembleia Geral realizada em Brasília, entre os dias 05 e 06 de fevereiro de 2011, com os membros efetivos da FEBRAPILS. Seu principal objetivo foi traçar diretrizes para o serviço de interpretação ofertado pelas associações de Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais em âmbito federal. Sua estrutura conta com seis capítulos, 23 artigos e dois Parágrafos Únicos.

### **Procedimentos de coleta dos dados**

No primeiro momento, realizamos uma leitura prévia dos três documentos para identificar os artigos que tratassem sobre os conceitos de fidelidade, confiabilidade e neutralidade do TILS, frente ao ato interpretativo. No segundo momento, organizamos os artigos em uma tabela (Tabela 1) para posterior análise.

<b>Categorias / Documentos</b>	<b>FENEIS</b>	<b>APILSBESP</b>	<b>FEBRAPILS</b>
Confidencialidade			
Fidelidade			
Neutralidade			

Tabela 1: Elaboração Própria para categorização dos dados

## **Procedimentos de análise dos dados**

Trabalhamos com trechos autênticos dos documentos, analisando os sentidos construídos por meio deles com as relações sociais e políticas de movimentos sociais e categorizando a análise em: a) Confiabilidade, b) Fidelidade, e c) Neutralidade contribuindo para a reflexão sobre as implicações destes documentos para práxis do Tradutor/Intérprete e Guia-Intérprete de Libras. Esta análise foi desenvolvida com base em Sobral (2008).

## **Análise dos dados**

Como visto, a análise documental se faz possível a partir do corpus selecionado para esta análise sendo estes Códigos de Conduta Ética coletados dos anexos do Texto Base da Disciplina de Tradução e Interpretação da Libras II do Curso de Letras – Libras à distância da Universidade Federal de Santa Catarina.

Nos três documentos foram identificados os artigos que tinham relação com as categorias de análise delimitadas por este trabalho. Sendo:

<b>Categorias / Documentos</b>	<b>FENEIS</b>	<b>APILSBESP</b>	<b>FEBRAPILS</b>
<b>Confidencialidade</b>	Artigo 1	Artigo 2 (Inciso I)	Artigo 2, 3 e 13
<b>Fidelidade</b>	Artigo 3 e 11	Artigo 4	Artigo 6 (Inciso III)
<b>Neutralidade</b>	Artigo 2	Artigo 3	Artigo 6 (Inciso IV)

Desta forma, organizamos a análise dos dados em três categorias: confidencialidade, fidelidade e neutralidade.

## 1- Confidencialidade

A confidencialidade é a garantia do resguardo das informações dadas pessoalmente em confiança e proteção contra a sua revelação não autorizada. Para o ato interpretativo isso é fundamental já que o intérprete é portador de diversas informações pertinentes somente para o cliente e o profissional. No Código de Ética da Feneis, encontramos o perfil ideal para ser profissional da área de Tradução/Interpretação, no primeiro artigo registra:

Art. 1º. O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele; (FENEIS, 1992).

A confidencialidade é uma premissa importante para a atuação do Tradutor/Intérprete tanto que o código define até que o profissional tenha equilíbrio emocional para não colocar em xeque esta condição sine qua non para a profissão. Por sua vez, no código da APILBESP, a confidencialidade possui um sinônimo, mas de igual importância.

Art. 2º. O Intérprete e Guia-Intérprete obriga-se a restrita observância do segredo profissional, não podendo divulgar a quem quer que seja qualquer informação obtida no decorrer de sua atividade profissional salvo no caso de reunião aberta ao público em geral, e implicação em delito previsto em lei, ou que possam gerar graves consequências ilícitas para terceiros. (APILBESP, 2004).

Como vemos a APILBESP preferiu colocar em seu documento o termo “segredo profissional” que, da mesma forma, demonstra o peso da responsabilidade do TILS como profissional atuante. Todo Código de Conduta Ética prevê em sua redação o sigilo profissional para a função desempenhada, pois esta deve guardar suas informações a que tiver acesso, ou vir a tomar conhecimento, em razão de sua atividade profissional. A APILBESP prevê a quebra de sigilo em casos específicos,



citando: “salvo no caso de reunião aberta ao público em geral, e implicação em delito previsto em lei, ou que possam gerar graves consequências ilícitas para terceiros”. Isso indica uma maturidade. Quando analisado o documento da FEBRAPILS, observamos essa mesma premissa em diversos artigos corroborando assim com veemência do tema, sendo o

Art. 2º. O Código de Conduta Ética e Profissional da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Línguas de Sinais – FEBRAPILS tem como normas delimitadoras para a conduta profissional do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais:

I. Adesão ao modelo de comunicação confidencial.

Art. 3º. O TILS e GI devem manter uma posição de confiança com seu cliente, atuando como intermediadores linguísticos e culturais, valorizando a confidencialidade.

Parágrafo único - O TILS e GI devem valorizar a confidencialidade como condição essencial para proteger todos os envolvidos no trabalho de tradução, interpretação e/ou guia-interpretação.

Art. 13. O TILS e GI devem refrrear-se de usar informações confidenciais traduzidas ou interpretadas para ganho pessoal, ou profissional, a menos que impliquem delito previsto em lei ou que possam gerar graves consequências ilícitas para terceiros (FEBRAPILS, 2011).

Aqui vemos que o conceito de confidencialidade é colocado em voga novamente, pois fora colocado em diversos artigos para nortear diferentes práticas, dentre elas, observamos diversas expressões que comportam um mesmo campo semântico, mas que diferem essencialmente o seu “peso” conceitual para confidencialidade, são elas: “manter a confidencialidade”, “valorizar a confidencialidade”, “refrear-se de usar informações confidenciais” dentre outras que encontramos neste artigo. ‘Valorizar’ indica que o TILS precisa dar valor, apreciar e estimar, ou seja, indica de forma sutil a possibilidade de aplicação da

confidencialidade. Por sua vez, o termo ‘manter’ é incisivo e direto, determina a conduta de confidencialidade.

Em todos os documentos analisados é registrada a confidencialidade como algo determinante da fidelidade do intérprete, fidelidade aos sujeitos, principalmente, aos surdos, consideramos que o intérprete trabalha como mediador entre surdos e ouvintes e não servindo apenas aos surdos. Todavia, não se pode perder de vista que cada contexto interativo tem sua peculiaridade. Sobral (2008) indica que não traduzidos apenas textos, mas sim discursos e esses discursos são reais por meio de sujeitos que desenvolvem diferentes papéis. Desta forma, a depender do campo de atuação o intérprete, ele terá que avaliar a necessidade, ou não, de explicitar algumas informações acessadas em língua de sinais ou português, quando de atuação em esfera jurídica, esfera educacional ou outras. Cada contexto será único, com base nos princípios de Bakhtin:

[...] ele [Bakhtin] concebe a vida de cada sujeito como formada de uma sucessão de atos concretos; trata-se de atos que são singulares, irrepetíveis (só acontecem uma vez), atos únicos, ou atos que não são iguais a outros atos, mas que têm elementos comuns com outros atos e por isso fazem parte do ato como categoria englobante. Bakhtin critica várias teorizações, filosóficas e outras, que, ao generalizar, apagam a especificidade de cada ato, vendo apenas o que há de comum entre eles; é o que Bakhtin denomina “teoreticismo”, ou a tendência a perder de vista, ao se criarem conceitos, o aspecto concreto, material, dos eventos que servem à formação dos conceitos (SOBRAL, 2008a, p. 225).

Parece-nos que essa visão teórica e genérica está posta nos Código de Conduta Ética analisados que obriga categoricamente o tradutor a seguir metodicamente os preceitos pautados neste documento, mas somente o Tradutor/Intérprete pode operacionalizar este conceito não em favor próprio, todavia, para ofertar um serviço de tradução/interpretação onde as informações são mediadas e aplicadas

conforme os contextos temporalmente delimitadas e socialmente contextualizadas.

## 2 - Fidelidade:

Em todos os Códigos de Ética analisados, neste trabalho, foram encontrados artigos bem rígidos no tocante a esse assunto, começamos pelos mais antigos dos documentos analisados, o Código de Ética da Feneis (1992), neste encontramos dois artigos que por si só já serviriam de dado para ampla discussão entre os autores que escreveram por várias vezes sobre o conceito complexo da fidelidade, são eles:

Art. 3º. O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de sua responsabilidade.

Art. 11º. O intérprete deve procurar manter a dignidade, o respeito e a pureza das línguas envolvidas. Ele também deve estar pronto para aprender e aceitar novos sinais, se isso for necessário para o entendimento (FENEIS, 1992).

Neste documento, encontramos dois tipos de fidelidade, no primeiro (art. 3) a fidelidade é para com a interpretação, na análise do cliente que necessita do serviço de interpretação, por sua vez; no segundo (art. 11), a fidelidade é para com a pureza das línguas que são envolvidas neste processo como define Sobral (2008) ao afirmar que as línguas naturais assim como a Libras – Língua Brasileira de Sinais – são constituídas perante a necessidade humana básica de se comunicar. No documento promulgado pela APILSBESP, entre 2008 e 2010, encontramos esse mesmo tipo de fidelidade descrito no art. 3 da FENEIS, segundo ele é dever do Tradutor/Intérprete e Guia-Intérprete:

Art. 4º. O Intérprete e o Guia-Intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor de sua habilidade, sempre transmitindo o conteúdo, a intenção e o espírito do interlocutor, utilizando-se de todos os recursos de expressões disponíveis (APILSBESP, 2004).

Neste excerto, encontramos como essa questão é complexa, o Código de Ética prevê que o intérprete deve ser fiel, mas não pauta como essa fidelidade deve ser exercida, e a quem deve ser fiel. Essa questão é muito complexa e diversos autores já debateram sobre o assunto. Quando analisamos o documento da FEBRAPILS, vemos um norte seguro para com o conceito de fidelidade à língua, pois no seu art. 6 em seu inciso III:

Art. 6º. É dever dos TILS/GI:  
III. Assegurar a equivalência linguística e extralinguística nos atos de tradução e interpretação e guia-interpretação (FEBRAPILS, 2011).

Já aqui, a fidelidade linguística foi bem pautada no que tange a equivalência linguística e extralinguística, uma premissa difundida sobre o ato interpretativo, considerando que o Tradutor/Intérprete de Libras e Guia-Intérprete precisa ter competência tradutória para atuar, e ser capaz de assegurar essa qualidade no exercer de sua profissão.

Os três documentos analisados trazem termos que demandam uma profunda discussão conceitual, como “a pureza das línguas envolvidas” (FENEIS), “transmitindo o conteúdo, a intenção e o espírito do interlocutor, utilizando-se de todos os recursos de expressões disponíveis” (APILSBESP), culminando com o conceito de “equivalência linguística e extralinguística” (FEBRAPILS). Abaixo, vamos discutir cada excerto deste procurando desvelar a concepção tradicional de linguística tradicional de tradução que está impregnada nos documentos.

No trabalho de Sobral (2008a), o autor demonstra a necessidade dos Tradutores/Intérpretes têm de desenvolver a capacidade (que é construída com a experiência tradutória de anos) de ser fiel ao texto original traduzido sem prejudicá-lo, mas

Uma das críticas, a que me oponho firmemente, porque é infundada, é a que insiste na fidelidade ao original (que é algo que o tradutor tem de impor a si mesmo, claro, porque afinal ele não vai ‘inventar’ outro texto), mas trata “fidelidade” como se houvesse no original um sentido fixo essencial que uma tradução (não-errada”) teria de reproduzir (SOBRAL, 2008a, p. 225).

O fantasma da fidelidade assombra muitos intérpretes, pois não se encontra nos documentos analisados a definição deste conceito e como aplicá-lo no ato tradutório ou interpretativo, o que é unanime entre os Tradutores/Intérpretes é o que realmente é ser fiel? Devemos ser fiel a quem? Em que contexto? Estas perguntas abrem oportunidades para novas pesquisas.

### 3- Neutralidade

Este conceito está pautado em o Tradutor/Intérprete não interferir, com suas opiniões, crenças e entendimentos, nos enunciados produzidos pelos participantes daquele contexto. Os Códigos de Conduta Ética preveem, em sua redação, como estes profissionais devem se comportar quando suas opiniões, crenças e entendimentos são divergentes dos que enunciados. Nos documentos escolhidos para compor esta análise, foram achadas citações a este valor. A saber, o Código de Ética da Feneis (1992) pauta que:

Art. 2º. O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo; (FENEIS, 1992).

Como vimos o conceito de “neutralidade” foi velado por trás dos dizeres de “atitude imparcial”, ou seja, um distanciamento por parte do profissional da informação que está sendo interpretada, pois estabelecer uma neutralidade durante o ato interpretativo é um esforço (FREIRE,

apud GILE, 1995) a mais além, dos três esforços que ocorrem ao mesmo tempo do momento interpretativo, sendo eles: audição, análise e reprodução.

A APILBESP, em seu Código, utiliza de outro termo “atitude neutra”, assim observamos que este possui outra implicação:

Art. 3º. O Intérprete e o Guia-Intérprete deve manter uma atitude neutra durante o transcurso da sua interpretação, evitando quaisquer opiniões próprias, a menos que seja solicitado. (APILBESP, 2004).

Neste excerto, podemos observar que o transcurso da interpretação não pode ser alterado devido a opiniões próprias por parte do intérprete, a meu ver este foi escrito para preservar os profissionais envolvidos neste processo, ao interferimos no processo interpretativo estamos sendo expostos e ainda mais envolvendo nossas convicções sejam elas de qualquer ordem num discurso que não nos pertence, ferindo assim o ato interpretativo em si. Por outro lado, a FEBRAPILS deu uma abertura maior se tratando do tema neutralidade, no seu art. 6, inciso VI observamos a seguinte conduta:

Art. 6º. É dever dos TILS/GI:  
VI. Refrear-se de proferir consultoria, conselho ou opiniões pessoais, exceto quando solicitado e com anuência do cliente e beneficiário. (FEBRAPILS, 2011).

Neste excerto, temos uma flexibilização maior na questão da neutralidade do Tradutor/Intérprete e do Guia-Intérprete mais do que nos outros documentos, a FEBRAPILS orienta que este deve se conter de expressar suas convicções, mas caso seja solicitado com concordância do cliente (entidade que lhe contratou) e o beneficiário (surdo que necessita

do serviço), sendo assim este profissional poderá sim emitir sua opinião sobre determinado assunto, fico apenas na dúvida se este documento por se tratar de uma Federação que representa todas as associações, não abriria jurisprudência para atitudes desenfreadas por parte dos profissionais envolvidos na interpretação. Marques (2012), em seu trabalho sobre a neutralidade do intérprete nos conta que

Uma neutralidade plena é algo inviável, pois, como argumentamos durante todo este artigo, o intérprete é um ser humano e como tal é impossível que não faça inferências a informação em questão e escolhas linguísticas relacionadas aos seus próprios conhecimentos prévios. O intérprete não é uma máquina! (MARQUES, 2002. p. 72, grifo nosso)

Por ser um ser biológico e pensante o Tradutor Intérprete de Libras emite de forma implícita ou explícita suas convicções, crenças e opiniões no ato interpretativo ou tradutório, como vemos nas palavras da autora supracitada, ele não é uma máquina e não consegue se isentar totalmente no exercer deste ato, como prevê os códigos de conduta ética analisados.

## **Conclusão**

A profissão de Tradutor Intérprete de Libras é perpassada por diversas concepções, olhares e experiências. Os Códigos de Conduta Ética possivelmente não comportam toda esta multiplicidade de demandas, mas como observamos ele traz em sua redação valores que podem ser discutidos por diferentes vertentes teóricas. A neutralidade deste profissional se mostra impossível partindo do pressuposto deste ser um ser biológico participante do ato interpretativo ou tradutório e que suas vivências e experiências fazem, de igual forma, parte deste ato sendo, portanto, impossível garantir que toda essa bagagem não será perpassada na construção de sua interpretação ou tradução. A

confidencialidade como vimos, vai de igual forma ser demandada pelo contexto de atuação tendo em vista que somente o profissional poderá dosar a quem e em que situação as informações reenunciadas por ele serão utilizadas ou não frente à demanda interpretativa. Por fim, a fidelidade, que neste trabalho muito foi discutida, tal qual até hoje é muito discutida pelos usuários do serviço de interpretação bem como pelos pares deste profissional. Observou-se que a fidelidade é um conceito volátil e é socialmente construída variando com o contexto e os participantes do ato, tendo em vista que a mesma pode ser ao texto, aos participantes, ao próprio intérprete e aos demais que compõe este contexto enunciativo.

## Referências

AMORIM, M. **Para uma filosofia do ato - válido e inserido no contexto**. In: Beth Brait. (Org.). Bakhtin Dialogismo e Polifonia. 1ed. São Paulo: Contexto, 2009, v., p. 17-43. Disponível em: <http://zip.net/bjlGdY>. Acesso em: 25 de nov.

BRASIL. **Decreto 5.626** de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://goo.gl/n7GH8n>. Acesso em 18 de jun.

BRASIL. **Lei 12.319** de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://goo.gl/0rUCXR>. Acesso em 20 de abr.

FEBRAPILS. **Código de Conduta Ética e Profissional da FEBRAPILS**. Documento apresentado e aprovado entre os dias 05 e 06 de Fevereiro de 2011. Assembleia Geral da FEBRAPILS. Brasília, 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, E. L. Teoria interpretativa da tradução e teoria dos modelos dos esforços na interpretação: proposições fundamentais e inter-relações. **Cadernos de Tradução da UFSC**, 2008. Florianópolis, Brasil. Disponível em: <http://zip.net/bblGpM>. Acessado em: 01/12/13.



GERHARDT, T. E. SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Organização. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GESSER, A. **Tradução e Interpretação da Libras II**. Texto base da disciplina de Tradução e Interpretação da Libras II do Curso de Letras – Libras à distância da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

MARQUES, N. V. **O mito da neutralidade e o intérprete de língua de sinais**. Revista do Instituto de Ciências Humanas, v. 7, n. 7, p. 63 – 74, jan – jul 2012.

QUADROS, R. M. de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; 2ª Edição. Brasília, 2004. Disponível em: <http://goo.gl/2DyMYJ>. Acesso em 20 de abr.

SOBRAL, A. **Dizer o mesmo aos outros**: ensaios sobre tradução. São Paulo: Special Book. Service Livraria, 2008a.

SOBRAL, A. O ato “responsível”, ou ato ético, em Bakhtin, e a centralidade do agente. **Signum: Estudos da Linguagem** 11.1. 2008b: 219-235. Disponível em: <http://goo.gl/A6tIxu>. Acesso em 18 de jun.

SOLOW, S. N. **Sign Language interpreting**: a basic resource book. Sem Registro: A Publication of The National Association of The Deaf, 1981.

STEWART, D. CARTWRIGTH, B. E. SCHEIN, J. D. **Sign Language Interpreting**: Its Art and Science. Paperback. 1998.

VALLS, A. L. M. **O que é Ética**. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense, 1994.



# 6

## Tradutores/ intérpretes de libras no ensino superior: níveis de formação acadêmica em questão

**Marcela Regina Lima Rodrigues**  
**Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**

### **Introdução**

O crescimento do número de acadêmicos surdos em Instituições de Ensino Superior – IES tem aumentado consideravelmente na última década. No ano de 2006, Martins, em uma de suas pesquisas, divulgou dados importantes que contabilizavam o número de acadêmicos surdos matriculados nas universidades brasileiras e foi constatado cerca de 300 estudantes, isso de acordo com as informações passadas pela “Profa.

Marlene Gotti, assessora da Secretaria de Educação Especial (Seesp/MEC)” (MARTINS, 2006, p. 160). Consideramos este número pequeno para a população brasileira de surdos em idade adulta. No mesmo ano de 2006 foi criado o curso Letras Libras licenciatura na modalidade EaD em duas ofertas que deu acesso a quase 1.000 alunos surdos à universidade pública (QUADROS, 2015).

O aluno surdo que ingressa no Ensino Superior é um sujeito que superou diversas barreiras de comunicação, culturais, atitudinais, econômicas e sociais. "É um sujeito que ao longo do tempo construiu e apropriou-se de saberes que foram construídos historicamente, possibilitando desta forma avanços em sua escolaridade" (ANSAY, 2009, p. 38). Este fato tem acarretado uma demanda maior de profissionais Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais/Português – TILSP, o que tem resultado na abertura de editais com oferta de vagas em concurso públicos que contemple tais solicitações.

O decreto nº 5.626, Art. 23 trata da garantia do direito à educação das pessoas surdas:

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de LIBRAS – Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, 2005).

Ressaltamos que a presença do TILSP isoladamente em salas de aulas, seja em instituições de ensino fundamental, médio ou superior não é suficiente para se efetivar uma educação inclusiva para o aluno surdo. Pelo contrário, esse fato se denota como a ponta do “Iceberg”, que está imerso na complexidade da inclusão social educativa em instituições de ensino superior – IES. Fato que se polemiza com os movimentos políticos sociais desencadeados nos últimos anos como a manifestação dos

estudantes de Libras e trabalhadores TILSP da UFSC que exigiram uma posição da administração reivindicando a abertura de novos editais de contratação como nível superior para amenizar a falta de profissionais desta categoria no campus de Florianópolis.

Não somente alunos, mas professores surdos também reivindicam intérpretes com formação e competência para atuar na mediação de suas aulas. Podemos citar o vídeo postado no Youtube<sup>10</sup> “APOIO – Intérpretes de Libras E (nível superior) nas universidades” Publicado em 6 de junho de 2014 em meio à paralisação dos servidores e alunos do curso Letras Libras – UFSC.

Culminando em movimentos em âmbito nacional com a realização do “1º Fórum Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Português nas Instituições Federais de Ensino”<sup>11</sup>, em Florianópolis – SC em novembro de 2015 para articulação, discussão e organização política para a realização de concursos públicos para profissionais com formação superior (nível E) nas instituições federais de ensino.

Entretanto, faz-se necessário uma retificação nas políticas públicas nos quais estão embasadas as normas que regem os concursos para TILSP, este tem sido a mola para desencadear o debate entre os

---

<sup>10</sup> Descrição do vídeo: Os depoimentos dos professores Surdos da UFSC apoiam os intérpretes de Libras/ Português, de nível superior, nas universidades. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LF-m2l2qK2k&feature=share>

<sup>11</sup> Objetivos do Fórum:

- Discutir a carreira dos Técnicos Administrativos em Educação, Tradutores e Intérpretes e Tradutores e Intérpretes de Linguagem de Sinais.
- Propor um Fórum de discussão dos Tradutores e Intérpretes e Tradutores e Intérpretes de Linguagem de Sinais, inaugurando um espaço de interação e reflexão profissional com vistas à afirmação, promoção e qualificação da carreira.

Produção de material para orientação dos profissionais em foco, no que diz respeito à prestação do serviço de tradução e interpretação. Organização do I Fórum de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino.

Agradecemos à Professora Neiva de Aquino Albres pelas informações sobre o fórum, compiladas pelo papel de comissão organizadora do evento que desenvolveu.

representantes da categoria e a jurisprudência de algumas instituições de ensino superior federal, a saber: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, UFRN – Universidade Federal de Rio Grande do Norte e a UFU – Universidade Federal de Uberlândia, cujo foco de suas discussões é a nomeação e/ou contratação dos profissionais TILPS categoria nível E (curso de graduação completo) e nível D (ensino médio completo) como rege o Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação – PPCTAI, para atuar em ambientes acadêmicos.

O objetivo principal deste trabalho é a investigação, análise e reflexão das competências do TILSP para o aluno acadêmico surdo, proporcionando assim um melhor desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Como objetivo específico, tomamos a análise de documentos de âmbito nacional e regional (UFSC), são eles: a Portaria do MEC ano de 1987, o edital nº 252/ddp/2013 que tratou da nomeação para o cargo de tradutor Interpretador de Língua de Sinais com formação no ensino médio e o edital nº 80/ddpp/2011, que exigia dos candidatos formação no ensino superior Nível (E) ofertados pela UFSC, a legislação brasileira que assegura o direito do surdo ao acesso à educação superior, referente Decreto nº 5626/2005.

Levantamos algumas questões como: Qual o nível de formação necessário do TILSP para atuação no ensino superior? Quais as funções descritas para os diferentes níveis de formação? O que as leis nacionais dizem a respeito da formação do Tradutor Intérprete de Libras/Português? Como a UFSC, sendo uma Instituição de Ensino Superior, tem contratado os TILPS?

Somente com as respostas das questões acima, poderemos compreender os entraves para a contratação de tradutores e intérprete Língua de Sinais categoria nível E (curso de graduação completo).

## **A trajetória da educação do surdo e sua inclusão no ensino superior**

Para entendermos melhor o contexto educacional da pessoa surda no Brasil é necessário que façamos uma síntese histórica sobre o trajeto percorrido pelos surdos desde o início do século XX e da luta das pessoas com deficiência nos anos 1990 até ocuparem seu espaço nos ambientes acadêmicos. Iniciamos, portanto, fazendo uma breve explanação da introdução do ensino superior em nosso país.

O “ensino superior” no Brasil deu-se início em meados do século XVI com professores vindos de Portugal da Universidade de Coimbra a fim de qualificar os filhos dos senhores burgueses nascidos no Brasil para atuarem em algumas profissões ainda escassas no jovem país (Brasil). Com a chegada desses professores ajudaria na unificação das culturas e ajudaria também amenizar conflitos de cunho religioso que eram comuns durante o período de colonização do Brasil. Após alguns anos após a Independência do Brasil, iniciou-se como uma categoria de orientação profissional de ensino superior onde a metodologia aplicada era o ensino e não a pesquisa (IESALC, 2002).

No decorrer dos anos, com a mudança da política brasileira, foram criadas as Universidades propriamente ditas e com elas vieram as estratégias de aperfeiçoamento das instituições de ensino superior do país, podendo ser públicas ou privadas.

No ano de 1935, Anísio Teixeira<sup>12</sup> criou a universidade pública gratuita para todos que logo foi extinta por um decreto presidencial, mas este foi apenas um dos percussores da expansão das IES brasileiras, que foi impulsionada com ainda mais ênfase no período governamental da Nova República (IESALC – UNESCO – Caracas, 2002, p. 28).

---

<sup>12</sup> Diretor do Instituto Federal no ano de 1935.

Durante a Nova República, foram criadas 22 universidades federais, constituindo-se o sistema de universidades públicas federais. Cada unidade da federação passou a contar em suas respectivas capitais, com uma universidade pública federal. Durante esse mesmo período, foram, também, criadas 9 universidades religiosas, 8 católicas e 1 presbiteriana (IESALC – Unesco – Caracas, 2002, p. 31)

Após a expansão nacional da educação superior no território brasileiro, viu-se a necessidade da criação de leis e diretrizes e bases da educação brasileira, assim sendo, e foi promulgada a lei de nº 4.024 no ano de 1961 no qual defendia:

**Art. 2º** A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.

Parágrafo único. À família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos.

**Art. 3º** O direito à educação é assegurado:

I- pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor;

II- pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada à insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos.

(BRASIL, 1961).

Contudo, a lei 4.020 de 1961 não só assegura o direito a educação, como garante o direito a todos a esse ambiente de conhecimento e desenvolvimento tecnológico e científico social, como uma necessidade básica.

**Art. 1º** A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;

b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;

c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;



- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça. (BRASIL, 1961)

Desde a década de trinta tem sido criadas leis que defendem o direito de todas as pessoas com uma política mais humanitária, que tende a abranger indivíduos que foram rejeitados e marginalizados pela sociedade em decorrência das diferenças sociais.

“No Brasil, a partir do ano de 1990, com as políticas de inclusão escolar houve um aumento nas matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)” (ANSAY, 2009, p. 37). Assim também, como as políticas públicas que respaldam o direito deste acadêmico nas IES na perspectiva e crítica de Daroque (2011) que apresenta a inclusão desses alunos como algo que vai além de somente incluí-los nos ambientes acadêmicos, abrangendo essa problemática a fatores influentes fortes como a formação e capacitação de profissionais que atenderam esses alunos.

O principal objetivo da política inclusiva é incentivar a inserção social das pessoas com deficiências a comunidade, povo ou grupo que estes pertencem ou deveriam pertencer, possibilitando-o acesso por meio de adequações que rompam com as barreiras pedagógicas, arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais ao meio em que esta inserida.

Por meio da política de “inclusão”, constatamos um crescente interesse social pela área de atuação em que se encontra o profissional Tradutor e Interpretação em Língua de Sinais no Brasil com a finalidade

de “romper” com a barreira comunicacional que resulta em uma progressiva demanda de cursos de especialização e formação dos profissionais TILSP, por meio de instituições públicas ou privadas reconhecidas e certificadas pelo Ministério da educação (MEC).

Deu-se, então, início as adequações de novas estratégias para formar esses profissionais para os diversos contextos de atuação, a saber, na educação superior, com isso cria-se o curso de Graduação em Letras Libras (Língua Brasileira de Sinais), nas modalidades presenciais e de Ensino a Distancia (EaD) com habilitação em licenciatura e bacharelado. Este curso é destinado a alunos surdos e ouvintes proporcionando-os o contato direto com a língua, cultura da comunidade surda acadêmica (QUADROS, 2015).

Com base nessa perspectiva, analisamos o trabalho desenvolvido por Ansay (2009), em sua dissertação que trata sobre a trajetória do aluno surdo até sua ascensão ao ensino superior, onde é feita toda uma retrospectiva histórico-social, político, educacionais e culturais do indivíduo surdo nas últimas décadas. A autora expõe o sujeito surdo como um ser real e não como um indivíduo temático, ou seja, a pessoa surda possui uma especificidade e um modo diferente de perceber o mundo que o rodeia, este indivíduo sofreu exclusão social, foi-lhe imposto um comportamento que se adequasse ao padrão social considerado “normal”, ou seja, falar e ouvir.

No Brasil, têm-se os primeiros relatos sobre a educação de surdos somente em meados de 1876, durante o império de D. Pedro II em que fundou o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – (INES). Ansay (2009) também destaca as reivindicações sociais e políticas nas das décadas de 70 e 80 da comunidade surda que pediam o reconhecimento da língua de sinais como primeira língua da pessoa surda e a língua de

seu país de origem como segunda língua, surgindo nesse período a proposta do bilinguismo na educação do surdo na Europa e na América Latina.

As manifestações e a grande repercussão dos movimentos de resistência dos surdos no Brasil resultaram no reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão oriundas das comunidades de pessoas surdas do Brasil por meio da Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002 e do Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a lei de Libras citada anteriormente.

É ressaltada, também, a visão clínica da surdez que a concebe como uma doença, no qual o surdo deve ser reabilitado, corrigido ou amenizado as consequências da não audição, tendo crescimento com as tecnologias médicas voltadas para reabilitação, como o implante coclear. Para a comunidade surda, a surdez é considerada uma diferença e não uma deficiência.

“É necessária a adequação das instituições de ensino superior visando adaptação social dos alunos surdos, o que implica na atenção às necessidades específicas quanto aos projetos político-pedagógicos, adequação dos currículos e da metodologia, bem como cuidado especial com a formação de professores” (DAROQUE, 2011, p. 17). Martins (2006) destaca também a importância do preparo do Intérprete de Língua de Sinais que atua dentro da sala de aula, este profissional recebe uma carga de informação intensa durante suas atividades, isso requer certa familiaridade com os conteúdos apresentados ao discente. Pois, “todo o processo de ensino e aprendizagem passa pelo intérprete educacional; que tem uma visão holística de todo o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo” (MARTINS 2006, p. 161), exigindo que este que tenha um conhecimento prévio da proposta curricular do curso

no qual atuará, mas devemos deixar claro que o TILSP que atua em ambientes acadêmicos transita por diversos setores da instituição, que vai da secretaria do curso ao curso que atua para resolução de questões consideravelmente simples, a reuniões administrativas e debates realizados com autoridades institucionais na reitoria.

A falta de conhecimento específico em cada curso marca o pouco/nenhum domínio do conteúdo explanado. A princípio este é o ponto principal da dificuldade da atuação do intérprete acadêmico. A lacuna só ameniza na medida em que o intérprete vai se familiarizando com a linguagem utilizada em cada situação e faz parcerias com o professor. Cabe ao profissional um compromisso com a educação do aluno em questão e pela sistematização do estudo, mesmo em horários extra-sala, apropriar-se do conhecimento que a *priore* é desconhecido (MARTINS, 2006, p. 164).

Embora devamos entender que “atualmente com a ampliação da profissão e a gama de pessoas que se “dizem intérpretes”, as universidades têm exigido nível superior e comprovação de cursos de Libras” (MARTINS, 2006, p. 164). Ainda há uma relação de poder muito forte entre as camadas dominantes e dominadas, entre as línguas dominantes e as línguas dominadas, a maneira como essa língua é vista e aceita na sociedade em que esta inserida vai fazer com que ela seja livre ou não para percorrer os diversos espaços sociais, isso inclui os ambientes de formação do conhecimento, como as universidades. Bourdieu (1996) considera que:

O conjunto das condições sociais de produção e de reprodução dos produtores e dos consumidores. Os conservadores fazem como se a língua pudesse valer alguma coisa fora de seu mercado, como se ela possuísse virtudes intrínsecas (ginástica mental, formação lógica etc.); mas, na prática, eles defendem o mercado, isto é, o domínio dos instrumentos de reprodução da competência e, portanto, do mercado (BOURDIEU, 1996, p. 5).

Bourdieu, em sua explanação, refere-se à relação de poder entre as línguas, o que deveria ser um instrumento de socialização e interação entre os homens é utilizado pelo sistema sociopolítico como meio de opressão e de exclusão de algumas comunidades que fazem uso da fala de línguas minoritárias. Essa relação de poder é decorrente da adoção de uma língua oficial. Para Fernandes (2010), alguns países possuem diversas línguas nacionais, definindo língua oficial como aquela compartilhada por um grupo populacional, sobretudo, étnicos comuns.

O Brasil possui apenas uma língua oficial, que é o português, mas poderíamos citar também como uma língua nacional a Língua Brasileira de Sinais que é utilizada pelas pessoas surdas como meio e comunicação e expressão (BRASIL, 2002).

Percurso da pesquisa

Essa pesquisa configura-se em uma abordagem qualitativa, pois visa a análise da legislação referente à contratação do profissional tradutor e intérprete de Língua de Sinais em instituições federais de ensino superior brasileira. Buscamos produzir um conhecimento aplicado, ou seja, procuramos respostas e soluções para a problemática apresentada, a fim possibilitar resolução da questão ou pelo menos “[...] proporcionar maior familiaridade com este caso, a fim de torná-lo mais explícito [...]” (GERHART e SILVEIRA, 2009, p. 34).

Alunos surdos têm chegado a cursos de nível superior, o que requer adequações para a acessibilidade, entre elas está a contratação de TILSP.

Traçamos como objetivo discutir as implicações da formação de TILSP para atuação no nível superior e desvendar as indicações dos documentos oficiais sobre o tipo de formação exigida para atuação em nível superior de ensino.

Para tanto, desenvolvemos uma análise documental. O material analisado refere-se à legislação que rege os cargos e planos de carreira dos servidores federais, incluindo os servidores intérpretes. Mais especificamente, a Portaria. nº 475, de 26 de agosto de 1987 onde consta todas as funções descritas das atividades de nível D e de nível E, e os editais dos concursos da UFSC para TILSP.

DOCUMENTOS	LEGISLAÇÃO	EDITAL DE CONCURSO – UFSC
Descrição	Portaria. nº 475, de 26 de agosto de 1987 onde consta todas as funções descritas das atividades de nível D e de nível E. Cargo de nível E, Tradutor Intérprete (nº 89)	- Edital nº 80/ddpp/2011 concurso público para provimento de vagas para a carreira técnico administrativa em educação da UFSC <a href="http://antiga.coperve.ufsc.br/concursos/ddpp/2011/edital/edital_completo.pdf">http://antiga.coperve.ufsc.br/concursos/ddpp/2011/edital/edital_completo.pdf</a>
		EDITAL Nº 252/DDP/2013 Concurso público para provimento de vagas para a carreira técnico-administrativa em educação da UFSC <a href="http://stae2013.concursos.ufsc.br/files/2013/10/Edital-252DDP2013-STAE-UFSC-ALTERADO.pdf">http://stae2013.concursos.ufsc.br/files/2013/10/Edital-252DDP2013-STAE-UFSC-ALTERADO.pdf</a>

Tabela1: Documentos analisados

A análise documental “constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, ou seja, complementar informações obtidas por técnicas específicas, desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 38)”. Os documentos para análise deste artigo, a saber, a portaria de Portaria nº475/26 de agosto de 87, foi retirado do site do MEC e os editais de nº 252/ddp/2013 e nº 80/ddpp/2011, retirados do site da Secretaria de Gestão de Pessoas – CEGESP da UFSC, sites oficiais do governo.

Delimitamos estes documentos, pois eles nos dão respaldo sobre a abertura de concursos para TILSP no ensino superior e a depender da interpretação do documento, pode-se determinar o nível de escolaridade para cada cargo ofertado.

## Procedimento de análise dos dados

Após a seleção dos documentos, desenvolvemos uma leitura detalhada, compreendendo a sua marca histórica e social. Selecionamos os trechos do documento que se referiam especificamente aos intérpretes que atuam em universidade (incluindo o nível D e E). Desta forma, trabalhos com a análise da linguagem escrita compreendo a leitura, interpretação de fonte oficial, o que demanda do pesquisador uma articulação deste documento com outras fontes vindas dos movimentos sociais de surdos e intérpretes e de fontes secundárias, como pesquisas sobre a temática.

A sociedade é organizada em classes, essa classificação é marcada histórica e socialmente a partir da linguagem e do pensamento sobre os destinatários dos bens culturais e educacionais. Destacamos que essa classificação é de natureza imaginária. Mas, Bourdieu alerta que “as classes sociais não existem [...]. O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer” (BOURDIEU, 1996, p. 26 e 27).

## **Contratação dos intérpretes para promoção da acessibilidade e inclusão educacional**

Neste trabalho, buscamos analisar os documentos legais nos quais estão registrados os direitos do surdo a acessibilidade e, mais especificamente, à contratação do Tradutor Intérprete de Libras por meio de concurso público. A fim de refletir sobre os embates que estão presentes entre a comunidade surda acadêmica e instituições de ensino superior, com base neste critério, selecionamos o **decreto nº 94.664**, de 23 de julho de 1987, o **edital nº 80/ddpp/2011** e **edital nº**

**252/ddp/2013** da UFSC. Levamos em consideração as discussões e argumentos utilizados pelas entidades envolvidas (universidades, MEC e TILPS), avaliamos as questões e os resultados pertinentes a essas situações, atentos a ganhos e as perdas adquiridas no decorrer desse debate.

O número de acadêmicos surdos nos ambientes de ensino superior tem crescido consideravelmente nas últimas décadas, pois os estudantes acadêmicos têm conseguido esclarecimento quanto aos seus direitos. Essa gama de informação tem estimulado jovens e adultos surdos a aderirem a uma educação superior, dando a nós uma sensação de que a inclusão que existe é eficaz e completa. Contudo, sabemos que o termo inclusão é amplo, e está além do que hoje ainda se tem feito para integrar pessoas com deficiência em um contexto de igualdade social. Questionamos: Que nível de Formação do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais, que atua ou atuará em IES, é requisito? Os editais de contratação e oferta de vagas tem considerado a formação em nível superior dos profissionais TILSP?

Embora, este venha ser um assunto tão disseminado entre a categoria de TILSP, ainda assim devemos nos questionar: será que a sociedade tem visto e refletido sobre o nível de formação escolar dos profissionais que tem atendido os cidadãos surdos dentro das universidades? Este trabalho vem ofertar informação sobre os níveis de escolaridades dos Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Português que estão sendo lotados dentro das IES.

A portaria nº475/26 de agosto de 1987 explana quais os cargos e seus níveis de escolaridade dentro das instituições federais e trata também dos diversos cargos ofertados pelas IES. Esta portaria foi dividida em subgrupos de níveis de formação escolar, desde o ensino



médio até a formação em ensino superior. Tal documento é a base de utilização para a nomeação de profissionais que atuam em diversos cargos públicos das universidades federais brasileiras.

A categorização dos intérpretes como nível médio tem sido o pivô de toda essa discussão, pois consta que:

## CAPÍTULO II

### TÍTULO I

#### DA TERMINOLOGIA E CONCEITUAÇÃO

Da Classificação das Categorias Funcionais dos Cargos e Empregos

Art. 18. Os grupos ocupacionais previstos nos artigos 18 e 19 do Anexo ao Decreto nº 94.664, de 1987, serão subdivididos:

I- Em seis, quatro e três subgrupos, respectivamente, para os Grupos Nível Apoio, Nível Médio e Nível Superior, cujas Categorias Funcionais e respectivas Tabelas Salariais estão relacionadas e descritas no Anexo I

#### ANEXO I

##### GRUPO: NÍVEL MÉDIO

##### Subgrupo NM-01

01. Afinador de Instrumentos Musicais, 02. Auxiliar Administrativo, 03. Auxiliar de Cenografia, 04. Auxiliar de Enfermagem [...] 58. **Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais** [...].

(BRASIL, 1987 – *grifo nosso*).

O edital acima restringe a nomenclatura de Tradutor Intérprete unicamente para a modalidade oral de línguas referindo-se apenas as línguas estrangeiras como inglês, francês e espanhol, a estes cargos exige-se formação superior, diferentemente do cargo nomeado como Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais que exige somente formação em nível médio.

Os cargos que se referem à Tradução e Interpretação as exigências nos níveis de escolaridade são tidas como distintas, mesmo sendo ofertados a uma mesma função, diferenciados apenas pela modalidade das línguas (línguas orais e línguas de sinais).

Temos como explicação para a pequena exigência, a idade da lei (1987), na qual esta respaldada a escolaridade do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais dentro da Universidade. Perceberemos, então, que muita coisa mudou desde 1987 até os dias atuais, desenvolveu-se muitos estudos sobre a comunicação feita por meio de língua de sinais, agora tida como uma língua que possui uma gramática e seus parâmetros de comunicação. Esta área de pesquisa exigiu e continua a exigir tempo e um estudo minucioso, pois muito dela ainda pode ser descoberto e aperfeiçoado, pois o “futuro da língua é comandado pelo futuro dado aos instrumentos de reprodução do capital linguístico” (que toda a língua é dinâmica e com isso também se torna dinâmico os fatos que a compõe) (BOURDEU, 1996, p. 10).

Nos anos 80, década da criação do decreto de número 94.664, a Libras ainda não era reconhecida como Língua e/ou meio de comunicação essencial dentro do nosso território nacional. Isso fez com que hoje, no Brasil, as instituições de ensino superior não estejam considerando as exigências mais importantes que devem compor a formação do Profissional TILSP, profissional em que a formação deve prover competência para atender as diversas demandas exigidas pelas universidades, além da mediação pedagógica. Mais recentemente, a Lei Federal 12.319, de 1º de setembro de 2010 regulamentou a Profissão de Tradutor e Intérprete Libras.

Lei Federal 12.319, de 1º de setembro de 2010 – Profissão de Tradutor e Intérprete Libras

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

(BRASIL, 2010).

Embora a lei citada acima evidencie a importância do Profissional Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinas nos Art. 1 e 2, ainda assim, na mesma lei foi vetado o Art. 3º de exigência da formação superior para a atuação neste cargo.

Lei Federal 12.319, de 1º de setembro de 2010 – Profissão de Tradutor e Intérprete Libras  
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
Art. 3º É requisito para o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete a habilitação em curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa.  
Parágrafo único. Poderão ainda exercer a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras – Língua Portuguesa:  
I- profissional de nível médio, com a formação descrita no art. 4o, desde que obtida até 22 de dezembro de 2015;  
II- profissional que tenha obtido a certificação de proficiência prevista no art. 5º desta Lei. (BRASIL, 2010)

Ressaltamos que, até então (2010), não havia profissionais formados pelo curso superior de Letras Libras – bacharelado, o que se efetivou, primeiramente, na modalidade à distância, com a formatura em 2011 em polos pelo Brasil (curso de 2008-2011), e logo depois, no ano de 2012 na primeira turma presencial na UFSC (curso de 2009-2012). Consideramos que o artigo 3º foi vetado na Lei Federal 12.319 (BRASIL, 2010) pela carência de profissionais formados para atender a legislação. Contudo, poderiam trabalhar com um escalonamento de previsão de formação específica que já fosse registrado na lei, pois da forma como ficou registrado pode-se interpretar que não há necessidade de formação superior.

O principal objetivo do curso superior é “produzir e divulgar conhecimento nas áreas de língua, literatura e cultura, buscando disponibilizar os meios que possam contribuir para a capacitação do futuro professor e do futuro bacharel, integrados à sociedade por meio da

formação de profissionais competentes, críticos e criativos” (CNE/CES 492/2001, CNE/CES 1363/2001). Como atuar na mediação pedagógica em universidades sem a formação superior?

Como exemplo de atividades desenvolvidas por estes profissionais, podemos verificar o protocolo de atividades que são desenvolvidas pelos profissionais TILPS dentro da Universidade Federal de Santa Catarina. Eles atendem demandas como traduções de textos acadêmicos, traduções de provas e concursos da universidade, revisões das versões em português dos textos dos surdos (alunos e professores), traduções de textos para alunos da pós-graduação, traduções de instruções para a comunidade universitária, interpretações em reuniões, sala de aulas e eventos e assim por diante (UFSC, 2015). Essas são requisitos que exigem diversas competências por parte do TISLP.

Em 2011 foi lançado o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, (17 de novembro de 2011 – Decreto Nº 7.612) pela presidenta Dilma Rousseff, com o objetivo de implementar novas iniciativas e intensificar ações desenvolvidas pelo governo em atenção às pessoas com deficiência, “A proposta do Viver sem Limite é que a convenção aconteça na vida das pessoas, por meio da articulação de políticas governamentais de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade” (BRASIL, 2011, sp.), buscando assim implementar subsídios que assegurem a qualidade no atendimento às crianças com deficiência dentro das escolas públicas brasileiras, fazendo valer o direito constitucional que garante a todos uma educação de qualidade.

O plano Viver sem Limite investe em recursos e serviços de apoio à educação básica. São ações que contemplam implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, promoção de acessibilidade nas escolas, formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado, aquisição de ônibus

escolares acessíveis e ampliação do Programa BPC<sup>13</sup> na Escola [...] estão sendo instalados núcleos de acessibilidade e ofertados cursos de Letras/Libras e de formação em Pedagogia na perspectiva bilíngue (Libras/ Língua Portuguesa) (BRASIL, 2011, p. 11).

Tendo em vista a quebra de barreira comunicacional nos ambientes educacionais, o Programa Viver sem Limites investiu na proposta de criação 27 cursos de formação superior em Letras/Libras – licenciatura e bacharelado e de 12 cursos de pedagogia na perspectiva bilíngue, para capacitar profissionais que possam atuar com nos ambientes em que há demanda de discentes surdos e ainda oferta de 690 vagas para as Instituições Federais de Educação para a contratação de profissionais atuarem na educação de surdos. Essa demanda deveria ser atingida no período de quatro anos. (BRASIL, 2011).

No ano de 2011 foi divulgado o edital N<sup>o</sup> 80/DDPP/2011 que tratava da abertura de concursos para a ocupação de diversos cargos dentro da Universidade Federal de Santa Catarina. Entre tantos outros, estava o cargo de tradutor intérprete, especificamente para profissionais que atuassem com a Língua Brasileira de Sinais, para a ocupação de cargo na categoria nível E, ou seja, o requisito obrigatório para a ocupação do cargo era a formação em nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação. Esse foi um avanço na UFSC para um atendimento com qualidade para os acadêmicos surdos.

---

<sup>13</sup> Benefício de Prestação Continuada

Edital de 2011

1.1.1. Dos Cargos de Nível de Classificação E

Cargos/ áreas de especialização	Requisitos (Cursos Superiores Reconhecidos pelo MEC)	Nº de vagas	Nível de Classificação/ Nível de Capacitação/ Padrão de Vencimento	Carga Horária
Tradutor e Intérprete	Curso superior em Letras ou Curso superior + Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa/Libras, em nível superior, em exame promovido pelo MEC.	5	E/I/01	40 horas

Tabela 1: Adaptação da tabela apresentada no edital Nº 80/DDPP/2011

Discrição das funções que seriam desempenhadas por este profissional:

EDITAL Nº 80/DDPP/2011

(Alterado conforme Edital 82/DDPP/2011, 85/DDPP/2011 e 88/DDPP/2011)

12.1.15. TRADUTOR E INTÉRPRETE – Traduzir, na forma escrita, textos de qualquer natureza, de um idioma para outro, considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público-alvo específico. Interpretar oralmente, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos e formas de comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes; tratar das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. (UFSC, 2011)

Após a realização de todas as etapas do concurso, foram aprovados onze tradutores intérpretes de Língua de Sinais com Formação em nível superior.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Conforme edital de resultados público, os nomes dos aprovados são: Aline Miguel da Silva, Natália Schleder Rigo, Edgar Correa Veras, José Carlos Ferreira Souza, Letícia Regiane da Silva Tobal, Tiago Coimbra Nogueira, Daniela Bieleski, Sarah Lee Redmer, Juçara Rosa Silva, Luiz Daniel Rodrigues, Juliana Sousa Pereira Guimarães. Disponível em:

No ano de 2013, a Universidade Federal de Ensino Superior UFSC divulgou um novo edital nº 252/ddp/2013 que ofertou novas vagas para o do cargo de tradutor intérprete de língua inglesa na categoria nível E, que exigiu como requisito primordial a formação superior na área, com diploma reconhecido pelo MEC e no mesmo edital também ofertou vagas para tradutor intérprete de Língua de Sinais, cargos na categoria de Nível D, ou seja, os candidatos que ocupariam a vaga iriam dispor de certificados que comprovasse apenas a formação básica com ensino médio completo e o certificado de Proficiência em Língua de Sinais – PROLIBRAS.<sup>15</sup>

Edital de 2013

1.4.1. Dos Cargos de Nível de Classificação E

Cargos/ áreas de especialização	Requisitos (Cursos Superiores Reconhecidos pelo MEC)	Nº de vagas	Nº de vagas para pessoas com deficiência	Nível de Classificação/ Nível de Capacitação/ Padrão de Vencimento	Carga Horária
Tradutor e Intérprete de Língua Inglesa	Curso Superior em Letras Inglês	01	--	- E/I/01	40 horas

<http://antiga.coperve.ufsc.br/concursos/ddpp/2011/edital/Edital114DDPP2011homologatradutorinterprete.pdf>

<sup>15</sup> O PROLIBRAS (Exame Nacional para Certificação de Proficiência no uso e no ensino de Libras e para Certificação de Proficiência na tradução e interpretação de Libras/Português/Libras) certifica pessoas surdas ou ouvintes fluentes em Língua Brasileira de Sinais (Libras) que já concluíram o ensino superior e/ou o ensino médio. O Exame visa proporcionar a pessoas com nível superior de escolaridade, surdas ou ouvintes, a certificação de competência necessária para compor o corpo docente de Libras e a pessoas com nível médio de escolaridade, a certificação de competência necessária como instrutores de Libras.

#### 1.4.2. Dos Cargos de Nível de Classificação D

Cargos/ áreas de especialização	Requisitos (Cursos Superiores Reconhecidos pelo MEC)	Nº de vagas	Nº de vagas para pessoas com deficiência	Nível de Classificação/ Nível de Capacitação/ Padrão de Vencimento	Carga Horária
Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais	Ensino Médio completo mais proficiência em LIBRAS	03	01	D/I/01	40 horas

Tabelas 2 e 3: Adaptação da tabela apresentada no edital Nº 252/DDP/2013

As atividades que seriam desempenhadas pelos Tradutores e Intérpretes foram descritas da seguinte maneira no Edital:

EDITAL Nº 252/DDP/2013

#### 12. DA DESCRIÇÃO DOS CARGOS

##### 12.1. CARGOS DE NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E

12.1.13. **Tradutor e Intérprete:** Traduzir, na forma escrita, textos de qualquer natureza, de um idioma para outro, considerando as variáveis culturais [...] tendo em vista um público-alvo específico. Interpretar oralmente, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, [...] respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes; tratar das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

##### 12.2. CARGOS DE NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO D

12.2.14. **Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais:** Traduzir e interpretar a linguagem dos Sinais. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. (UFSC, 2013)

O Edital indica que há requisição das mesmas funções e atividades do Tradutor Intérprete com níveis de escolaridade distintos por causa das modalidades de línguas apresentadas. O edital, acima citado, faz referência há duas modalidades de língua, uma oral-auditiva e outra espaço-visual (referente à Língua Brasileira de Sinais).

A Libras é um idioma que necessita de um profissional hábil e com formação adequada, com competências especializadas para desempenhar com êxito as responsabilidades que o cargo exige. No entanto, o



profissional TILSP citado no edital 252/DDP/2013 não necessita de uma formação de ensino superior para a ocupação da vaga ofertada pela UFSC, mesmo que este profissional tenha como destino atuação em ambientes acadêmicos, o que representa uma desvalorização da língua de sinais e uma discriminação em comparação a usuários de línguas orais (pessoas ouvintes).

Neste concurso, para as vagas ofertadas pela UFSC do ano de 2013, foram aprovados três<sup>16</sup> “tradutores e intérpretes de linguagem de sinais” ouvintes. Interessante destacar que ainda que a formação escolar exigida fosse de Ensino Médio, o primeiro e o segundo candidato aprovados tem formação em ensino superior e o terceiro candidato aprovado além da formação superior tem diploma de pós-graduação (mestrado).

Ao observarmos os editais citados acima, podemos perceber que há uma incongruência na definição das categorias de formação do tradutor intérprete de Língua de Sinais, pois no **EDITAL Nº 80/DDPP/2011** o cargo de tradutor intérprete de Língua de Sinais é apresentado com as mesmas especificidades contidas no currículo dos intérpretes de línguas orais, logo depois no **EDITAL Nº 252/DDP/2013**. Vimos que este mesmo cargo é categorizado como uma atividade que desenvolve funções totalmente adversas às especificidades desenvolvidas pelos tradutores e intérprete das línguas orais.

Com base nas especificidades e seriedade das funções desempenhadas pelo profissional TILSP, buscamos alguns argumentos que poderiam ser utilizados como meio legais de apoio à contratação de TILSP com formação superior para atuarem em ambientes acadêmicos pautados em leis e decretos nacionais.

---

<sup>16</sup> Conforme edital de resultados público, os nomes dos aprovados são: Paulo Araújo da Cunha Junior, Dâmaris Aline Vidal Oliveira e Rogers Rocha. Disponível em: [http://stae2013.concursos.ufsc.br/files/2014/05/resultadoFinalTodos\\_libras.pdf](http://stae2013.concursos.ufsc.br/files/2014/05/resultadoFinalTodos_libras.pdf)

Uma das principais referências que podem ser utilizadas como garantia aos surdos de seus direitos de acessibilidade é a lei nº 8.078/90, a qual trata da defesa do direito de todo e qualquer cidadão residente em território nacional e determina o cumprimento dos deveres e os direitos legais de cada indivíduo evitando que este sofra qualquer tipo de perda ou dano, seja físico, financeiro e, até mesmo, comunicacional.

Compreendemos, então, que o acesso às informações e à comunicação são instrumentos fundamentais para a interação social entre indivíduos. Estes meios garantem e fundamentam o convívio entre as pessoas e os ambientes em que estão inseridos. A falta deles fere totalmente o direito social de um indivíduo ou de um determinado grupo interagir com outro.

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo. Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: I – interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato; II – interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base; III – interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum. (BRASIL, 1990).

Ainda que a lei acima citada implicitamente abranja também a quebra das barreiras comunicacionais, não foi capaz de isentar o surdo de sofrer este prejuízo e perda no quesito comunicação, informação e educação.

Para defesa da educação de surdos foi necessário que o Decreto nº 5.626/2005 regulamentasse a Lei nº 10.436/2002 assegurando não só o acesso do aluno surdo ao conhecimento em instituições de ensino, mas

também garantindo a acessibilidade igualitária e de qualidade, indicando que o profissional tradutor intérprete de Língua de Sinais/Português possua formação profissional e técnica adequada para exercer suas funções de modo eficaz sem causar prejuízo no processo de aprendizagem do aluno surdo.

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I- cursos de educação profissional;

II- cursos de extensão universitária; e

III- cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras – Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

I- profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior; [...]

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de x Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, 2005).

Este é um direito legalmente garantido ao discente surdo desde os primeiros anos escolares até seu ingresso nas instituições de ensino

superior favorecendo a permanência independente de qual papel social ou profissional a ser desempenhado dentro desta, seja aluno graduando, professor ou servidor.

Mais recentemente, tivemos a publicação da lei de nº 13.146/2015 que trata da inclusão das pessoas com deficiência dentre os quais são citados aspectos relacionados às escolas bilíngues e sobre a formação do Tradutor e Intérprete.

Art. 1. É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência [...]

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

IV- oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

2. Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I- os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;

II- os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (BRASIL, 2015)

A legislação supracitada determina que o grau de formação escolar deste profissional TILSP deve corresponder ao ambiente em que este esteja inserido, ou seja, profissionais com formação no ensino superior seriam destinados a atuarem nos ambientes acadêmicos da educação superior. Desta forma, as universidades deveriam prover vagas de cargos nível E para contratação de intérpretes. Considerando, ainda, que corresponde ao “poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar” (BRASIL, 2015), esse

pré-requisito básico da formação deveria as universidades públicas com a autonomia que a elas é atribuída criar condições internas para prover esses cargos.

A UFSC sofreu um retrocesso ao desenvolver concursos em nível D para TILSP. Esse fato se deve a falta de força política da direção da instituição para ir contra as orientações do Ministério da Educação, considerando que a universidade teria autonomia para destinar vagas nível E, independente das novas vagas nível D para intérpretes oferecidas pelo MEC (vagas que compõem o projeto “Viver sem Limite”). Contudo, a UFSC tinha vagas disponíveis para técnicos administrativos de Nível E que poderiam ter disponibilizado para o cargo de intérpretes de Língua de Sinais.

### **Considerações finais**

Neste trabalho identificamos o aumento do número de surdos nas universidades do país, resultado de anos de lutas, debates, passeatas organizados pela comunidade surda e do avanço da educação bilíngue e inclusiva. Foi possível a identificação das motivações que ocasionaram a “queda de braços” entre a categoria dos TILPS e surdos, por um lado, e IES – Federais e o MEC, de outro, referente ao nível de formação dos tradutores intérpretes de Libras para atuarem em IES – Federais.

Destacamos a legislação que defende a formação superior dos TILSP citando o decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), que assegura o direito da pessoa surda a uma educação bilíngue e formação dos TILP em curso de graduação específico. Citamos também a Lei nº 13.146, lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), a qual assegura a educação de qualidade por meio de profissionais com formação superior.

Contudo, O MEC e algumas IES – Federais respaldam-se no decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, portaria nº475/26-1987 que faz a distinção grotesca e sem fundamento dos intérpretes de línguas orais requerendo nível superior e dos intérpretes de Libras requerendo o Nível Médio. Este decreto está ultrapassado e precisa ser revisto urgentemente.

Há claramente uma distinção entre as línguas orais e as línguas de sinais. Para que haja uma transformação linguística se faz necessária uma revolução política, concedendo a legitimidade também às línguas de sinais, minimizando a dominação da língua oral em ambientes acadêmicos. “É preciso que o mercado linguístico esteja unificado e que os diferentes dialetos de classe ou de região se comparem praticamente à língua legítima” (BOURDIEU, 1996, p. 11). Os fundamentos científicos obtidos atualmente são mais que suficientes para que este reconhecimento seja efetuado.

Para que os acadêmicos surdos consigam ter acesso às aulas, às reuniões, a materiais traduzidos e às atividades acadêmicas interpretadas com qualidade é necessário um profissional TILSP com formação superior.

Esperamos ter esclarecido, por meio das reflexões neste artigo, um pouco do embate que vem se arrastando nas universidades do país e que possamos incentivar às pesquisas, estudos e buscar ainda mais materiais que possam servir de base para as lutas que ainda precisam ser vencidas na educação superior de surdos.

## Referências

ANSAY, Noemi Nascimento. **A trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com a inclusão no ensino superior**. 2009. 133 f. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2009. Disponível em: [http://www.ppgge.ufpr.br/teses/M09\\_ansay.pdf](http://www.ppgge.ufpr.br/teses/M09_ansay.pdf)

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas. O que falar quer dizer.** São Paulo: Edusp, 1996.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1961. **Diário oficial [da] Republica Federativa do Brasil.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm)

BRASIL. Portaria Ministerial nº 475, de 26 de agosto de 1987. Normas Complementares para a execução do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/MEC-475-1987.pdf>

BRASIL, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Proteção do consumidor e dá outras providências. **Diário oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, 11 de Set 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8078.htm)

BRASIL, Ministério da Educação – MEC, 12 de dezembro de 2001. Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Diário Oficial [da] União, Republica Federativa do Brasil**, Brasília, 3 de abril de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação – MEC, 12 de dezembro de 2001. Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Diário Oficial [da] União. Republica Federativa do Brasil**, Brasília, 29 de jan de 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363\\_01.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf)

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, 24 de abril de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm)

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. **Diário oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, 12 jan 2005a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/lei/111091.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111091.htm)

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Diário oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, 22 dez 2005b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)

BRASIL, Lei nº 11.233 – de 22 de Dezembro de 2005. Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria cargos de provimento efetivo; altera dispositivos das Leis nºs 10.862, de 20 de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.095, de 13

de janeiro de 2005, e 11.091, de 12 de janeiro de 2005; revoga dispositivos da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e dá outras providências. **Diário oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, 22 de dez 2005c. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11233.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11233.htm)

BRASIL 2010, Lei Federal 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. **Diário oficial [da] Republica Federativa do Brasil**. Brasília, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm)

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. **Diário oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, 17 de novembro de 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm)

BRASIL. **Viver sem Limite - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD): SDH – PR/SNPD, 2013. Disponível em: [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_0.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_0.pdf)

BRASIL. **Viver sem Limite - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). SDH – PR/SNPD, 2013. Disponível em: [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_0.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_0.pdf)

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de julho 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 6 de jul de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)

DAROQUE, Samantha Camargo. **Alunos surdos no ensino superior: uma discussão necessária**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP. Piracicaba, SP, 2011. Orientadora: Dra. Anna Maria Lunardi Padilha.

FERNANDES, Tamara Grisolia. **Língua e Poder: A Língua como instrumento ou estratégia política nos Países de Língua Portuguesa**. Revista geo-paisagem (online). Brasília. Universidade Federal Fluminense. Ano 9, nº 17, 2010. janeiro/junho de 2010. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/L%C3%ADngua.htm>

GERHART, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa** – serie educação a distância – EAD. Porto Alegre, p. 34, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>

SOARES, Maria Susana Arrosa (org). **Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco – Caracas / Educação**



**Superior no Brasil.** Porto Alegre. Novembro de 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>

UFSC. **Edital nº 80/ddpp/2011** – concurso público para provimento de vagas para a carreira técnico administrativa em educação da UFSC. Disponível em: [http://antiga.coperve.ufsc.br/concursos/ddpp/2011/edital/edital\\_completo.pdf](http://antiga.coperve.ufsc.br/concursos/ddpp/2011/edital/edital_completo.pdf)

UFSC. **Edital nº 252/ddp/2013** Concurso público para provimento de vagas para a carreira técnico-administrativa em educação da UFSC. Disponível em: <http://stae2013.concursos.ufsc.br/files/2013/10/Edital-252DDP2013-STAE-UFSC-ALTERADO.pdf>

UFSC. **Página da Coordenadoria de Tradutores e Intérpretes.** 2015. Disponível em: <http://interpretes.paginas.ufsc.br/>

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Vanessa R. O. Implicações e conquistas da atuação do intérprete de língua de sinais no ensino superior. **ETD**, Vol.7, nº 2, 2006. Disponível em: <http://143.106.58.55/revista/viewarticle.php?id=119&layout=abstract>

QUADROS, Ronice Müller de. (Org.). **Letras LIBRAS: ontem, hoje e amanhã.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

INEP. **Exame Nacional para Certificação de Proficiência em Libras.** Desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/prolibras1>



# 7

## Tradução de materiais didáticos para Libras: políticas de educação e de tradução em questão

**Francine Anastácio da Rocha**  
**Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**

### **Introdução**

Antigamente gravetos, pedras e outros materiais da natureza eram usados como materiais didáticos. Com o passar do tempo foi evoluindo e hoje estes materiais são bem mais elaborados e planejados, compondo uma gama de recursos que fazem uso da tecnologia para o processo ensino-aprendizagem. Souza (2007, p. 111) define que “recurso didático é todo material didático utilizado como auxílio no ensino-aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos”. No

Brasil, a distribuição de materiais didáticos passa por uma avaliação de qualidade pelo Ministério da Educação – MEC. Há políticas que visam à preservação do meio ambiente, tendo em vista que os materiais impressos utilizam de recursos da natureza, sendo assim optam pela tecnologia que está bem desenvolvida e se tornando cada vez mais acessível na escola, como materiais não impressos, mas materializados em Softwares. A Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzidas. A língua de sinais e a tradução de matérias é foco do capítulo VII que indica a necessidade de criação de serviços para romper com as barreiras de comunicação, dentre eles a tradução para a língua de sinais.

Diante do exposto, os materiais didáticos em Libras fazem parte da Educação para as crianças surdas. Faz-se necessária a produção de materiais como livros e jogos que possam contribuir para o processo de aquisição da língua de sinais e aprendizagem dos conteúdos curriculares. O Decreto nº 5.626, no artigo 5, trata que a Libras tem que ser língua de instrução na educação infantil, no ensino fundamental, por isso a necessidade de ter materiais didáticos em Libras, para que todo o conhecimento seja veiculado por meio da língua de sinais.

Art. 5º. A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue. (BRASIL, 2005).

Algumas pesquisas, como Silva (2013) e Santos (2012), revelam que ainda é incipiente o número de recursos e materiais didáticos voltados para Libras. O que existe de materiais didáticos tratam do ensino de vocabulário e alfabeto manual, outros se referem sobre a

questão da estrutura gramatical da Libras. Porém, a produção de jogos para ensino e aprendizagem da Libras ainda é escassa.

Interessante notar que a Editora Arara Azul, a Secretaria Municipal de São Paulo, a FENEIS, o INES e entre outros produzem livros em português que acompanham DVD'S com o mesmo conteúdo, porém com tradução/interpretação para Libras. Algumas autoras como Albres (2014), Neves (2010), Karnopp (2010) também disponibilizam materiais que abordam sobre os materiais didáticos em Libras.

Faz-se necessário conhecer os procedimentos de tradução empregados nestes materiais. Levantamos as seguintes questões: Os materiais didáticos traduzidos para Libras adotam o procedimento de tradução chamado adaptação? A adaptação nos materiais didáticos é suficiente para resolver problemas de tradução? Para que termos relacionados ao uso da linguagem se faz pertinente o uso do procedimento de adaptação?

Neste trabalho, temos como objetivo analisar livros traduzidos de português para Libras e descrever as adaptações desenvolvidas pelos tradutores desses materiais didáticos bilíngue. Embora este artigo focalize nos materiais didáticos em Libras relacionados aos aspectos pedagógicos, precisamos abordar os procedimentos técnicos da tradução estudados por Barbosa (2004). Assim, o tema envolve aspectos educacionais e tradutológicos.

### **O procedimento de tradução “adaptação”**

Pesquisas tratam especificamente do conceito de adaptação nos estudos da tradução, além disso, inclui tradução de diferentes gêneros literários.

Nos estudos da tradução, os autores foram percebendo a necessidade de levantar alguns procedimentos que são desenvolvidos para a execução de traduções interlinguais. Vinay e Darbelnet foram os pioneiros nesse sentido com a publicação do livro em francês “*Du français et de l’anglais: méthode de traduction* ([1958] 1977)”, este livro tem uma releitura em português que explica as teorias de Vinay e Darbelnet. Neste mesmo livro, trata-se dos sete procedimentos técnicos de tradução: empréstimo (*borrowing*), decalque (*calque*), tradução literal (*literal translation*), transposição (*transposition*), modulação (*modulation*), equivalência (*equivalence*), adaptação (*adaptation*) (AMORIM, 2013). Neste trabalho, vamos aprofundar sobre o procedimento de adaptação. Por adaptação, entendem que:

A adaptação é o último procedimento de tradução oblíqua [...]. É utilizada em casos onde a situação extralinguística a que se refere à mensagem da LO<sup>17</sup> [língua de origem] não é prevista pela cultura da LR<sup>18</sup>, devendo assim ser expressa através de uma outra situação, que o tradutor considera equivalente e plausível no contexto cultural da LR. Assim, por exemplo, o enunciado em inglês: “*He kissed, his daughter on the mouth*”, seria adaptado em francês para: “*Il serra tendrement sa fille dans ses bras*”. O beijo, que o pai dá na filha nos lábios, seria substituído, na tradução francesa, por um abraço, pois a cultura dos falantes de francês não prevê um comportamento como este. Não realizar as adaptações quando necessário, leva à produção de um texto correto, porém com um tom indefinido, algo que soa falso e revela, invariavelmente, que se trata de uma tradução (VIEIRA apud VINAY E DARBELNET, 1958, p. 22).

Assim, este procedimento de adaptação ocorre quando uma mensagem é expressa da mesma forma só que com alterações equivalentes a mensagem original. Esse conceito foi corroborado por

---

<sup>17</sup> Língua de origem (doravante representada por LO). (VIEIRA, 1958, p. 17)

<sup>18</sup> Língua de Recepção (doravante representada por LR). (VIEIRA, 1958, p. 18)

Vásquez-Ayora (1997), mas houve uma tentativa de ampliação da proposta de Vinay e Dalbelnet por meio da inserção de procedimentos secundários da tradução (oblíqua<sup>19</sup>), porém o conceito de adaptação como o ato de transmitir a mesma mensagem em uma situação cultural diferente permanece inalterado.

No Brasil, Barbosa (2004) discute sobre os “Procedimentos Técnicos de Tradução” dividindo-os em treze procedimentos, ela faz uma recategorização de todos os procedimentos. Vinay e Darbelnet (1958) trazem os sete procedimentos de tradução e Barbosa acrescenta alguns procedimentos, pois ela se baseia em outros estudiosos. A aplicação desses procedimentos foi estudada em diferentes línguas, tanto que os exemplos que ela apresenta no livro são, geralmente, do inglês para português e do francês para o português e para ela a adaptação:

É o limite extremo da tradução: aplica-se em casos onde a situação toda a que se refere o TLO [texto da língua de origem] não existe na realidade extralinguística dos falantes da LT [língua de tradução]. Esta situação pode ser recriada por uma outra equivalente na realidade extralinguística da LT. (BARBOSA, 2004, p. 76).

A adaptação é considerada como a adequação cultural do texto da língua de partida no texto da língua de chegada. Na atualidade, se amplia esse conceito, pois teóricos como Bastin ([1998] 2011) consideram a prática da adaptação como um procedimento global, que envolve diversos outros procedimentos secundários de tradução. Amorim (2013) procurou sistematizar uma categorização dos procedimentos

---

<sup>19</sup> Segundo Amorim (2013, apud BARBOSA, [1990] 2004, p. 24), a tradução oblíqua seria a tradução que não é literal, devendo ser utilizada em todos os casos nos quais a tradução direta produziria na língua de chegada: a) um texto cujo significado é diverso do original; b) um texto sem significado; c) um texto estruturalmente impossível; d) um texto sem correspondência cultural na língua de chegada; ou e) um texto com correspondência, mas em registros diferentes.

secundários do processo de adaptação. Estudando a tradução para o gênero quadrinho de texto do gênero drama de forma adaptada (inglês para português). Descreve o procedimento de adaptação como um tipo especial de equivalência, desta forma o tradutor utiliza-se da adaptação com o objetivo de deixar o texto natural para o seu leitor.

Baseado em procedimentos secundários da adaptação, apontados por Bastin, Amorim (2013) destacou a utilização da omissão, atualização e criação, principalmente, no que se refere à criação visual da obra adaptada. Cita ainda ser possível ocorrer a transcrição do original, expansão, exotismo e adequação situacional ou cultural (AMORIM, 2013).

Desta forma, compilamos duas formas de conceber a adaptação. Primeiro, em uma perspectiva linguístico-discursiva voltada para a adaptação como “procedimento de tradução” e, segundo, em uma perspectiva multimodal<sup>20</sup> que envolve uma tradução intersemiótica, ou seja, de linguagens materializadas de diferentes formas, como de língua escrita para desenhos, como citado por Amorin (2013).

São poucos os estudos em Língua de Sinais, mas Santiago (2012) discutiu que é possível utilizar esse procedimento nas traduções em Língua de Sinais trazendo exemplos de aplicação dos procedimentos em Libras, quando forem evidenciadas “questões de adaptação do português para Libras como em ouvir/ver e falar/sinalizar, um exemplo no português seria: **Escute bem o que vou lhe falar, é importante**, que poderia ser usado em Língua de Sinais assim: **ATENÇÃO EXPLICAR IMPORTANTE**” (SANTIAGO, 2012, p. 52), este conceito requer que seja ampliado e aprofundado.

Propomo-nos a expandir o escopo de formas de desenvolver o procedimento de adaptação na tradução de português para a Libras.

---

<sup>20</sup> Multimodalidade é a representação da escrita juntamente com as imagens, sendo essas duas modalidades denotadas no texto.



Analisar a tradução de materiais didáticos se faz interessante, pois são materiais reais e com grande corpus.

## **Metodologia**

A presente pesquisa foi desenvolvida com base na abordagem de cunho **qualitativa**, pois se preocupa com a compreensão de um fenômeno, explicando o porquê deste (MOTTA-ROTH, 2014). Esta pesquisa tem o objetivo de descrever, compreender e explicar um procedimento de tradução de português para Libras, mais precisamente, o procedimento de adaptação em tradução de material didático.

Quanto à natureza da pesquisa, ela é **aplicada**, pois objetiva gerar conhecimento sobre o procedimento de tradução (adaptação). Esse conhecimento pode ser aplicado em práticas de tradução, contribuindo para solucionar problemas de tradutores de materiais didáticos e de outros gêneros textuais.

Desse modo, o objetivo é descrever os procedimentos utilizados na tradução, configurando-se como uma pesquisa **descritivo-analítica**. Para tanto, selecionamos materiais traduzidos, como livros didáticos da editora Arara azul para compor o *corpus*.

### *Corpus* da pesquisa

*Corpora* seria um conjunto de informações coletadas de um tema específico, que poderá auxiliar na compreensão de fenômenos, geralmente se utiliza em *corpora* ou *corpus* a coleta eletrônica. Como bem aponta a autora Baker (1995), o conceito de *corpus* é,

“[...] Corpus é um conjunto de textos naturais (em oposição a exemplos/sentenças), organizados em formato eletrônico, passíveis de serem analisados, preferencialmente, em forma automática ou semi-automática (em vez de manualmente). (BAKER, 1995, p. 226; traduzido por Camargo, 2007, p. 18).

A pesquisa com o *corpus* possibilita que o levantamento seja realizado automático ou semiautomaticamente, todavia o material que será analisado está disponível em formato digitalizado, contudo não é possível se aplicar uma busca de forma automática visto que os tipos de excertos dos textos que selecionamos estavam em materiais impressos ou em DVD não pesquisáveis e as traduções específicas em vídeos em Libras, por conta disso, foi necessário o levantamento manual dos termos relacionados à audição e fala.

A editora Arara Azul é uma editora dedicada a publicar temas relacionados às culturas e diversidades humanas, com o objetivo de desenvolver as ações para as línguas gestuais, orais, escritas, além de produzir matérias que auxiliem na aprendizagem de pessoas surdas. Para esta análise, selecionamos os materiais denominados Coleção Porta Aberta – Alfabetização de Português dos 1º, 2º e 3º anos, publicado no ano de 2010 e 2013, por esta editora. Os livros digitais foram distribuídos gratuitamente para as escolas públicas por meio da SECADI/MEC/FNDE.



Figura 1: Capas dos livros

Fonte da imagem: <http://www2.ftd.com.br/hotsite/PNLD/2013/view/livro.cfm?disc=1&item=1>

Os livros foram desenvolvidos originalmente para alunos ouvintes e têm uma versão traduzida para a Libras. Desta forma, o livro para alunos surdos é composto de um Kit, contendo o livro impresso e uma mídia em DVD com a tradução do livro em Libras por meio de janela com

tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa sobreposta a cada página do livro, a tradução é apresentada quando se clica em cada sentença escrita no livro (vide figura 2).



Figura 2: visualização no computador do Material traduzido

Alfabetização é o nome dado à coleção. Esta coleção é composta por cinco livros de português do 1º ao 5º Ano, por três livros de Alfabetização Linguística, por três livros de matemática e três livros de ciências, estes últimos do 1º ao 3º ano, totalizando quatorze livros. Diante do espaço e tempo para realização desta pesquisa, selecionamos para análise apenas os livros da Coleção Porta Aberta com o tema Letramento e Alfabetização Linguística do 1º ao 3º ano.

Dentre todos os livros produzidos desta coleção, delimitamos o livro “Letramento e Alfabetização” como uma amostra relevante. Com esta amostra, objetivamos produzir uma descrição detalhada, aprofundada e ilustrativa capaz de produzir novas informações sobre o procedimento de tradução da adaptação.

Procedimento de coleta e registro dos dados

Primeiramente, desenvolvemos uma leitura do livro selecionando expressões em português (língua fonte) que apresentassem elementos

sobre falar e ouvir, ou seja, tudo que remetesse à audição ou linguagem que não são naturais às pessoas surdas e que requereriam alguma adaptação. Esta etapa foi desenvolvida manualmente.

Criamos uma tabela para organizar as informações, registrando a página do livro, o excerto em língua portuguesa, a tradução para Libras em glosa (transcrição) e indicando se houve o procedimento de adaptação. O Sistema de transcrição utilizado foi de FELIPE (2005).

Página	Língua fonte (português)	Língua alvo (Libras)	Procedimento de tradução
--------	--------------------------	----------------------	--------------------------

Tabela 1: Modelo de tabela criado para registro dos dados

### **Adaptação em tradução para libras**

De modo geral, o artigo refere-se à análise de uma coleção de livros da Arara Azul tendo por objetivo ver os procedimentos de adaptação de português para Libras. Foram encontradas dez adaptações no primeiro livro do 1º ano; por sua vez, no livro do 2º ano encontrou-se 34 adaptações e por fim no livro do 3º ano 48 adaptações. Neste levantamento, as palavras mais encontradas foram ouvir, oralmente, ler, voz alta, falar e oralmente, que por vezes não explicita na Língua de Sinais tais como som, voz alta, entre outros.

Apresentamos a seguir todos os termos levantados que remete à audição ou linguagem como: falar, ouvir, cantar, ler, nomear, voz alta, oralmente, cantar, recitar. A hipótese inicial que tínhamos era de que os tradutores utilizassem os procedimentos técnicos da tradução, dentre eles o de adaptação para os termos que se referem à audição. Por questão de tempo e espaço, neste artigo, foram analisadas apenas algumas das adaptações levantadas.

Desenvolvemos tabelas para apresentar os dados. Na coluna um, temos os números das páginas dos livros, na coluna dois, trazemos a

Língua fonte (português), na coluna três, apresentamos a língua alvo (registrada em glosas na Língua de Sinais) e por último, na coluna quatro enfatizamos o procedimento de tradução discorrendo se é adaptação ou não.

### Livro de Português: Porta aberta 1º ano

Página	Língua fonte (português)	Língua alvo (Libras)	Procedimento de tradução
Início	“Desde que nasceu, aprendeu muitas coisas: engatinhar, a andar, a <b>falar</b> ”	COMEÇAR DESENVOLVER NASCER APRENDER DIFERENTES ENGATINHAR CAMINHAR <b>FALAR LIBRAS</b>	Adaptação
10	“É hora de <b>falar</b> ”	HORA <b>FALAR LIBRAS</b>	Adaptação
17	“Responda <b>oralmente</b> ”	RESPONDER <b>FALAR LIBRAS</b>	Adaptação
56	“Depois <b>leia</b> a lista em voz alta”	DEPOIS LER LISTA OU <b>LIBRAS</b>	Adaptação
75	“Como você sabe que o gato estava <b>ouvindo</b> música”	COMO VOCÊ SABE VER GAT@ LA (incorporação do gato) <b>LIBRAS-EM-MOVIMENTO</b> COMO?	Adaptação
76	“Acompanhe a leitura do professor e descubra um outro jeito de <b>cantar</b> essa música. Depois, <b>cante-a</b> com seus colegas”	PROFESSOR@ LER ACOMPANHAR TAMBÉM MAS ENCONTRAR OUTRO SENTIR CANTAR OUVIR MÚSICA LIBRAS COMO DEPOIS <b>LIBRAS FALAR JUNTO AMIG@</b>	Adaptação
91	“Em que época do ano ela costuma ser <b>cantada</b> ?”	ESS@ MÚSICA SEMPRE <b>LIBRAS CANTAR</b> SEMPRE ANO PERÍODO ANO QUAL?	Adaptação
178	“Copie as palavras que o professor vai <b>ditar</b> ”	COPIAR PALAVRA PROFESSOR@ <b>FALAR LIBRAS</b>	Adaptação
261	“ <b>Leia</b> com seus colegas”	JUNTO AMIG@ VOCÊ <b>CANTAR LIBRAS.</b>	Adaptação (erro de tradução)*
265	“ <b>Leia</b> rápido, sem tropeçar”	LER <b>FALAR LIBRAS</b> RAPIDO CONFUNDIR NÃO	Adaptação

No livro do primeiro ano, encontramos dez termos que se referem a aspectos de audição e fala. Para todos foi utilizado o procedimento técnico de adaptação, ou seja, de alguma forma os diferentes tradutores que atuaram na equipe de tradução lançaram mão de expressar algo que referisse que a expressão era em Libras ou que o ouvir poderia ser perceber a sinalização de outrem.

## Livro de Português: Porta aberta 2º ano

Página	Língua fonte (português)	Língua alvo (Libras)	Procedimen to de tradução
11	“Todo mundo tem um <b>nome</b> ”	PESSOA PESSOA PESSOA NOME TER SINAL SINAL	Adaptação
11	“Responda <b>oralmente</b> ”	RESPONDER FALAR LIBRAS	Adaptação
12	“Eu não gosto do meu <b>nome</b> ”	ME@ NOME SINAL NÃO GOSTO	Adaptação
14	“ <b>Fale alto</b> e devagar para que todos ouçam e entendam bem”	FALAR VOZ ALTA LIBRAS CALM@ PESSOA VER ENTENDER OK	
38	“Depois leia em <b>voz alta</b> , com seus colegas”	AMIG@ A-SUA-FRENTE LER VOZ ALTA LIBRAS	Adaptação
63	“Três representantes da turma irão convidar <b>oralmente</b> um professor da escola para ler um poema em voz alta”	3 REPRESENTANTES GRUPO CONVIDAR FALAR LIBRAS PROFESSOR@ ESCOLA LER POEMA ESCRITO VOZ LIBRAS	Adaptação
64	“Depois, será preciso combinar o que os representantes irão dizer e como vão <b>falar</b> ”	DEPOIS PRECISAR COMBINAR O QUE REPRESENTANTE FALAR LIBRAS COMO FALAR LIBRAS.	Adaptação
64	“Preste muita atenção ao modo com que essa pessoa <b>lê</b> : se entonação está adequada, se faz a leitura com ritmo e melodia, se faz gestos, se olha para a plateia etc”	VER ATENÇÃO COMO PESSOA COPIAR LER LIBRAS VOZ ALTA DEPENDE LIBRAS FLUENTE PERFEITA GESTOS VER DIFERENTE	Adaptação
64	“Após <b>ouvir</b> o poema, pergunte o que ele considerou importante para preparar a <b>leitura</b> em voz alta e os cuidados que teve na hora de ler”	FINAL OUVIR VER POEMA ESCRITO PERGUNTA ORGANIZAR LER VOZ ALTA LIBRAS TAMBEM CUIDADO TEMPO LER	Adaptação
65	“Leve para casa a cópia do poema que irá <b>recitar</b> . Ensaie a <b>leitura</b> em voz alta”	LEVE CASA COPIA POEMA ESCRITO NARRAR LIBRAS PRATICAR VOZ ALTA LIBRAS VER	Adaptação
65	“Procure usar um tom de <b>voz</b> adequado e pronunciar bem as palavras, para que a plateia não tenha dificuldade em <b>ouvi-lo</b> e compreendê-lo. Também é importante ler com <b>ritmo</b> , ou seja, nem rápido, nem devagar”.	TENTAR VOZ ALTA DEPENDE LIBRAS PERFEITA FALAR LIBRAS CERTO CLARA PESSOA PLATEIA VER DIFÍCIL OUVIR VER APRENDER IMPORTANTE VOCÊ VOZ ETAPA LIBRAS RÁPIDO NÃO CALMA NORMAL	Adaptação
65	Antes de recitar ou <b>ler</b> .	ANTES LER LIBRAS	Adaptação
66	“Na ordem combinada, os alunos deverão se	LISTA COMBINADO ALUN@ APRESENTAR LER POEMA ESCRITO	Adaptação

	apresentar, lendo ou <b>recitando</b> de cor os poemas”.	<b>LIBRAS MEMORIA</b>	
66	“Durante o ensaio, a turma <b>ouviu</b> com respeito e atenção a apresentação dos colegas?”	ETAPA PRATICAR GRUPO ATENÇÃO <b>OUVIU VER RESPEITAR</b> APRESENTAÇÃO AMIG@	Adaptação
79	“Primeiro, <b>recontem oralmente</b> a história.”	HISTÓRIA NARRAR DE NOVO <b>NARRAR LIBRAS DE NOVO LIBRAS</b>	Adaptação
81	“Seu professor vai fazer a <b>leitura oral</b> ”	PROFESSOR@ VAI <b>FALAR LIBRAS LER</b>	Adaptação
90	“Para que essa atividade <b>oral</b> seja proveitosa, aí vão algumas dicas”	<b>FALAR LIBRAS APROVEITAR</b> TRABALHO TER POUCA ORIENTAÇÃO VER	Adaptação
90	“Levante a mão quando quiser <b>falar</b> .”	<b>FALAR LIBRAS MÃO LEVANTAR</b>	Adaptação
90	“ <b>Ouçã</b> com atenção a opinião dos colegas”	<b>OUVIR VER ATENÇÃO OPINIÃO</b> PRÓPRI@ AMIG@	Adaptação
90	“Não tenha vergonha de <b>dizer</b> o que você pensa”	VERGONHA <b>FALAR LIBRAS VOCÊ</b> PENSAR	Adaptação
90	“ <b>Fale</b> claramente para que todos entendam”	FALAR CLARO <b>LIBRAS CLARO EL@</b> ENTENDER RESUMO	Adaptação
95	“ <b>Dite</b> para seu professor e ele registrara na lousa”	NARRAR PROFESSOR@ <b>LIBRAS</b> COLOCAR VAI REGISTRAR ESCREVER QUADRO	Adaptação
116	“Enquanto cada aluno <b>lê</b> , em voz alta, a lista que fez”	ALUN@ <b>VOZ ALTA LIBRAS LISTA</b> COLOCAR	Adaptação
128	“Vocês vão <b> ditar</b> e o professor vai registrar o bilhete na lousa”	CRIANÇAS <b>NARRAR LIBRAS</b> PROFESSOR@ ESCREVER QUADRO	Adaptação
139	“Comece sua <b>fala</b> assim.”	ABRIR <b>FALAR LIBRAS ASSIM</b>	Adaptação
146	“Você e seus colegas já devem ter <b>ouvido</b> ou lido a história: <i>Os três porquinhos</i> ”	AMIG@ JÁ PERCEBEU <b>OUVIU VER COMO</b> HISTÓRIA 3 PORCO	Adaptação
156	“Na <b>fala</b> , utilizamos o tom da voz”	<b>FALAR LIBRAS TEM VOZ ALTA BAIXA</b> LIBRAS RÁPIDO DEVAGAR	Adaptação
169	“Quando chegar a esse ponto, <b>fale</b> bem alto: EU SEI SEGUIR INSTRUÇÕES”	CONSEGUIR ATÉ AQUI <b>FALAR LIBRAS</b> EU SABER ACOMPANHAR	Adaptação
169	“Agora que você <b>leu</b> atentamente todas as instruções, cumpra apenas a primeira. Não <b>fale</b> nada e deixe o lápis sobre o papel”	<b>LER VER LISTA ORIENTAÇÃO</b> ESCOLHER PRINCIPAL UMA. <b>FALAR LIBRAS NADA SILÊNCIO LÁPIS COLA EM CIMA PAPEL</b>	Adaptação
169	“ <b>Fale</b> seu nome em voz alta”	NOME <b>FALAR LIBRAS</b>	Adaptação
174	“ <b>Fale</b> de forma clara e fácil de entender”	<b>FALAR LIBRAS CLARO FÁCIL</b> ENTENDER RESUMO	Adaptação
198	“Depois justifique <b>oralmente</b> a sua escolha”	DEPOIS PORQUE EXPLICAR <b>FALAR LIBRAS OPINIÃO ESCOLHER.</b>	Adaptação
217	“ <b>Ouçã</b> a história ver se o que você ou algum colega	<b>OUVIR VER HISTÓRIA VER AMIG@</b> PENSOU SENTIMENTO CERTO	Adaptação

	pensou se confirma”		
--	---------------------	--	--

Por sua vez, no segundo livro do segundo ano foram encontrados 34 termos que possuem referências que remetem a audição e a fala oral via aparelho fonador.

### **Livro de Português: Porta aberta 3º ano**

Página	Língua fonte (português)	Língua alvo (Libras)	Procedimento de tradução
Sumário	“Comunicação <b>oral</b> e comunicação escrita”	COMUNICAR <b>FALAR LIBRAS</b> COMUNICAÇÃO ESCRITA	Adaptação
09	“Responda <b>oralmente</b> à questão abaixo”	RESPONDER <b>LIBRAS ORALIZAR</b> PERGUNTAS LISTA	Adaptação
10	“Acompanhe a leitura <b>oral</b> do professor e depois converse com os colegas sobre o que você <b>ouviu</b> ”	ACOMPANHAR <b>ORALIZAÇÃO LIBRAS</b> GERAL PROFESSOR@ DEPOIS BATER PAPO GRUPO O QUE <b>OUVIU VER</b>	Adaptação
13	“Preste atenção quando ele estiver <b>falando</b> ”	QUANDO VER FALAR PROFESSOR@ <b>FALAR LIBRAS</b>	Adaptação
18	“Às vezes, todo mundo <b>fala</b> ao mesmo tempo e não dá para entender nada”	DEPENDER <b>FALAR LIBRAS SEMPRE</b> TEMPO NÃO PODE ENTENDER	Adaptação
19	“ <b>Falar</b> um de cada vez”	<b>FALAR LIBRAS UM-UM-UM</b>	Adaptação
23	“Não interrompa o colega que está <b>falando</b> ”	GRUPO <b>FALAR LIBRAS ATRAPALHAR</b> NÃO	Adaptação
23	“Levante a mão quando quiser <b>falar</b> ”	<b>LIBRAS FALAR MÃO LEVANTAR</b>	Adaptação
30	“ <b>Conte</b> para os seus colegas em que música tradicional infantil e em que parlenda essa autora se inspirou para escrevê-lo”	AGORA VOCÊ <b>CONTAR LIBRAS</b> GRUPO QUAL MÚSICA TRADICIONAL TAMBÉM P- A-R-L-E-N-D-A EST@ MULHER ESCREVER VER ADAPTOU ESCREVER QUAL?	Adaptação
30	“Responda <b>oralmente</b> ”	RESPONDER <b>FALAR LIBRAS</b>	Adaptação
33	“Aquilo que você está louco para <b>contar</b> ”	SABER VONTADE FALAR <b>LIBRAS</b>	Adaptação
36	“Aquilo que a professora diz quando a classe não para de <b>falar</b> ”	O QUE A PROFESSOR@ FALAR TEMPO <b>CONVERSAÇÃO EM LIBRAS</b>	Adaptação
71	“A linguagem usada na carta é mais parecida com a que <b>falamos</b> ou com a que escrevemos?”	CARTA LINGUAGEM USAR PARECE DISCUTIR <b>LIBRAS FALAR</b> ESCREVER.	Adaptação
77	“Você já <b>ouviu</b> alguém dizer.”	<b>JÁ VER OUVIR</b> PESSOA FALAR	Adaptação



85	“Depois, <b>ouça</b> a leitura feita pelo professor”	ACABOU <b>OUVIR VER</b> O QUE PROFESSOR@ EXPLICAR <b>LIBRAS FALAR</b>	Adaptação
119	“Ao comando do professor, leia as frases em destaque, em <b>voz alta</b> , levando em conta o seguinte:”	PROFESSOR@ LER FRASE DESTACADA VOCÊ <b>VOZ FALAR LIBRAS</b> IMPORTANTE O QUE?	Adaptação
121	“Na <b>fala</b> utilizamos o <b>tom de voz</b> , pausas e expressões do rosto para revelar o que queremos dizer”	<b>FALAR LIBRAS</b> USAR VOZ ALTA BAIXA SINALIZAR EXPRESSÃO JEITO CALM@ <b>FALAR LIBRAS</b>	Adaptação
128	“Público que irá assistir à exposição <b>oral</b> ”	PLATEIA CURIOSIDADE PESSOA <b>FALAR LIBRAS</b> EST@	Adaptação
131	“Exposição <b>oral</b> ”	<b>FALAR LIBRAS</b> APRESENTAR	Adaptação
132	“Preparação da exposição <b>oral</b> ”	ORGANIZAR <b>FALAR LIBRAS</b> APRESENTAR	Adaptação
132	“Para o sucesso da apresentação <b>oral</b> , é importante que você planeje o que vai <b>dizer</b> ”	APRESENTAR <b>FALAR LIBRAS</b> BOM IMPORTANTE ANTES ORGANIZAR <b>LIBRAS FALAR</b> O QUE?	Adaptação
132	“Agradeça ao <b>ouvinte</b> a atenção que lhe foi dispensada”	OBRIGAD@ PLATEIA APRESENTAÇÃO <b>VER</b>	Adaptação
133	“ <b>Falar</b> o nome do alimento usado na observação”	<b>FALAR LIBRAS</b> NOME COMIDA EST@ USAR TENTAR CURIOSIDADE	Adaptação
134	“Usam tom de <b>voz</b> adequado para que todos possam ouvir”	<b>FALAR LIBRAS</b> PRECISA <b>OUVIR VER</b>	Adaptação
134	“Evitam <b>falar</b> rápido demais, procurando pronunciar claramente cada palavra”	<b>FALAR LIBRAS</b> RAPIDO CALM@ <b>FALAR LIBRAS</b> CLARO	Adaptação
134	“Você está participando de uma exposição <b>oral</b> ”	VOCÊ PRESENÇA APRESENTAR <b>FALAR LIBRAS</b>	Adaptação
135	“A ficha que você preparou com as dicas do que iria dizer ajudou-o na apresentação <b>oral</b> ? Por quê?”	FICHA ORGANIZOU AJUDOU TEMPO <b>FALAR LIBRAS</b> PORQUE?	Adaptação
135	“Suas primeiras anotações <b>orais</b> foram iguais a última, piores ou melhores? Por quê?”	PRIMEIR@ APRESENTAÇÃO <b>FALAR LIBRAS</b> IGUAL ULTIM@ <b>FALAR LIBRAS</b> ESTA BOM OU RUIM QUAL PORQUE?	Adaptação
229	“Junto com o professor, escolha alguns alunos para lerem a piada do Coelho maluco em <b>voz alta</b> ”	SENTAR PROFESSOR@ ESCOLHER CRIANÇAS LER PIADA TEMA COELHO MALUCO <b>VOZ ALTA LIBRAS</b>	Adaptação
229	“A <b>leitura</b> deve ser bem ensaiada antes da apresentação da turma”	LER PRATICAR PRATICAR ANTES APRESENTAÇÃO <b>FALAR OU LIBRAS</b> APRESENTAÇÃO GRUPO INTERAÇÃO	Adaptação

237	“Recontagem <b>oral</b> ”	NARRAR NOVAMENTE <b>FALAR LIBRAS</b>	Adaptação
241	“Falta confeccionar a capa, montar o livro, ler o conto em voz alta para os colegas da turma”	FALTA CAPA COLOCAR COLOCAR COLOCAR DENTRO-LIVRO LIVRO LER CONTAR ORAL VOZ ALTA LIBRAS GRUPO AMIGO	Adaptação
254	“Marque o que achou da piada. Depois justifique <b>oralmente</b> a sua opinião”	MARQUE O QUE ACHOU PIADA ACABOU EXPLICAR <b>FALAR LIBRAS</b> OPNIÃO PROPRIA	Adaptação
256	“Leitura do conto em <b>voz alta</b> ”	NARRAR LEITURA <b>FALAR LIBRAS</b>	Adaptação
256	“Cada dupla ira ler em <b>voz alta</b> o conto criado. Definam que parte será lida por cada um”	DOIS GRUPO VOZ <b>FALAR LIBRAS</b> NARRAR CRIAR LER DOIS CADA-CADA LER RESPONSAVEL PARAGRAFO	Adaptação
256	“Combinem com o seu professor um local da escola aonde possam treinar a leitura em <b>voz alta</b> sem atrapalhar as demais duplas. Lembrese da importância de <b>ler</b> com ritmo e entonação adequados de forma a passar as emoções da história”	COMBINAR PROFESSOR@ AONDE ESCOLA PRECISAR PRATICAR LER <b>FALAR LIBRAS</b> EVITAR DOIS-DOIS CHATO ESS@ MAS LEMBRAR IMPORTANTE <b>FALAR CERTO LIBRAS</b> APRESENTAR EMOÇÃO HISTORIA <b>LIBRAS FALAR</b>	Adaptação
257	“Aí vão as minhas dicas para uma boa leitura em <b>voz alta</b> ”	DICA BOM LER <b>VOZ ALTA LIBRAS</b>	Adaptação
257	“Altura da <b>voz</b> – deve ser adequada para que a plateia não tenha dificuldade de ouvi-los: nem muito alta, nem muito baixa”	VOZ <b>FALAR LIBRAS</b> CALM@ COMBINAR PLATEIA VER PRECISAR OUVIR PRECISAR NÃO ALTO PRECISAR PADRÃO	Adaptação
257	“ <b>Entonação</b> – procure pronunciar as palavras de forma a passar as emoções dos personagens. Enfatizem palavras, elevem ou diminuam o tom de <b>voz</b> de acordo com os sinais de pontuação que marcam os diálogos e os que finalizam as frases”	<b>VOZ ALTA LIBRAS</b> OBRIGATORIO <b>FALAR LIBRAS</b> INCORPORAR EMOÇÃO PROPRI@ FALAR DEVAGAR CONTEXTO <b>LIBRAS</b> CONTEXTO PONTO VIRGULA DIFERENTES FRASE FIM CONTEXTO INCORPORAR	Adaptação
257	“Fluência – <b>leiam</b> de forma fluente, sem muitas paradinhas entre as palavras”	FALAR PADRÃO <b>LIBRAS</b> CLARA LER <b>LIBRAS</b> FALAR EVITAR <b>FALAR LIBRAS</b> RAPIDO	Adaptação
257	“ <b>Ouçam</b> com atenção a leitura das outras duplas”	LER DOIS-DOIS-DOIS <b>OUVIR VER</b>	Adaptação
260	“Que desafios encontraram na leitura	LER VOZ <b>FALAR LIBRAS</b> DIFICIL DESAFIO ENCONTRAR PORQUE?	Adaptação

	<b>voz alta?</b> Por quê?”		
281	“ <b>Ditem</b> a resenha para o professor”	<b>FALAR LIBRAS</b> TEXTO RESUMÓ AVISAR PROFESSOR@	Adaptação
281	“Enquanto forem <b>ditando</b> , prestem atenção para verificar o que já foi informado e o que ainda falta informar”	QUANDO <b>LIBRAS FALAR LIBRAS</b> VER ESTE JÁ INFORMAÇÃO FALTAR INFORMAÇÃO	Adaptação
300	“ <b>Ditem</b> as instruções do Modo de preparar para que o professor faça o registro na lousa”	<b>FALAR LIBRAS</b> REGRAS ORGANIZAR PROFESSOR@ <b>OUVIR VER</b> ESCREVER QUADRO	Adaptação
300	“Ao ensinar a receita <b>oralmente</b> , a pessoa poderá usar palavras como aí e daí”	LISTA COZINHA ENSINAR <b>FALAR LIBRAS</b> SABER PESSOA USAR PALAVRA-PALAVRA EST@ TE@	Adaptação
300	“No momento em que estiverem <b>ditando</b> , façam pausas para ler e reler o texto”	ESPERAR TEMPO <b>FALAR LIBRAS</b> ESCREVER VER LER DENOVO LER DENOVO	Adaptação

De igual forma, observamos no terceiro livro 48 adaptações mostrando os aspectos de linguagem e da percepção auditiva. Dessas adaptações, analisarei uma só onde o texto fonte fica de uma forma resumida, mas não se perdeu o sentido do texto original.

A partir do levantamento do material em português, selecionamos outros termos relacionados ao uso da linguagem que não tínhamos pensado inicialmente. Síntese das

LIVROS	Expressões adaptadas	QUANTIDADE
Porta aberta 1º ano	Falar, (falar) oralmente, ler, cantar, ouvir, ditar.	10 adaptações
Porta aberta 2º ano	Nome, falar (alto), (falar) oralmente, ler, ouvir, recitar, recontar, ditar.	34 adaptações
Porta aberta 3º ano	Falar, (falar) oralmente, contar, ouvir, falar (alto), ditar, ler, entonação (voz).	48 adaptações

Apresentarei três excertos com uma análise mais detalhada. A apresentação dos dados se dará por: a) Frase em português, b) Figuras da adaptação feita em Libras, na primeira apresentação mostrarei as frases

em português, a segunda apresentação exibirei as imagens das adaptações feitas em Libras.

Excerto 1: “Como você sabe que o gato estava **ouvindo** música?”




Neste primeiro momento, analisaremos a adaptação feita em um trecho do capítulo do livro do 1º ano. Este capítulo chama-se Hora da História que conta a história de uma menina chamada Marina que canta uma música sobre animal “Marina em uma música animal”. Após a leitura do texto e das perguntas, as crianças deveriam responder quatro perguntas, dentre elas a pergunta em português “Como você sabe que o gato estava **ouvindo** música?”

Apresentamos a seguir a ilustração da página do livro.



Figura 3: visualização da página 75 do Material traduzido no computador  
Fonte: BRASIL (2011, p. 75)

Apresentamos:

Português	“Como você sabe que o gato estava <b>ouvindo</b> música?”
Ilustração do Livro	
Libras (ilustração e glosa)	 <p>COMO VOCÊ SABER VER GAT@ LÁ</p>  <p>GATO (incorporação) LIBRAS (movimento de cantar) COMO?</p>

A forma como a tradutora desenvolveu essa adaptação foi interessante, pois ela chama a atenção do leitor não somente na tradução para Libras, mas instiga o leitor a se perguntar a origem dessa adaptação. A tradutora utiliza e incorpora a ilustração em que aparece o gato dentro da lixeira, como podemos perceber ao final da sentença, glosado como “incorporação do gato – LIBRAS (movimento de cantar)”. Neste momento, o papel do tradutor é essencial, pois ele é o responsável por fazer escolhas importantes na hora de traduzir. A tradutora escolheu traduzir do português, mas também da ilustração do livro, quando incorpora o gato segurando na borda da lata de lixo, como destacado abaixo.



GATO (incorporado) LIBRAS (movimento de cantar)

Independentemente das ilustrações serem também base para a criação da tradução em Libras, não podemos esquecer quão importante é o papel de autoria do tradutor. Segundo ALBRES (2014, apud BARROS, 2009) “Há capacidades que se mobilizam na leitura de textos em que essas diferentes linguagens se fazem presentes – textos multimodais”. Este conceito nos leva a pensar que a tradutora usou um recurso multimodal, neste caso, a ilustração da imagem do gato a fim de adaptar na Língua de Sinais.

### Excerto 2: “*Todo mundo tem um nome*”

Agora, averiguamos um fragmento do livro do 2º ano, este fragmento faz parte da primeira unidade do livro, recordando os conteúdos e aprendendo os nomes dos colegas. Contendo uma sentença para conhecer os nomes dos colegas, “*Todo mundo tem um nome*. Veja como se chamam as crianças desta turma”.

Exibimos a seguir a ilustração da página do livro.

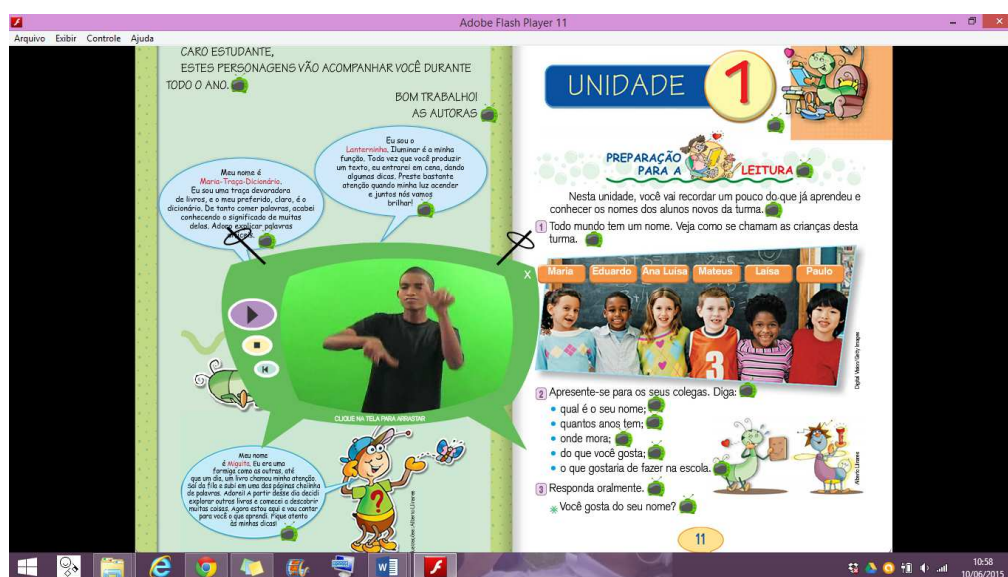


Figura 2: visualização da página 11 do Material traduzido no computador (livro do 2º ano)

Fonte: BRASIL (2011, p. 11)



Apresentamos:

Português	"Todo mundo tem um <b>nome</b> "
Ilustração do Livro	
Libras	 <p>PESSOA PESSOA PESSOA NOME TEM SINAL SINAL</p>

O termo em português “todo mundo” foi traduzido para Libras por “PESSOA PESSOA PESSOA”. A forma como foi traduzido o enunciado foi usado de outro recurso multimodal, neste caso a imagem que já foi apresentado acima (ilustração do livro). No texto de partida, temos as palavras “Todo mundo” que ao ser traduzido ficou “PESSOA PESSOA PESSOA” que, remete-se a várias pessoas, mas quando ele faz a segunda vez PESSOA ele utiliza outro sinal diferente do primeiro para dar ênfase à tradução, preservando o mesmo sentido do texto original.

O texto de partida ainda nos mostra “tem um nome” e, neste caso, o tradutor conservou a palavra “NOME” e adaptou para o texto fonte “TEM SINAL”, este sinal que ele se refere na tradução significa “nome de batismo” na Língua de Sinais, assim como no português chamamos pelo nome, na língua de sinais batiza-se a pessoa com um sinal próprio dela, para assim ela ser conhecida pela comunidade surda e toda vez que chamarmos essa pessoa não precisar soletrar o nome dela. ALBRES (2014) menciona em seu artigo que “ele considera que o tradutor não

‘repete’, mas ‘transcria’” SOBRAL (2003). Neste caso, o tradutor do exceto não repete o sinal “PESSOA”, mas o enuncia de outra forma usando a espacialidade e motivado pela ilustração das crianças lado a lado. Podemos afirmar que o tradutor transcria a enunciação considerando o público alvo e a língua.

### Excerto 3: “Agradeça ao **ouvinte** a atenção que lhe foi dispensada”

Por fim, ponderei a adaptação num extrato de um capítulo do livro do 3º ano, este capítulo remete-se a Unidade 6 sobre fungos. No final da unidade, encontra-se um Projeto e Relatório a ser feito juntamente com uma exposição oral sobre o tema, há orientações com as etapas para a preparação da exposição oral, contendo quatro tópicos: A, B, C e D. Nesta unidade, encontramos várias adaptações, mas analisarei apenas uma. No tópico D, encontramos a etapa do encerramento com uma frase “Agradeça ao **ouvinte** a atenção que lhe foi dispensada”.

A seguir exibirei uma ilustração da página do livro.

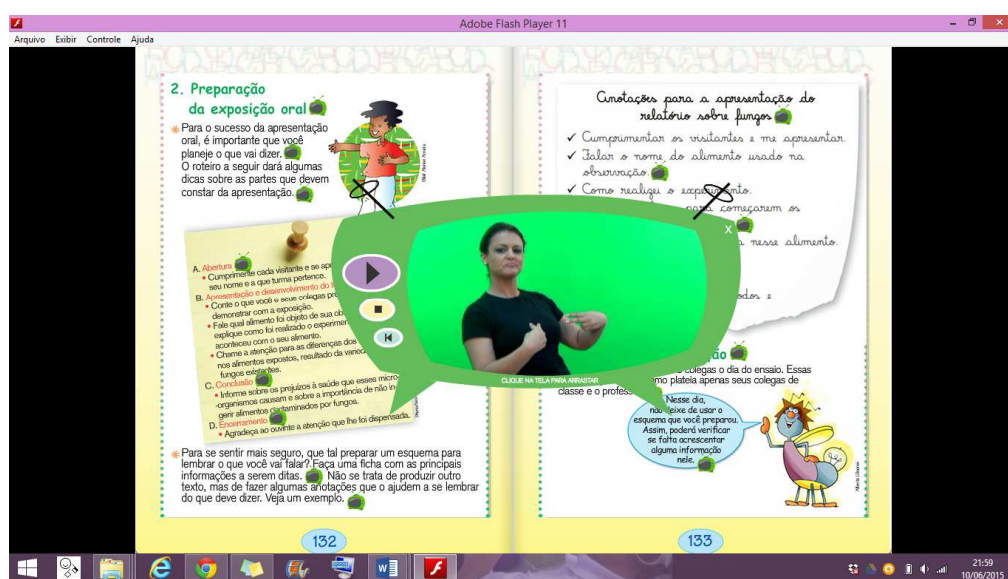
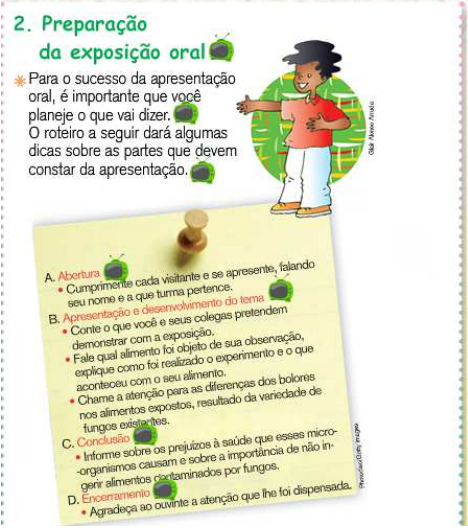



Figura 3: visualização da página 132 do Material traduzido no computador  
Fonte: BRASIL (2011, p. 75)



Apresentamos:

Português	“Agradeça ao <b>ouvinte</b> a atenção que lhe foi dispensada”
Ilustração do Livro	 <p><b>2. Preparação da exposição oral</b></p> <p>* Para o sucesso da apresentação oral, é importante que você planeje o que vai dizer. O roteiro a seguir dará algumas dicas sobre as partes que devem constar da apresentação.</p> <p><b>A. Abertura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprimenta cada visitante e se apresenta, falando seu nome e a que turma pertence.</li> </ul> <p><b>B. Apresentação e desenvolvimento do tema</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Conte o que você e seus colegas pretendem demonstrar com a exposição.</li> <li>Fale qual alimento foi objeto de sua observação, explique como foi realizado o experimento e o que aconteceu com o seu alimento.</li> <li>Chame a atenção para as diferenças dos bolores nos alimentos expostos, resultado da variedade de fungos existentes.</li> </ul> <p><b>C. Conclusão</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informe sobre os prejuízos à saúde que esses micro-organismos causam e sobre a importância de não ingerir alimentos contaminados por fungos.</li> </ul> <p><b>D. Encerramento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Agradeça ao ouvinte a atenção que lhe foi dispensada.</li> </ul>
Libras	 <p>OBRIGAD@ PLATEIA APRESENTAÇÃO VER-ME</p>

A forma como foi traduzido esse excerto “Agradeça ao **ouvinte** a atenção que lhe foi dispensada”, as crianças precisam apresentar uma exposição oral, ao final desta unidade é disponibilizado as instruções para fazer o projeto e relatório, é neste momento que encontramos o excerto com a adaptação, no texto de chegada é expresso em Libras “OBRIGAD@ PLATEIA APRESENTAÇÃO VER-ME”, No trecho apresentado, percebemos a omissão e a substituição de palavras, mas que não interferem na mensagem do texto original. Podemos perceber que a adaptação foi usada neste momento “[...] a atenção que lhe foi dispensada”, a tradução fica “APRESENTAÇÃO VER-ME”, no sinal de APRESENTAÇÃO ela usa a mão esquerda aberta com a palma da mão virada para frente e a mão direita com a configuração de mão em V, representando assim apresentação ver, outro classificador que aparece é o VER que ao invés de ser virada para frente, ela sinalizando o VER com a

mão virada parada apontando para o corpo dela, assim dando o contexto de ver ela e não o de ver algo e sim ela, representado nas figuras abaixo.



APRESENTAÇÃO



VER

Foi usado o sinal “VER” que se remete tanto a língua oral como a Libras, pois a apresentação foi vista por todos. Outra adaptação foi “Agradeça ao ouvinte [...]”, no texto fonte “OBRIGAD@ PLATEIA” foi adaptado por ouvinte para PLATEIA. Segundo BASSNETT (2003, p. 08 apud ALBRES 2014, p. 1169,) “hoje tanto o original como a tradução são vistos como produtos iguais da criatividade do autor e do tradutor”.

### **Anotações conclusivas**

O presente artigo apresentou como resultado 82 excertos encontrados nos três livros analisados e todos utilizaram o procedimento de adaptação. A partir da leitura e análise feita dos livros, percebemos que os tradutores leem a linguagem verbo-visual (texto escrito e ilustrações) para, então, pensar em estratégias para a tradução.

As adaptações para termos relacionados à linguagem (comunicação) foram realizadas mediante os seguintes verbos: 1. Falar, 2. (Falar) oralmente, 3. Ler, 4. Cantar, 5. Ditar, 6. Ouvir, 7. Falar (alto), 8. Recitar, 9. Recontar, 10. Contar.

LIVROS	VERBOS ADAPTADOS	QUANTIDADE
Porta aberta 1º ano	Falar, (falar) oralmente, ler, cantar, ouvir, ditar.	10 adaptações
Porta aberta 2º ano	Falar (alto), (falar) oralmente, ler, ouvir, recitar, recontar, ditar.	34 adaptações
Porta aberta 3º ano	Falar, (falar) oralmente, contar, ouvir, falar (alto), ditar, ler, entonação (voz).	48 adaptações

No decorrer da análise dos dados e da construção do artigo, percebi que além de serem observadas as adaptações, podemos utilizá-las em práticas tradutórias no dia a dia. Este e outros artigos como o de Albres (2004), Santiago (2012) ajudaram em pesquisas e trabalhos que se remetam ao tema adaptação ou aos procedimentos técnicos de tradução voltados para a Língua de Sinais.

## Referências

ALBRES, N. A. **Tradução de literatura infanto-juvenil para língua de sinais: dialogia e polifonia em questão.** Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 1, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v14n4/aop6014>. Acesso em: 10/12/2015

AMORIM, Marcel Alvaro de. **A adaptação como procedimento técnico de tradução: uma leitura descritiva do Hamlet em quadrinhos brasileiros.** RBLA, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 287-311, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v13n1/v13n1a14>. Acesso em: 10/12/2015

BARBOSA, Heloisa Gonçalves. **Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta.** Campinas, SP, 2004.

BASTIANETTO, Patrizia Collina. VINAY, J. P. DARBELNET, J. Stylistique comparée du français et de l'anglais: méthode de traduction. In: VIEIRA, Else Ribeiro Pires (org.). **Teorizando e contextualizando a tradução.** Belo Horizonte: Curso de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da FALE/UFMG. 1996.

BRAGANÇA, Angiolina; CARPANEDA, Isabelle, **Porta Aberta: Letramento e Alfabetização.** 1º ano do Ensino Fundamental I, 1ed., São Paulo: FTP Editora, 2011.

BRAGANÇA, Angiolina; CARPANEDA, Isabelle, **Porta Aberta: Letramento e Alfabetização.** 2º ano do Ensino Fundamental I, 1ed., São Paulo: FTP Editora, 2011.

BRAGANÇA, Angiolina; CARPANEDA, Isabelle, **Porta Aberta: Letramento e Alfabetização.** 3º ano do Ensino Fundamental I, 1ed., São Paulo: FTP Editora, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 5626/05**, de 22 de dezembro de 2005.

SERPA, T.; CAMARGO, D. C. **A Explicitação como traço de um habitus tradutório para brasileirismos terminológicos em Língua Inglesa: um estudo baseado no corpus da obra o povo Brasileiro de Darcy Ribeiro**. Percursos Linguísticos. 2013.

FELIPE, Tânia Amaral. **LIBRAS em Contexto**. Rio de Janeiro: FENEIS, 2005.

FERNANDES, L. **Corpora in Translation Studies: revisiting Baker's typology**. Florianópolis, 2006.

MOTTA-ROTH, D. (org.). **Redação Acadêmica: princípios básicos**. 3. ed. Santa Maria: UFSM, Imprensa Universitária, 2003.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. **Português e libras em diálogo: os procedimentos de tradução e o campo do sentido**. In: ALBRES, N. de A.; SANTIAGO, V. de A. A. **Libras em estudo: tradução/interpretação**. São Paulo: Feneis, 2012.

SANTOS, Eli Ribeiro. **O ensino de língua portuguesa para surdos: uma análise de materiais didáticos**. Uberlândia: EDUFU, 2012

SILVA, Dias Rafael. **Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): um universo silencioso**. UNESP, 2011.

SOUZA, E. S. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar**. Arq Mudi. 2007.

VASQUEZ-AYORA, G. **Introducción a la traductología: curso básico de traducción**. Washington Georgetown University Press, 1977.

VIEIRA, P. R. E. **Teorizando e contextualizando a tradução**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

VINAY, J. P. DARBELNET, J. (1958) **Stylistique comparée du français et de l'anglais: méthode de traduction**. Paris: Didier, 1977.

# 8

## Tradução de literatura infanto-juvenil: autoria e criatividade permeada em texto multimodal

**Tom Min Alves**  
**Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**

### **Introdução**

As traduções são produtos materiais com formas definidas escolhidas com um objetivo específico, ou seja, tem como objetivo levar o leitor ao texto estrangeiro ou trazer este texto “original” à comunidade doméstica em questão. De qualquer forma, um será contemplado em detrimento do outro ou vice-versa. Diante deste fato, existem discussões a cerca do que se espera de traduções e de sua validade quanto à autenticidade. Comumente, principalmente entre literários, a autoria é definida como originalidade e a tradução é tida como imitação, e, portanto, um texto distorcido, contaminado e inautêntico. A respeito do

que se pensa na área da literatura, Lawrence Venuti, pesquisador renomado nos Estudos da Tradução, afirma que para os estudiosos da literatura, as traduções são consideradas sem “contribuição válida ao conhecimento da literatura” estrangeira ou doméstica (VENUTI, 2002, pp. 65-66).

Muitas pesquisas afirmam que a busca pela “fidelidade” em interpretação e tradução se resume a uma conquista utópica (WEININGER, 2009; ALBERT, 1994; MITTMANN, 2003; BOHUNOVISKY, 2001). Portanto, as acusações dos eruditos da literatura têm base real, ainda que de outra perspectiva, o prisma refrate questionamentos interessantes sobre a beleza e o valor de novas criações, não subordinadas ao Texto de Partida (TP), porém parceiras, que se utiliza de um trabalho como modelo para divulgá-lo e possibilitar sua circulação em uma cultura onde sem essa tradução de qualidade sua apreciação não aconteceria.

Então, o que torna uma tradução bem sucedida? Isto é, qual é o seu objetivo? Se o objetivo do autor é ser aceito em outra cultura, se deseja que sua obra seja vendida e assim obter lucro, ele permitiria que adaptações enriquecedoras fossem feitas em seu nome? Tais adaptações são de autoria do tradutor, o tradutor é um coautor, ou a tradução é uma nova obra, de autoria do tradutor, relacionada ao TP pelas ideias imateriais deste sobre as quais não se registra domínio?

Hoje, a servidão do tradutor se deve ao autor do TP por obrigação ética profissional estabelecida em código e a legislação que trata dos direitos autorais. Silva (2011) destaca um documento dessa natureza: a Carta do Tradutor da Federação Internacional dos Tradutores (FIT). Na seção I, Obrigações Gerais do Tradutor, nos artigos 4 e 5, diz que:

toda a tradução deverá ser fiel, verter exatamente a ideia e forma do original e que essa fidelidade constitui uma obrigação tanto moral como legal do tradutor, mas não deve ser confundida com “tradução literal” e não exclui adaptação para fazer com que a “forma”, a “atmosfera” e o “sentido mais profundo” sejam sentidos noutra língua e noutra pais (SILVA, 2011, p. 29).

Contudo, como diz o excerto acima, que esta orientação não se interpreta de forma “literal”, para verter “exatamente” a ideia e forma do original há uma gama de possibilidades e escolhas justificáveis que proporcionam certa liberdade ao tradutor.

Rosa (2005), em seu trabalho, pode nos esclarecer esse paradoxo da fidelidade: é possível mudar o texto sem interferir na mensagem?

Como um fenômeno transcendente: o tradutor é aquele que vai, com muita habilidade e experiência, transportar, sem, todavia, contaminar, um texto de uma língua para a outra. Como uma exata correlação entre a língua do original e a língua da tradução é quase impossível, a tradução configurar-se, neste caso, como perda, como traição. Dessa forma, esse enfoque postula que o primeiro deve ser fidelidade do tradutor é para com a obra original e coloca a tradução como atividade linguística marginal, uma cópia, remetendo o tradutor à invisibilidade (neutralidade) do seu trabalho. [...]. Neste trabalho, porém, a forma como a tradução e/ou interpretação é concebida, difere em muito da concepção estrutural, pois entendemos que, sendo um trabalhador da linguagem, o tradutor é aquele que vai transformar e produzir significados, gerar formas recriadas na língua para qual traduz. A tarefa neste caso, é um refazer o texto numa outra voz; voz que faz ecoarem as significações culturais que trabalharam essa língua (ROSA, 2005, pp. 103-102).

Por fim, respaldados pela legislação de alguns países conforme Venuti (2002), cabe ao autor do texto “original” decidir se seu “servo”, o tradutor, cumpriu tal norma.

Se a tradução não é automática, mas, depende em parte das escolhas e preferências dos tradutores, aquelas que julgarem adequadas

ao público alvo, estes profissionais devem manter sua invisibilidade por qual motivo? Visto que na literatura doméstica, se pudermos incluí-la nesta, a tradução é fruto também da subjetividade do tradutor, ele deve ser reconhecido como coautor. Contrário ao que Bohunovsky (2001, p. 52, apud. SILVA, 2011) define como papel do tradutor, a saber, “invisível” no texto ao reproduzir o original em outro código, Lawrence Venuti vai de encontro e discute a questão da (in)visibilidade do tradutor em seu livro, “Escândalos da Tradução”. Ele afronta o pensamento que hoje é dominante a respeito da originalidade e autoria. E questiona o autoritarismo e a agressão contra a heterogeneidade cultural, por uma ética da diferença, ao propor a abertura à livre circulação de textos que exponha o berço cultural onde foi concebido o TP.

Por esse posicionamento, mesmo que as reflexões de Venuti não sejam apresentadas com traduções envolvendo Línguas de Sinais (LS), levando em conta que a modalidade dessas línguas é visual-motora distinta da modalidade oral-auditiva, principalmente em se tratando de (in)visibilidade nas traduções, este autor servirá a este estudo como principal aporte teórico. Rosa (2005) contribui com a discussão deste divisor de águas, a questão da modalidade. Ela afirma que enquanto os tradutores em geral buscam visibilidade em seus trabalhos, os tradutores intérpretes de línguas de sinais são visíveis em sua atuação. Quem sabe, com a utilização de sistemas de escrita que contemplem a modalidade das LS, como, por exemplo, o *Signwriting*, que hoje são raras exceções no acervo das traduções, a atuação destes tradutores possa ser “invisível” quanto a sua imagem, mas não invisível quanto a sua autoria da tradução, conforme será discutido neste artigo.

Entretanto, ainda, os textos das traduções para LS carregam fortemente evidências de oralidade, no sentido de não ser texto escrito, e



com isso a visibilidade “escandalosa”<sup>1</sup> nos vídeos em LS expõem o tradutor praticamente como autor do texto. Nos escritos de Quadros e Souza (2008) sobre práticas tradutórias no curso Letras Libras, encontramos explicação do porquê de os tradutores serem confundidos com autores do texto original.

Os surdos estabelecem o olhar para conversarem uns com os outros. Quem está olhando para quem, determina quem está dizendo o quê e quem são os interlocutores entre os surdos. Assim, no momento em que o tradutor/ator olha para a câmera, que é o canal de estabelecimento do olhar com o seu interlocutor, os leitores estão o vendo como o seu interlocutor e podem facilmente vê-lo como autor. Essa questão da autoria causa alguns “ruídos” na comunicação, já que, o tradutor/ator pode estar traduzindo algo que não representa suas visões de mundo, exigindo esclarecimentos quanto à autoria do texto, principalmente, quando a primeira pessoa do discurso é usada. (QUADROS e SOUZA, 2008, p. 174).

Nesta realidade, talvez, as traduções desta espécie sirvam para repensar a questão da autoria e visibilidade também entre outros pares linguísticos da modalidade oral-auditiva. Com base nesta discussão, o presente artigo pretende analisar as marcas de autoria do tradutor, se houver, para argumentar a favor do reconhecimento autoral ao tradutor. Para isso, o objeto dessa pesquisa foi uma tradução das tradutoras Neiva de Aquino Albres e Sylvia Lia Grespan Neves, realizada em 2008, do livro intitulado “O homem que amava caixas” de Stephen Michael King (1995), traduzido do Inglês para o Português por Gilda de Aquino (1997) e publicado pela Editora Brinquebook.

Além disso, o principal objetivo desse trabalho é descrever e analisar a inversão de atribuições e papéis tradicionalmente associados a livros traduzidos, sempre valorizando o “original” e desconsiderando a tradução, como também refletir sobre a assimetria de poder que geralmente dá sustentação à relação tradutor/autor. A pergunta que conduziu esta pesquisa foi: “Quais escolhas e estratégias utilizadas pelas

tradutoras do livro “O homem que amava caixas” para Língua de Sinais Brasileira acrescentam informação inexistente no TP e seriam esses fenômenos linguístico-discursivos que revelam sua autoria ou coautoria enquanto tradutora”?

### **O que era que nos faltava?**

O levantamento desenvolvido por Santos (2013) apresenta um estudo bibliométrico detalhado com análise das teses e dissertações que tratam de questões relacionadas à tradução e à interpretação de línguas de sinais publicadas entre 1990 e 2010. As conclusões da autora são de grande relevância acadêmica, pois, indicam as lacunas nos estudos da área ao refletir sobre as pesquisas existentes e destacar nichos carentes de discussões para consequentes futuras publicações.

O desenvolvimento desta pesquisa levou em consideração o resultado da revisão de literatura encontrada no trabalho de Santos. Ela constatou que os trabalhos com relação ao “contexto educacional são [em número] mais evidentes em detrimento do processo de interpretação propriamente dito” (SANTOS, 2013, pp. 287-288). Traz ao nosso conhecimento, também, que as teses e dissertações que analisam o trabalho dos Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) têm como foco a atuação de tradutores surdos. (SANTOS, 2013, p. 288).

Neste período (2001 a 2010) analisado nas dissertações sobre tradução de língua de sinais, outro dado curioso é que as pesquisas dessa época examinam exclusivamente os processos tradutórios, sendo que estes são produzidos por autores surdos. [...]. Seja o foco de análises desses objetos pautados na ação do tradutor do ponto de vista linguístico ou tradutório ou ainda da pesquisa propriamente dita sobre tradução de língua de sinais, o fato é que esses estranhamentos entre surdos e ouvintes são mencionados nas dissertações por meio de referenciais embasados nos conceitos de estrangeirização e

domesticação de Venuti (1995, 2002). (SANTOS, 2013, pp. 278-279)

Os estudos de Venuti são bastante abrangentes, entretanto, ele define que o processo de domesticação se inicia já na “escolha do texto estrangeiro a ser traduzido”, ou seja, o julgamento que se faz do que seria mais adequado à cultura de chegada, realizado pelos tradutores ou pela editora (VENUTI, 2002, p. 129), semelhantemente, no caso das pesquisas acadêmicas domesticadoras. Silva (2013) encontrou essa domesticação em sua investigação, quando considera que os pesquisadores mantiveram o foco em tradutores surdos. Então, o que nos falta é, também, a investigação dos trabalhos de tradutores ouvintes.

Um objeto de pesquisa conhecido na área (SANTOS & OLHER, 2013, ROSA, 2009, MOURÃO, 2012) é a obra de Fabiano Souto Rosa e Lodenir Karnopp (2005), “O patinho surdo”, que evidentemente possui forte relação com “O patinho feio”, do escritor dinamarquês Hans Christian Andersen, do século XIX. Esta obra é considerada pelo autor e tradutor surdo, Fabiano, como uma criação, pois vai além de uma simples adaptação que transfere o sentido do texto com o qual se relaciona, mas também abrange a temática acerca da diferença, de uma forma que se aproxime mais à cultura de chegada, à cultura surda. Com relação ao desenvolvimento deste e de outros projetos organizados pela equipe, Fabiano Rosa relata que no processo de criação, eles registraram “que muitos dos livros de literatura são escritos por ouvintes, mas não apresentam uma literatura surda” (ROSA, 2006, p. 62). Portanto, se faz necessário criar mais, antes de se fazer adaptações, para mostrar “também a língua de sinais, a cultura, a identidade surda, as histórias que aconteceram na vida de pessoas surdas etc.” (ROSA, 2006, p. 62). Rosa

ainda destaca a importância de três elementos de um texto infantil voltado para a comunidade surda.

O desenho é importante para crianças terem o visual e maior facilidade em perceberem o conteúdo do livro. Além disso, têm alguns desenhos de sinais expressando e marcando a cultura surda. Possui a possibilidade de leitura, pois dentro tem a escrita de língua de sinais. Este é novo sistema de escrita de sinais. Para compreender a escrita da língua de sinais a pessoa deve conhecer a estrutura da escrita de Língua de Sinais. E, por último, a leitura do português, que também é importante para aprender a ler o mesmo. Esses três itens têm como objetivo ajudar e compreender a cultura surda. Temos ainda "Patinho Surdo" (ROSA; KARNOPP, 2005) que narra uma história muito diferente daquele clássico infantil "Patinho Feio", não sendo considerado uma adaptação, mas sendo uma criação nova de uma história de patos surdos (ROSA, 2006, p. 62).

Podemos comparar o processo da criação de uma literatura surda com o surgimento da literatura infantil brasileira no final do século XIX. No Brasil, “não havia uma tradição de escritores para a literatura infantil”. Portanto, a solução encontrada foi “traduzir obras estrangeiras; adaptar para os pequenos leitores de obras destinadas, originalmente, aos adultos; [...] e apelar para a tradição popular” (ROSA, 2009, p. 867). Com isso:

As edições de livros para os leitores infantis tornam-se mais esmeradas em todos os seus detalhes e os ilustradores passam a ocupar uma posição privilegiada. O que podemos observar na atualidade é a convivência de alguns textos massivos, produzidos apenas para serem comercializados, com outros de alta qualidade estética e grande capacidade crítica e criativa (ROSA, 2009, p. 868).

Nas criações, adaptações e traduções de literatura infantil, as ilustrações possuem um alto valor semântico. A linguagem semiótica facilita a compreensão do conteúdo da obra pelas crianças. Isso foi afirmado por Fabiano Rosa, acima citado, porém, ele não menciona as estratégias tradutórias utilizadas para aproveitar esta informação visual

na criação ou recriação do texto em Língua de Sinais. Este fato corrobora com a afirmação de Santos (2013) sobre a distração dos pesquisadores da grande área dos estudos das línguas de sinais quanto aos procedimentos tradutológicos, aqui relacionados à tradução intersemiótica. Enfim, encontramos um parâmetro norteador a esta pesquisa. O nicho que se apresenta para este aprofundamento é a escolha estratégica tradutória na relação entre as imagens do TP e o texto traduzido. Além disso, o objeto de pesquisa relevado deve ser uma tradução produzida por um profissional não surdo, pois a maioria das análises, pelo menos todas as teses e dissertações publicadas entre 1990 e 2010, focaram nas ações tradutórias de “autores” surdos.

Contudo, há uma reflexão considerável para a análise da validade de uma tradução realizada por um ouvinte. É necessário que tal profissional possua sensibilidade visual. O sujeito Surdo é altamente visual. Ouvintes se comunicam com o mundo também pelo canal auditivo. Todavia, ouvintes não deixam de ser sujeitos visuais e essas percepções podem ser aprimoradas com a experiência no decorrer do período em que se apropriarem da língua de sinais. De igual forma, numa relação inversa, um surdo pode ter atraso no desenvolvimento de suas habilidades comunicativas se não houver interação com seus pares. A questão é que, surdo ou ouvinte, cada indivíduo é um ser único e em sua subjetividade, enquanto tradutor, fará escolhas que julgar mais adequadas a um público alvo no ato tradutório.

O tradutor/intérprete de Libras, na atividade de compreensão do texto em uma língua e no processo ativo de produção de enunciados em outra língua, responde ao emissor (autor do livro) e enuncia respondendo a sua consciência sobre as necessidades do receptor em potencial (criança surda - no caso, de literatura infanto-juvenil). Assim, termina trabalhando dialogicamente com o *eu* e os *outros* (ALBRES, 2014, p. 1154).

Sendo assim, nas adaptações do TP à cultura de chegada, em que as ilustrações deste texto serão exploradas, e no desenvolvimento desta estratégia como em todo o ato tradutório, a interferência do tradutor na transferência da mensagem será inevitável, seja ele surdo ou não, o tradutor responderá à sua consciência como autor de seu enunciado. Qualquer que seja a fonte que o impele a se expressar, a sua compreensão particular do que diz o TF será a base subjetiva sobre a qual construirá sua tradução.

### **Nosso ponto de vista**

Na história da tradução, diversas perspectivas reinventaram o conceito de fidelidade e a quem se deve, ora ao TP, ora ao leitor. O próprio conceito de tradução foi obscuro até a Renascença, o século XVIII, quando ganhou força com a consolidação dos vernáculos, o estabelecimento de uma norma padrão às línguas daquele tempo. Mas para a época, uma tradução justa desconhecia limites em abreviar textos ou ampliá-los e apresentar sentidos distintos do “original” propositalmente a critério do tradutor. Justamente, por essa interferência, o tradutor gozava do estatuto de autor (BURKE & HSIA, 2009, FREITAS, 2008, apud. SILVA, 2011). No século seguinte, a Idade Moderna, encontramos traduções que foram “infieis” ao texto “original” devido à servidão: à moral, à religião, às pressões política, etc. (SILVA, 2011).

Portanto, no século passado, os estudos linguísticos e cognitivos passaram a dominar os estudos da tradução a fim de normatizar esses trabalhos com as chamadas concepções tradicionais. Neste período, os tradutores deveriam, em tese, reproduzir totalmente as ideias, o estilo e o

modo de escrita do original e ter toda a sua fluência. O produto desse trabalho seria uma imitação, uma cópia, correspondente ao “original”. No período pós Segunda Guerra Mundial, influenciados pelo ensino da ciência e a valorização da precisão, os esforços desses profissionais focaram na busca pela equivalência nos significados prosaicos, negligenciando a forma e o estilo.

Posteriormente, Eugene Nida iniciou a “Ciência da Tradução” difundida na década de 70 e presente, desde então, nos estudos da tradução. Suas proposições tinham relação com as ideias de Noam Chomsky, embora este não as aplicasse na área da tradução. Nida acreditava que há uma essência mais profunda codificada na mensagem que deve ser decodificada para se desvendar o cerne da questão e por fim recodificá-la na língua alvo. Algo como um indivíduo que troca as vestes de sua terra, por um visual mais adequado ao país que visita, mas que continua sendo a mesma personalidade. Ou seja, o tradutor deve encontrar a equivalência mais próxima possível reconhecendo a dificuldade em se encontrar a relação exata entre os códigos para que os leitores da tradução percebam naturalmente a mensagem do texto da mesma forma que o fizeram os leitores do texto original, porém, sem estranhamento (SILVA, 2011). Nida chamou esta relação de “efeito de equivalência” (SILVA, 2011, p. 35) Assim, o foco das reflexões referentes à equivalência passou do texto em si para o efeito que este causa no receptor da Língua Alvo (LA).

Na mesma linha de Nida, Paulo Ronai acrescenta que a interpretação da mensagem e sua transferência para LA deve considerar o contexto para cada palavra, pois, quase imperceptivelmente, em sua mudança o sentido das palavras pode mudar. Sob uma perspectiva mais ampla, Erwin Theodor apresenta o ato tradutório com novos sentidos

possíveis de outras derivações além da tradução: a versão e a recriação. À primeira, a tradução seria o “trabalho consciente e exato de transposição de um idioma para outro, entretanto desprovido de cunho artístico [...] baseado na correspondência natural ou relativa das palavras”. A versão seria o “trabalho de transposição exato e artístico”. E para recriação ele definiu como o “trabalho de passagem de um texto para outro idioma, artístico, mas pouco exato” (THEODOR, 1976, p. 88, apud. SILVA, 2011). Num ato reflexivo, tomo a liberdade de salientar a inexatidão do termo “exato”, utilizado por Theodor, haja vista toda a problematização sobre o conceito de equivalência sob a perspectiva contemporânea.

Já na década de 80, surgiram as “perspectivas contemporâneas”, uma visão contrária às concepções tradicionais que partiam do pressuposto da existência de uma única essência nas unidades de tradução no texto fonte, conseqüentemente uma única interpretação correta. Os novos olhares destacaram a importância dos estudos culturais e a gama de possíveis interpretações de uma mesma mensagem. Um representante dessa nova visão foi Francis Aubert, seus estudos apresentam o ato comunicativo com duas mensagens: uma pretendida pelo emissor da qual surge um leque de mensagens (denominadas virtuais) e a segunda efetiva que seria a mensagem virtual elegida pelo receptor. Logo, o ato tradutório se faz em duas etapas: o primeiro, o ato comunicativo em que o tradutor escolhe a mensagem virtual que considera mais adequada derivada daquela pretendida pelo autor do TF; e uma repetição, num segundo ato comunicativo, em que o tradutor pretende transmitir uma mensagem que dentre suas várias mensagens virtuais apenas uma atingirá o leitor final, a depender da escolha deste último interlocutor.



Dentre outros que representam as perspectivas contemporâneas, encontramos Lawrence Venuti com sua obra “Escândalos da Tradução” com a tese de que a tradução é uma prática cultural na qual encontramos uma forte relação entre dominação e hierarquia entre línguas e culturas, onde se busca, principalmente, nas traduções para a língua inglesa, colocar a tradução a serviço da língua de chegada. Venuti problematiza, também, a questão da visibilidade do tradutor e seu reconhecimento como autor de um texto derivado. Percebemos sua perspicácia ao comparar o processo de criação da escritura do autor no TP com trabalho de criação de uma tradução por parte do tradutor.

A tradução pode ser considerada uma forma de autoria, mas uma autoria agora redefinida como derivada, não auto-originária. A autoria não é *sui generis*, a escritura depende de materiais culturais pré-existentes, selecionados pelo autor, organizados numa ordem de prioridade e reescritos ou elaborados de acordo com valores específicos (VENUTI, 2002, p. 87).

As palavras de Venuti evocam reflexões sobre a dívida que um escritor possui com aqueles que no decorrer de sua jornada compartilharam com ele ideias e conhecimentos em forma de materiais culturais pré-existentes ao registro do seu texto autoral. Podemos pensar em influências que estão além da criação humana, à parte da cultura, toda a natureza que nos cerca e que a todos pertence. A escritura não é *sui generis*, a organização do texto pelo autor talvez seja original, entretanto, a maior parte do que está posto em sua obra é anterior até mesmo a sua existência. Venuti agrega a esse argumento o fato de que a autoria não é “individualista, mas coletiva [...] uma colaboração com um grupo social específico na qual o autor leva em consideração os valores culturais característicos daquele grupo” (VENUTI, 2002, p. 116).

Com esse raciocínio, chegamos à conclusão de que: mesmo um texto autoral, é de certa forma derivado, não auto-originário, assim como

uma tradução. Porém, visto que a criação de uma tradução segue um processo distinto da escritura autoral com suas influências menos abrangentes, a tradução tem como material cultural principal um texto específico. Por isso, denominamos a tradução, como um texto autoral, todavia uma autoria redefinida como texto derivado. A partir desse ponto de vista o que distingue a tradução de composição original é, principalmente, a proximidade da relação mimética com o outro texto. A tradução é governada pelo objetivo da imitação, ao passo que a composição é livre relativamente falando para cultivar uma relação mais variável com os materiais culturais que assimila.

Outra defensora que luta pelo reconhecimento do tradutor enquanto autor de sua tradução é Rosemary Arrojo (2004), que considera ser necessária a conscientização da inexistência de uma tradução fiel ao original, concorda com a necessidade de desenvolvermos estratégias de tradução que possam contribuir para mudar o *status quo*, ou seja, traduções que visibilizem o tradutor e a tradução e que desmistifiquem este tema.

O que ocorre na prática quando um tradutor se torna invisível é a supressão das diferenças culturais e linguísticas do TP, ao adaptá-lo a valores dominantes da cultura de chegada. Assim, o texto traduzido (TT) não causa estranhamento no leitor que, logo, pensa estar lendo o TP, e não percebe o trabalho de tradução envolvido nesta transferência do sentido (VENUTI, 2002, p. 66). Nesta transferência, o tradutor busca unir duas culturas e, assim, ele faz escolhas de sua autoria, visto que existem diversas formas de dizer o mesmo a outros. E, no ato tradutório, ele levará em consideração que para cada comunidade cultural será necessária alguma adaptação particular, contudo a base para qualquer escolha será o mesmo TP.

A tradução com sua dupla obediência ao texto estrangeiro e à cultura doméstica é uma advertência de que nenhum ato de interpretação pode ser definitivo para todas as comunidades culturais de que a interpretação é sempre local e contingente mesmo quando instalada em instituições sociais com a rigidez aparente da academia. Em tais cenários a tradução é escandalosa visto que ela cruza as fronteiras institucionais a tradução não só requer pesquisa erudita para trafegar entre as línguas, culturas e disciplinas, mas ela obriga o erudito a considerar as comunidades além da academia. Por exemplo, a maioria avassaladora dos leitores de língua inglesa que precisa de tradução porque o estudo de língua estrangeira declinou à medida que o inglês alcançou o domínio global. Atualmente, os estudos da tradução compreendem uma área de pesquisa que expõem de forma constrangedora as limitações da erudição da língua inglesa e do inglês (VENUTI, 2002, p. 92).

Nas discussões sobre a fidelidade das traduções para com o TP, surgiu um escândalo que expõe a baixa acuidade da academia quanto ao sucesso de uma tradução. Venuti (2002, pp. 67-68) questiona as acusações dos eruditos, quando encontraram “erros” na tradução de “Helen Lowe-Porter, cujas versões da ficção de Thomas Mann foram elogiadas como “muito competentes”” estabelecendo o autor como o “maior escritor alemão entre os leitores contemporâneos da língua inglesa [...] – na qual a tradutora reinterpreta de forma flagrante as palavras do autor” – taxando esta “imprecisão” como um trabalho “gravemente defectivo”.

Ora, a academia define quais são as equivalências corretas e julga, com este parâmetro unívoco, o sucesso de um trabalho de tradução. Há um ditado com mais de cem anos que diz que “o cliente tem sempre razão”<sup>21</sup>. E outro com mais de mil anos que diz: “A voz do povo é a voz de

---

<sup>21</sup> Onde e quando nasceu esta frase? Suas origens são incertas. O famoso slogan começou a ser utilizado no início do século XX nas emblemáticas lojas da Marshall Fields, na cidade de Chicago (Atualmente conhecida como, Macy’s). Entretanto, no Reino Unido foi popularizada pelo norte-americano Harry Gordon Selfridge, nas suas lojas em Londres. Como Selfried trabalhou para Field entre 1879 e 1901, é quase certo que algum dos dois tenha sido o responsável de criar a frase.

Deus”<sup>22</sup>. Portanto, mesmo que os eruditos considerem as adaptações de autoria da tradutora como erros. Venuti a defende ao dizer que “os erros não diminuem a legibilidade da tradução, seu poder de comunicar e de dar prazer” ao leitor (VENUTI, 2002 p. 68). Além disso, há uma contradição nas pressuposições da academia, pois os eruditos e os tradutores sofrem com o mesmo dilema da “fidelidade”.

a tradução também pode ser considerada uma forma de erudição. Tanto a tradução quanto a erudição dependem da pesquisa histórica na representação de um texto arcaico ou estrangeiro. Mas nenhuma das duas pode produzir uma representação que seja completamente adequada à intenção do autor. Tanto a tradução quanto a erudição respondem aos valores contemporâneos e domésticos que necessariamente suplementam aquela intenção. Na realidade, reinventam o texto para uma comunidade cultural específica que difere daquela a qual era inicialmente dirigido (VENUTI, 2002, p. 88).

A sociedade está sempre se reinventando. Os valores sociais são substituídos, talvez, simplesmente, invertidos. A tecnologia avança, os povos se misturam e culturas são agregadas. Línguas nascem, se desenvolvem e morrem. Gírias tornam-se expressões idiomáticas, estrangeirismos estabelecem-se como empréstimos. Tudo isso e muito mais pode ocorrer de forma distinta entre duas comunidades culturais próximas que se utilizam da mesma língua. Portanto, o que se julga como certo em uma tradução pode não ser adequado em um futuro próximo. E assim, se faz necessário que o tradutor mantenha contato com a cultura de partida e de chegada. Algo que um dicionário ou um sistema de

---

<sup>22</sup> Vox populus Dei! Traduzida para o português como “A voz do povo é a voz de Deus”, esta expressão tem origem bastante antiga. Para se ter uma ideia, a primeira vez que o termo voxpopuli apareceu associado a vox Dei foi na Vulgata (tradução latina da Bíblia feita no século IV), em discurso de Isaías. Quanto à forma Vox populus Dei tem seus primeiros registros em uma obra medieval, de um autor chamado Alcuíno. Outros ditos expressando conceitos semelhantes já haviam sido registrados em alguns textos clássicos, de Hesídeo, Ésquilo e Sêneca.

tradução automática não conseguem acompanhar. Um tradutor será capaz de reinventar o texto mais adequadamente.

Se a tradução é uma reinvenção do texto, a invenção da tradução concede ao tradutor o título de autor da tradução. Se o autor do TP não possui a competência para transmitir a sua intenção em um texto autoral em língua estrangeira e atribui esta responsabilidade ao tradutor que por sua vez, por melhor que seja o seu serviço, nunca será completamente adequado à intenção do seu contratante, deve-se reconhecer que nesta transferência de sentido onde é necessário reinventar o texto para cada comunidade cultural específica, o tradutor coloca no texto a sua própria visão de mundo nas escolhas que julgar mais condizentes ao público alvo. Dessa forma, entendemos a tradução como um trabalho autoral.

## **Metodologia de pesquisa**

A presente pesquisa é uma análise documental, do tipo descritivo-analítico, de cunho qualitativo, cujos procedimentos possuem aspectos de um estudo de caso. O estudo de caso é uma metodologia utilizada em muitas pesquisas na área das ciências humanas. Pois ao tratar das relações sociais entende-se que a generalização não pode ser aplicada. Os indivíduos se distinguem em vivências, motivações, ações e reações sobre as quais não se estabelece um padrão amplo. Todavia, é possível fazer recortes para estudar os fatos de situações com indivíduos em momentos específicos.

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial

e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33, apud. GERHARDT, 2009, p. 39).

Esta metodologia seguirá uma perspectiva mais pragmática e pode ser utilizada em conjunto com outra, cujo foco é mais definido e condizente com a pesquisa em questão neste artigo. A análise documental que “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.” (FONSECA, 2002, p. 32, apud. GERHARDT, 2009, p. 37). Aqui, pretende-se descrever os elementos que podem ser interpretados como escolhas de autoria do tradutor, no vídeo de uma tradução de um livro infanto-juvenil em Libras. Ou seja, um livro digital que é um documento.

Um objetivo comumente estabelecido para estas duas metodologias é a descrição. “São exemplos de pesquisa descritiva: estudos de caso, análise documental, pesquisa *ex-post-facto*” (GERHARDT, 2009, p. 35). Em uma descrição e conseqüente análise de pesquisas desta natureza, o investigador não encontra resultados confiáveis que sirvam de base para afirmações generalizadas. Porém, os fatos e fenômenos observados poderão servir às análises futuras em outras pesquisas (TRIVIÑOS, 1987, p. 112, apud. GERHARDT, 2009, p. 39).

No processo investigativo de pesquisas do tipo qualitativo, a ação de descrever é um primeiro passo. Segundo Gerhardt (2009, p. 32), as características da pesquisa qualitativa são: “[...] objetivação do fenômeno;

hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local [...], mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos [...]”. Sendo assim, descrever e analisar os elementos encontrados em um documento que apresentam a atitude autoral de um tradutor neste fenômeno local de um ato tradutório devolve o solo deste campo para que surjam novas descrições e análises a somar dados para futuras discussões mais amplas sobre a autoria de um tradutor.

O primeiro passo na construção da metodologia desta pesquisa foi a busca por um problema relevante aos interesses científicos na área da tradução em línguas de sinais. Para averiguar esta relevância o levantamento bibliográfico apontou lacunas nas pesquisas da área, indicando o nicho que contribuiu para estabelecimento dessa investigação. Com o destino marcado, o tracejar de um caminho seguro foi construído sobre um solo firme de concepções reconhecidas pela academia. Segundo Gerhardt (2009, p. 80), “toda pesquisa tem algum tipo de referencial, que é uma revisão sistemática da literatura existente”. Este referencial possibilita o reconhecimento da pesquisa pela ciência como pertencente a um *locus* e sua respectiva perspectiva nas discussões sobre um tema.

Neste estudo, a estrela guia foi o desejo de encontrar comprovações de que um tradutor faz escolhas tradutórias na reprodução da mensagem do TP para o TT, acrescentando ou omitindo informações. No *corpus*, procurou-se dados que apoiassem a hipótese: o tradutor deve ser considerado autor do TT como uma autoria derivada. A partir dos dados coletados deste material, como uma pequena amostra da complexidade do mundo humano, pretendeu-se empenhar uma descrição densa do *corpus* na tentativa de apresentar uma compreensão da realidade de

forma inteligível e fecunda ao desenvolvimento da pesquisa, sobre o comportamento do tradutor, dialogando com comprovações de estudos pré-existentes (MACEDO, 2009, p. 119).

Portanto, o produto escolhido como *corpus* desta investigação foi a tradução feita do Português para a Libras, pelas tradutoras Neiva de Aquino Albres e Sylvia Lia Grespan Neves, em vídeo. Esta equipe de tradução é mista, envolve um olhar Ouvinte e outro Surdo, sendo que a principal atriz/tradutora filmada foi Albres, ouvinte. A tradução teve como texto de partida outra tradução para o Português, pela tradutora Gilda de Aquino, de um livro infantil escrito e ilustrado, em inglês, por um escritor australiano, surdo, chamado Stephen Michael King. Esta obra lançou o artista que é reconhecido como um dos maiores autores/ilustradores de seu país e foi publicada em vários países como Grã-Bretanha, Estados Unidos, Canadá, Alemanha e Brasil. O livro, cujo título é “O homem que amava caixas”, foi publicado no Brasil, em São Paulo, pela editora Brinque-Book em 1997. Abaixo, apresentamos a capa e contracapa da obra (imagem 1). Também, dois frames do vídeo em Libras que apresentam a proporção e enquadramento da janela de Libras (imagem 2).



Imagem 1: capa e contracapa do livro



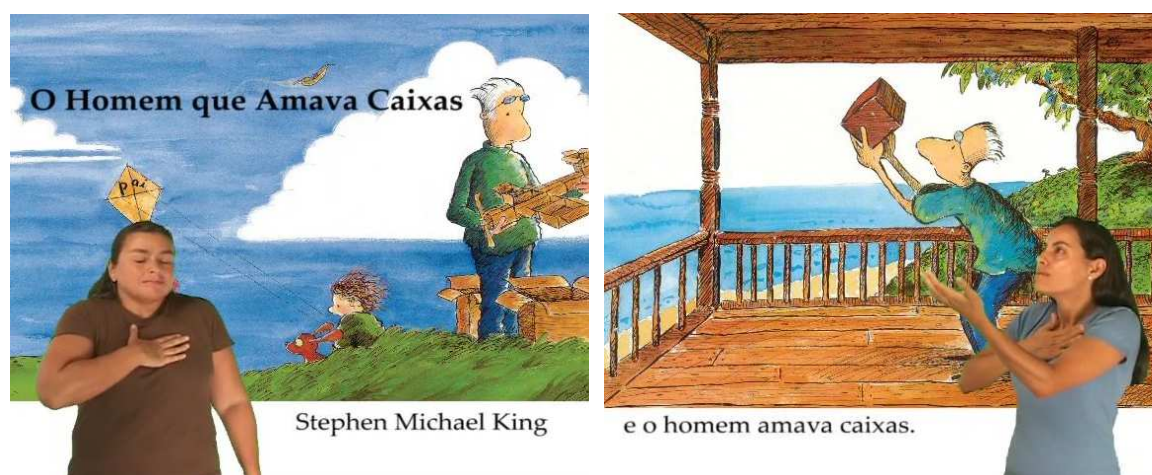


Imagem 2: enquadramento da janela de Libras com as tradutoras

Finalmente, com este material em mãos, “mãos-a-obra”. Este recife de coral foi esquadrihado a caça de pérolas que compusessem uma boa argumentação à afirmativa de que o tradutor é responsável por suas escolhas, e, portanto, deve ser reconhecido como autor da tradução.

Após um processo de coleta de “dados” pautado numa pesquisa em que se privilegia o uso de *mostras intencionais*, ou seja, construídas pelo critério de *consistência* informada, justificada e explicitada pelo pesquisador e sua comunidade, em torno da sua pertinência e relevância para responder às questões da pesquisa, bem como pela *realização imperativa da descrição* do fenômeno constituído como um *objeto de pesquisa*, o pesquisador qualitativo mergulha de forma sistemática e intensa no *corpus* que se “oferece” a ele como possibilidade de compreensão profunda e relacional, tendo como nortes sua preparação e sua criticidade em relação ao processo de produção do conhecimento ao qual está *implicado*. (MACEDO, 2009, p. 96).

O vídeo foi assistido várias vezes durante a pesquisa, em etapas: 1) para uma visão geral do trabalho; 2) para a transcrição da sinalização no

vídeo para o *SignWriting*; e 3) para a revisão das análises. Para facilitar a transcrição, a visualização do vídeo foi feita por meio de um programa de edição de vídeo que possui o recurso de passá-lo em *frames*, fotos sequenciais, este software é conhecido como *Adobe Premiere* na versão CS6. O *SignWriting* tornaria a análise mais prática, pois possibilita a visualização do texto de forma mais dinâmica e simultânea do que o sistema linear em vídeo e para sua escrita foi utilizado o programa *Signpuddle 2.0*, do site [signbank.org](http://signbank.org).

Após a coleta de dados, com os elementos do TT, que foram interpretados pelo pesquisador como escolhas que nitidamente podem expor a autoria do tradutor, os trechos foram elencados em uma tabela para facilitar sua análise, o próximo passo foi estabelecer categorias de análise. As discussões consideraram três agrupamentos: acréscimos e omissões; adaptações; e relação intersemiótica com as ilustrações. Esta divisão favorece o pesquisador ao organizar seus pensamentos.

Emerge aos poucos o momento de reagrupar as informações no que denominamos de *noções subsunçoras*– as tradicionalmente denominadas *categorias analíticas* – que irão abrigar sistematicamente os sub-conjuntos das informações e interpretações, dando-lhes feição mais organizada em termos de um *corpus* interpretativo escrito de forma mais clara possível, e que se movimenta para a construção de uma peça literária rigorosa, compreensível e heurísticamente rica (MACEDO, 2009, p. 99)

Por fim, em cada categoria a meta do pesquisador foi analisar os dados encontrados com o conhecimento acumulado no referencial teórico e daí extrair alguns resultados apresentando-os como um fato tal qual fruto de uma interpretação global do investigador.

## **Evidências de uma autoria**

Após o aprofundamento teórico que edificou no pesquisador uma torre de observação em um *locus* específico, estabelecendo a perspectiva assumida, a saber, Perspectivas Contemporâneas de tradução, todavia distante do território para enquadrar a análise em maior amplitude, foi feita uma busca pelo campo a procura de dados para a pesquisa. Primeiramente, em leitura preliminar do TP em Português, surgiram algumas curiosidades sobre como alguns impasses seriam transpostos na tradução. Na sequência, a leitura do vídeo em Libras rendeu vários dados em que se observa a subjetividade das escolhas da tradutora, dentre diversas estratégias, pontes e escadas, contra fossos e muralhas culturais, ou seja, problemas de tradução e as soluções encontradas.

Ao retornar ao posto de observação, já com as medidas das alturas e distâncias dos desafios da tradução e as “ferramentas” utilizadas para vencê-los, organizamos os dados em três categorias de análise: a) complementações do tradutor para criar o mesmo efeito de sentido do texto; b) adaptação para a comunidade surda; e c) leitura verbo-visual e criação espacial. A apresentação dos dados, inicialmente, segue a ordem: 1. Os trechos em português, 2. As imagens do livro, e 3. A tradução registrada em SW. Na interpretação do pesquisador, as Unidades de Tradução (UT) foram definidas pelas tradutoras em cenas. Mantendo o padrão de uma UT por frase do português. Portanto, a seguir, podemos analisar cada categoria em suas UT utilizando as tabelas que enquadram a UT como uma interface entre o par linguístico Libras/Português e a linguagem intersemiótica das ilustrações que serviram de referência na sinalização de algumas frases.



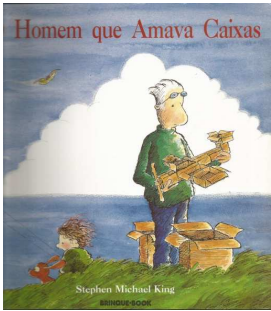





## **a) Complementações do tradutor para criar o mesmo efeito de sentido do texto**

A primeira categoria de análise trata das escolhas das tradutoras ao enunciar um novo texto com base no texto em português de forma mais prazerosa ao leitor na cultura de chegada. Várias questões podem ser consideradas com relação às diferenças culturais, uma delas é a frequente recorrência à incorporação e uso de descrições imagéticas (DI) nas produções em Libras. Sobre DI, de acordo com a pesquisa, vários autores categorizam “duas formas de produção de significado, uma pelas Estruturas Altamente Icônicas (EAI) e outra pelo léxico padrão e apontamentos manuais” (LUCHI, 2013, p. 41), para comunicações em línguas de sinais. E ele se apropria do termo que “Campello (2008) propõe em sua tese que as EAI sejam chamadas de Descrições Imagéticas” (LUCHI, 2013, p. 41). Neste artigo, compartilhamos este entendimento, contudo, cabe ressaltar que a comunidade brasileira sinalizante utiliza o sinal de <CL><sup>23</sup>, ou seja, classificador, uma terminologia das línguas orais que se percebe não ser a melhor escolha na nomeação desta forma de produção de significado.

Apresentamos dois trechos para explicar esse fenômeno.

---

<sup>23</sup> Sinal soletrado com as letras C e L. Apresentado em SW: 

Unidade de Tradução 1		
TP em português	TT transcrito em SW com glosa	
O homem que amava caixas.		
Imagem da UT	OLHANDO A ESQUERDA A BAIXO CORPO À ESQUERDA	INTERESSE AO QUE ESTÁ A BAIXO A ESQUERDA
	  CAIXA	 ÊNFASE
	 HOMEM	 GOSTAR

Primeiramente, vale salientar a questão da fidelidade tratada anteriormente neste artigo. Segundo Pagano, acreditava-se, principalmente até a década de 1980, quando os Estudos da Tradução passaram a redefinir o objetivo e a natureza da tradução, que “haveria uma transposição ideal e única que seria, então, a tradução perfeita”. Contudo, novas teorias esclarecem que traduções diversas podem sair de um mesmo “original de acordo com os objetivos pretendidos, o público-alvo, a função que se busca atribuir ao texto traduzido e outros fatores mercadológicos” (PAGANO, 2014, pp. 14 e 15).

Conscientes desta autonomia, da possibilidade de buscar e optar pela escolha mais adequada ao seu trabalho, as tradutoras demonstraram habilidades que “transcendem o conhecimento linguístico [...] conhecimentos necessários a recriação do texto” (PAGANO, 2014, p. 13). No TT produzido pela dupla, a afirmação da Adriana Pagano torna-se viva, quando ela diz que “traduzir é mais do que conhecer uma língua, ou

seu vocabulário, ou apenas transpor palavras de uma língua para outra” (PAGANO, 2014, p. 27).

Um exemplo claro deste excerto na prática, podemos encontrar no início da tradução se compararmos os títulos em ambas as línguas. Na UT1, isto é, na capa do livro, “amar” torna-se <INTERESSE> e <GOSTAR>. Algum iniciante com sua criticidade pouco desenvolvida poderia transpor esta unidade lexical da língua portuguesa como <AMOR><sup>24</sup> como um equivalente mais próximo e não estaria errado. Porém, as tradutoras julgaram o sinal de amar como um significado mais profundo que não se sente por objetos. Todavia, a sinalização de <INTERESSE> e <GOSTAR>, a depender da expressão corporal e do contexto, pode assumir um valor emocional altíssimo. As duas escolhas são cabíveis. Por que uma e não a outra? Porque essa escolha é de responsabilidade das tradutoras. E elas julgaram esses sinais mais adequados ao TT.





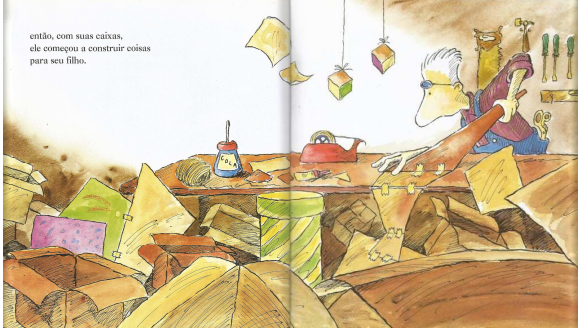



Como diria Jean-Baptiste Alphonse Karr: “*plus ça change, plus c'est la même chose*”. Ou seja, por mais que mude, ainda mais será a mesma coisa. As adequações feitas em uma tradução melhoram o texto da língua de partida. A obra será a mesma embora melhorada, pelo menos aos olhos de usuários da língua de chegada e, obviamente, aos olhos do tradutor. Os registros de produções textuais em Libras ainda carregam os traços da modalidade face a face que registros escritos em português tradicionalmente não possuem. No texto em português, a prosódia da enunciação dependerá do leitor. Por outro lado, em Libras, a prosódia é articulada na imagem em movimento (vídeo) do TT nas expressões das tradutoras. Sendo assim, é possível dizer coisas em Libras, nessa

---

 24

modalidade face a face, que não se esclarece com poucas palavras em português escrito.

Mais a diante, na UT2, a história trata do momento em que o homem que tinha dois amores, as caixas e o seu filho, decide unir as duas paixões para transmitir o amor que sentia por seu filho. Neste ponto, o “homem” começa a construir objetos com o papelão das caixas e na história se segue uma lista de coisas construídas com este intuito. Aqui, as tradutoras iniciam com o sinal de ideia, não explicitado no TP. Em Libras, as tradutoras ressaltam que esta foi uma sabia solução, o que revela a interpretação das tradutoras e marca as suas expressões corporais particulares, tornando evidente a autoria do texto traduzido.

Unidade de Tradução 2		
TP em português	TT transcrito em SW com glosa	
Então, com as caixas, ele começou a construir coisas para seu filho.	 IDEIA	 PREPARAR
Imagem da UT	 OLHANDO A ESQUERDA A BAIXO	 ENTREGAR A ESQUERDA
	 CAIXA	 FILHO
	 COLAR	

Outro dado interessante que deve ser analisado no encontro entre duas culturas é o fato da existência de verbos de manuseio em Libras, incorporados na sinalização da ação, que em contraste, no português é



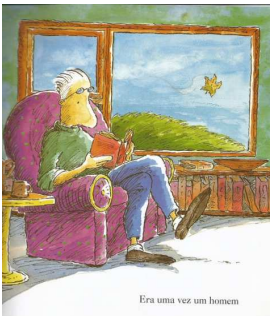





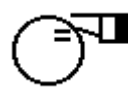

inexistente. Para se referir à expressão em português “construir coisas”, as tradutoras escolheram incorporar o sinal de <COLAR>, motivadas também pela ilustração, criaram uma enunciação em Libras diferente do termo em português, todavia mantendo o sentido do texto.

## **b) Adaptação para a comunidade surda**

Adaptação é um procedimento técnico da tradução que segundo Mourão (2012, p. 4) consiste em “transformações para se adaptar à cultura surda [...] de forma que o discurso traga representações sobre os surdos”. Exemplos desses elementos culturais são as utilizações de sinais para nominar sujeitos ao substituir nomes.

Logo no início da obra, o autor apresenta primeiro o homem e na próxima página o seu filho. Uma ilustração de cada um os acompanha com dizeres sucintos que os apresentam como pai e filho. O autor do livro optou por não atribuir um nome próprio aos personagens, mas chamá-los de homem e filho (personagens principais). Seria possível fazer uma tradução com estes substantivos, porém na Libras é bastante comum atribuir um sinal às pessoas. Com a utilização de um sinal pessoal aos dois personagens a compreensão se torna mais fácil e a leitura mais agradável. Pode, inclusive, aumentar a empatia do leitor. Uma das tradutoras justifica esta questão em um artigo. Ela nos conta que esta “opção pode ser compreendida como uma estratégia para manter as questões culturais da comunidade de destino e ao mesmo tempo torná-lo mais compreensível à criança surda” (ALBRES, 2012, p. 4). Portanto, foram criados sinais para o homem e seu filho, indicados na apresentação da primeira ilustração em que aparecem.



Unidade de Tradução 7 e 8		
TP em português	TT transcrito em SW com glosa	
a) Era uma vez um homem. b) O homem tinha um filho.	a)  ANTIGO	b)  O HOMEM
Imagem da capa		
a)  Era uma vez um homem b) 	a)  HOMEM	b)  FILHO
	 SINAL	 SINAL
	 O HOMEM	 O FILHO

Na primeira e segunda cena, após a apresentação da capa em vídeo, sinais icônicos representam os personagens principais. Na UT7, “Um homem” tornou-se o sinal inventado para o protagonista. Praticamente, uma DI, um sinal que descreve uma imagem, que nos arremete aos óculos sempre posicionados a cima dos olhos do homem. E, na UT8, “Um filho” é traduzido com o sinal inventado para o coadjuvante. Um sinal também icônico que dá vida e movimento aos cabelos ao vento do menino, quando sua imagem aparece neste primeiro momento na história. Conforme afirma Venuti (2002), na realidade o tradutor reinventa o texto para uma comunidade cultural específica diferente daquela a qual foi pensado o TP. Alguém que desconheça a cultura surda, provavelmente não entenderia o valor de um sinal, mas um tradutor experiente de um

par linguístico que envolvesse a Libras, no mínimo, refletiria sobre a possibilidade, ou a necessidade de se criar um sinal para cada um desses dois personagens, haja vista que o sinal <HOMEM><sup>25</sup> se aplica ao gênero masculino em qualquer idade e no decorrer da história poderia causar ruídos. Seja como for, iconicamente, poderíamos pensar em uma variedade enorme de sinais para eles contemplando a cultura de chegada. Assim, as tradutoras escolheram aquilo que apresentaram e assinam por isso como sua criação, suas escolhas dentre uma gama de alternativas das quais elas tomaram uma decisão por dois sinais que apresentam os personagens com aquilo que estes têm de proeminentes: os óculos e o cabelo.

### **c) Leitura verbo-visual e criação espacial**

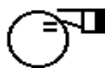






A cultura surda é extremamente visual, seu principal canal de comunicação é a visão, tal qual a comunidade ouvinte, contudo, este sentido é muito mais desenvolvido pelo uso e pela redução de ruídos de sons entre os surdos do que para os ouvintes. Por isso, as imagens recebem e produzem significados importantes no desenvolvimento cognitivo, principalmente, nestes sujeitos. A narrativa em LS estabelecerá relação com os elementos visuais disponíveis, aliás, qualquer que seja o tipo: tabelas, ilustrações, layout das páginas etc. serão consideradas na utilização dos espaços sub-rogados. Em literatura infantil, como é o caso do objeto deste estudo, a necessidade de pensar o texto em harmonia e dinamismo com as ilustrações é altamente relevante.

---

<sup>25</sup> 

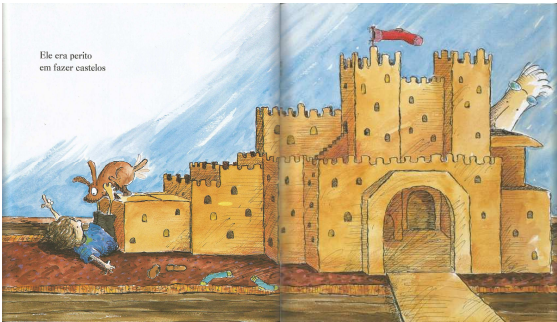





Albres (2012) fez uma autoanálise da tradução desse mesmo livro e afirmou que cada “um (texto e imagem) tem seus próprios elementos e suas próprias relações proposicionais” (ALBRES, 2012, p. 5). Então, a imagem apresenta uma intenção do ilustrador, a sentença em inglês possuirá outra intenção, a tradução em português assume outra e, por fim, em Libras, nessa tradução, as tradutoras expressam a sua intenção particular. De forma que, embora o TP não apresente discurso direto dos personagens, em Libras, Albres constata que “o intérprete não traduz apenas o texto, mas incorpora os personagens, os faz ter voz e incorpora os espaços mentais construídos pelas imagens do livro” (ALBRES, 2012, p. 6).

Abaixo se encontram algumas relações entre TT e imagem desta tradução. Primeiramente, no início da história, após apresentar os personagens, o TP aponta que o “homem” era aficionado por caixas para contextualizar o leitor. E num segundo momento, relaciona o amor às caixas ao amor que sentia por seu filho. Nesta análise, as duas UT em questão se relacionam por apresentarem uma incorporação no TT influenciado pela imagem do “homem” mirando as caixas.


Unidade de Tradução 10		
TP em português	TT transcrito em SW com glosa	
O homem tinha dificuldade de dizer ao filho que o amava;	 O HOMEM	 FILHO
Imagem da capa	 AMOR	
	 OLHAR ATRAVEZ DA CAIXA	 ENTRE ELES SITUAÇÃO DIFÍCIL
	 O FILHO	

Produzindo uma tradução intersemiótica, as tradutoras incorporam as inferências que fazem sobre a postura e direção do olhar do personagem nas ilustrações. Estas informações visuais não são informadas no texto em português que utiliza poucos recursos linguísticos para transmitir emoção. Se na tradução no Inglês para o Português essa relação não é considerada importante, certamente, pela comunidade surda ela é muito valorizada. Podemos resgatar as palavras de Rosa (2006, p. 62), o “desenho é importante para crianças terem o visual e maior facilidade em perceberem o conteúdo do livro”. Realizando um processo anafórico de incorporação e direcionamento do olhar no mesmo sentido que o desenho da sinalização se torna mais clara. Outro ponto curioso é a rima entre o sinal que representa o protagonista e o sinal de interesse com a mesma configuração. As tradutoras incorporam o protagonista, tanto na UT10 como na UT9, e, embora em dicionários bilíngues de Libras/Português exista léxico com equivalência muito próxima para dizer “dificuldade”, a tradutora decidiu enunciar a

dificuldade do homem sem elementos linguísticos, utilizando expressões e gestos emblemáticos. É interessante que a tradução não só requer pesquisa erudita para trafegar entre as línguas, culturas e disciplinas, mas ela obriga o erudito a considerar as comunidades além da academia (VENUTI, 2002, p. 92). Os gestos emblemáticos escolhidos no TT se encaixam de igual forma, ou melhor, que o sinal <DIFICIL><sup>26</sup> estabelecido pela academia como um equivalente a palavra “dificuldade”. Foi uma escolha da tradutora em enfatizar a essência da mensagem na incorporação da expressão corporal, aproveitando a composição da ilustração.

Unidade de Tradução 11		
TF em português	TT transcrito em SW com glosa	
Ele era perito em fazer castelos.		
Imagem da capa		
	 ELE	 PREPARAR
	 CONSTRUIR	 CASTELO
	 PROFISSIONAL	

Essa estratégia de aproveitar a composição da imagem se mostrou especialmente interessante na UT11 com o sinal de castelo. Neste ponto do livro, o autor está contando as várias e diversas construções com caixas que o pai fez para o filho e, como a imagem deixa claro, aqui ele

<sup>26</sup> 

conta sobre os castelos que o “homem” construía com muita habilidade. Nesta cena, o sinal de castelo se evidencia pela relação da localização do protagonista na ilustração com a da tradutora no vídeo e a posição do sinal de castelo com a imagem do castelo de papel em relação ao “homem”. É interessante que se trata de uma obra infantil e possivelmente a criança não conhecerá alguns sinais. Dessa forma, a criança aprende o sinal <CASTELO> de forma lúdica.

### **Anotações conclusivas**

Atualmente, percebemos que a perspectiva contemporânea dos estudos da tradução se difere muito do posicionamento científico anterior. No século passado, as concepções chamadas tradicionais defendiam a fidelidade, cujo entendimento era a possibilidade de verter cada unidade mínima de tradução com um equivalente exato em cada língua. Assim, o tradutor se manteria neutro, invisível, e, para uma tradução correta, praticamente automática, havendo apenas um ou poucos equivalentes exatos entre os pares linguísticos, seria fácil julgar uma tradução quanto a sua (in)fidelidade para com o TP.

Dessa forma, observamos a evolução dos estudos da tradução aos dias de hoje, em que a fidelidade é considerada uma utopia. Na perspectiva contemporânea de tradução, entende-se que a cada enunciado se faz uma nova escolha, as diversas possibilidades interpretativas, que podem ser extraídas de uma mesma mensagem pretendida pelo emissor. Se o tradutor é o leitor do TP, sua compreensão do texto será subjetiva, talvez não contemple completamente a intenção do autor do TP. Aliás, mesmo o público alvo do autor do TP, sendo tradutor ou não, passará por este processo de escolha de um sentido da

mensagem dentre as possibilidades e poderá chegar a uma compreensão distinta daquela pretendida pelo autor do TP. Um representante dessa nova visão foi Francis Aubert, seus estudos apresentam o ato comunicativo com duas mensagens: uma pretendida pelo emissor da qual surge um leque de mensagens (denominadas virtuais) e a segunda efetiva que seria a mensagem virtual elegida pelo receptor. Logo, o ato tradutório se faz em duas etapas: o primeiro, o ato comunicativo em que o tradutor escolhe a mensagem virtual que considera mais adequada derivada daquela pretendida pelo autor do TF; e uma repetição, num segundo ato comunicativo, em que o tradutor pretende transmitir uma mensagem que dentre suas várias mensagens virtuais apenas uma atingirá o leitor final, a depender da escolha deste ultimo interlocutor.

Duplicando esta ação comunicativa, temos um ato de tradução em que o tradutor assumirá dois papéis: o de receptor, ao ler o TP; e o de emissor, ao produzir um TT (AUBERT, 1994).

Portanto, a fidelidade do tradutor se resume ao leitor final que idealiza no ato tradutório. Para satisfazê-lo, o tradutor buscará as melhores escolhas considerando uma série de fatores e, nas reflexões de seu trabalho, colocará de si ao dar vida ao TT. Mesmo que sua fidelidade seja direcionada a outra questão, o tradutor fará escolhas na recepção do TP e na enunciação do TT. Sendo assim, o tradutor assume estes dois papéis: o de leitor e o de autor. Há várias formas de se dizer o mesmo em uma mesma língua, traduzir se dá de igual forma.

Neste artigo, analisamos as escolhas de duas tradutoras que atuaram em conjunto. No TT, encontramos enunciações bastante criativas que tornaram a visualização do vídeo em Libras muito mais atraente em comparação a uma tradução literal em que se buscasse os “equivalentes” mais próximos. Talvez, a intenção do autor do TF fosse

utilizar textos concisos para privilegiar as ilustrações. O único que sabe exatamente a pretensão desse autor é ele mesmo. O que as tradutoras sabem com certeza é que elas acreditavam que suas escolhas foram as mais acertadas no momento em que produziram o TT. Essas escolhas posicionam as tradutoras como autoras. Não uma autoria livre, mas, de acordo com a proposta de Venuti (2002): uma autoria derivada. Àquele que leu este artigo, até este parágrafo, eu pergunto: uma tradução pode melhorar uma obra literária? E como fazer este julgamento? Esperamos que essa discussão se estenda para que o trabalho de tradução seja valorizado entre os eruditos.

## Referências

ALBRES, Neiva de Aquino. **Tradução de literatura infantil: entre a construção de sentidos e o uso dos recursos linguísticos**. In: III Congresso Brasileiro de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Florianópolis-SC: UFSC. 15 a 17 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Tradução de literatura infanto-juvenil para língua de sinais: dialogia e polifonia em questão. **Rev. bras. linguist. apl.** [online]. 2014, vol.14, n.4, pp. 1151-1172. Epub Sep 09, 2014.

ARROJO, Rosemary. Tradução, (in) fidelidade e gênero num conto de Moacyr Scliar. In: **Rev. Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 4, n. 1, 2004. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rbla/v4n1/03.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbla/v4n1/03.pdf)>. Acesso em: 20/04/2015

AUBERT, Francis Henrik. **As (In)Fidelidades da Tradução: Servidões e autonomia do tradutor**. Campinas, S.P.: Editora da Unicamp, 1994.

BOHUNOVSKY, Ruth. **A (im)possibilidade da “invisibilidade” do tradutor e da sua “fidelidade”**: por um diálogo entre a teoria e a prática de tradução.

KING, Stephen Michael. **O Homem que amava caixas**. Escrito e Ilustrado por Stephen Michael King. Tradução: Gilda de Aquino. São Paulo: Editora Brinque-Book, 1997.

LUCHI, Marcos. **Interpretação de descrições imagéticas: onde está o léxico**. Florianópolis, 2013, p. 116

MITTMANN, Solange. **Notas do tradutor e processo tradutório**. Análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva. Porto Alegre: UFRGS, 2003.



PAGANO, Adriana, MAGALHÃES, Célia, ALVES, Fábio. **Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação**. 4 ed. São Paulo, Contexto, 2014. pp. 159.

QUADROS, Ronice Müller. Estudos Surdos III Petrópolis, RJ : Arara Azul, 2008.

ROSA, Andrea da Silva. **Entre a visibilidade da tradução de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. 2009. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/site/ebook/detalhes/11>>. Acesso em 12 abr. 2015.

ROSA, Fabiano Souto: Literatura surda: criação e produção de imagens e textos. In: ETD - Educação Temática Digital. 7 (2006), 2, pp. 58-64. URN. Disponível em: <<http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-101589>>. Acesso em 12 abr. 2015.

ROSA, Fabiano Souto; KARNOPP, Lodenir Becker. **Patinho Surdo**. Canoas: Ed. ULBRA, 2005.

SILVA, Heber de Oliveira Costa. **Tradução e dialogismo: um estudo sobre o papel do tradutor na construção do sentido**. Recife, Ed. Universitária da UFPE. 2011. 163p. : il. – (Coleção Teses e Dissertações).

VENUTI, Lawrence. **Escândalos da tradução: por uma ética da diferença**. Trad. Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. Bauru: EDUSC, 2002.

WEININGER, M. J. “Estrela guia ou utopia inalcançável: uma breve reflexão sobre a equivalência na tradução”. In: Cardozo, M.M.; Heidermann, W; Weininger, M.J. (org.). **A Escola Tradutológica de Leipzig**. 1 ed. Frankfurt/Main: Peter Lang Verlag, 2009, v. 1, p. 19-28.

GERHARDT, Tatiana Engel, SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 120.

MACEDO, RS., GALEFFI, D., PIMENTEL A. **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências humanas**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 174.

MOURÃO, Claudio Henrique Nunes. Adaptação e tradução em literatura surda: a produção cultural surda em língua de sinais. In: **IX ANPED SUL 2012**. Seminário de pesquisa em educação da região sul. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao\\_Especial/Trabalho/08\\_31\\_14\\_3009-7345-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_Especial/Trabalho/08_31_14_3009-7345-1-PB.pdf)>. Acesso em 12 abr. 2015.



# 9

## Tradução de termos do curso de Letras Libras: disciplinas curriculares em foco

**Walquíria Peres de Amorim**  
**Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC**

### **Introdução**

No mundo, na sociedade e na vida cada sujeito tem o seu papel; ao tradutor, por exemplo, lhe é dada a responsabilidade de traduzir. Mas se nesse emaranhado complexo que é o mundo, a sociedade e a vida, apesar de tantos estudos e pesquisas, ainda assim nos faltam respostas para coisas infindas, esses mesmos prováveis questionamentos sobre a falta de resposta caem sobre o tradutor ao se deparar com textos, frases, termos intraduzíveis. Um tradutor experiente deve saber o momento certo para aplicar certos procedimentos técnicos de tradução para que seu produto final seja o mais aprazível possível.

Em 2005, foi sancionado o Decreto nº 5.626, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a conhecida Lei de Libras. Esses

documentos reconhecem a Língua Brasileira de Sinais – Libras como língua, como o meio de comunicação da comunidade surda. Desde, então, são inúmeros os movimentos, políticas e pesquisas em prol do povo surdo, e, principalmente, em favor da língua de sinais. O decreto inclui, também, a Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de Pedagogia, Fonoaudiologia, Letras e demais licenciaturas.

Neste sentido, um dos cursos de formação de tradutores que engloba tanto a Língua de Sinais e o campo disciplinar dos Estudos da Tradução é a graduação de Bacharelado em Letras Libras, oferecido também pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. O curso se deu, primeiramente, para atender a demanda da inclusão de surdos no Ensino Superior, bem como a demanda da oferta das disciplinas de Libras nos cursos de Pedagogia, Licenciaturas e Fonoaudiologia de acordo com o decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei de Libras nº 10.436/2002. O curso de Letras Libras na modalidade de Educação a Distância – EaD teve início no ano de 2006 e na modalidade presencial no ano de 2008. Em todos os dezesseis estados brasileiros que são oferecidas a graduação, o total de licenciados e bacharéis é de 1.079 alunos (QUADROS, 2014). Os termos discutidos durante as disciplinas do curso de Letras Libras são de suma importância para a ampliação do léxico comunicativo dos usuários da comunidade surda. Muitos dos textos escritos em Língua Portuguesa estão repletos de conceitos que devem ser entendidos, apreendidos e aplicados não só durante o curso, mas durante a vida por sermos sujeitos em constante formação.

A presente pesquisa propõe uma reflexão acerca dos procedimentos envolvidos na tradução dos nomes das disciplinas do curso de Bacharelado em Letras Libras da UFSC, convencionados e usados pela comunidade acadêmica, verificando se para tais termos

foram empregados procedimentos como a tradução literal ou ‘decalque’. As reflexões presentes neste artigo se referem sobre a forma de se expressar em Libras, com relação aos nomes das disciplinas curriculares, que são profícuas para compreendermos o processo de construção de traduções. O uso desses termos em Libras contribui para a ampliação e difusão do léxico especializado de Libras, à medida que a língua posta em uso é o que a desenvolve. As perguntas norteadoras para esta pesquisa estão relacionadas ao conceito de decalque. Dessa forma, o decalque, como procedimento técnico de tradução, está presente no uso dos nomes das disciplinas do curso de Bacharelado em Letras Libras da UFSC?

### **Revisão de Literatura**

O campo disciplinar dos Estudos da Tradução é composto por diferentes temas de pesquisa, sendo que uma boa parte se dedica ao ato, ao processo tradutório, ou seja, tentam responder a pergunta que tantos tradutores experientes e inexperientes já se fizeram: “como faço uma tradução?”. Em uma tradução técnico-científico, por exemplo, os principais problemas são de cunho lexical, gramatical e estilístico (GARCIA, 1992). Pode-se dizer, também, que tais problemas são pertencentes a todo e qualquer ato tradutório. Desses problemas, o conhecimento lexical é o que mais causa incômodo, principalmente, em tradutores inexperientes. Para uma tradução técnica, ou especializada, o conhecimento lexicográfico se faz de suma importância. Por exemplo, conhecer os falsos cognatos de determinada área ajudam a evitar erros e dão mais segurança na tradução se estiverem acompanhados de um bom conhecimento gramatical do par linguístico trabalhado. Problemas gerados a partir do léxico e da gramática são passíveis de boa solução “na

base do conhecimento, isto é, do domínio de ambas, língua-fonte e língua-alvo” (GARCIA, 1992, p. 84). No entanto, a questão estilística não depende somente da competência linguística. O estilo requer um conhecimento de mundo, ou seja, cultural, sociológico e psicológico, tanto do público-fonte quanto do público alvo.

Cabe a articulação entre os estudos de Lexicografia Especializada e Estudos da Tradução investigar, por exemplo, problemas terminológicos referentes à tradução. Os estudos lexicográficos e terminológicos são semelhantes quanto ao campo de pesquisa, porém divergem quanto ao conceito. Ambas as áreas de pesquisa estão inscritas no campo disciplinar da linguística devido ao interesse pelo estudo científico dos conceitos e termos específicos das línguas.

Em sua primeira acepção, a palavra terminologia significa um “conjunto de palavras técnicas pertencentes a uma ciência, uma arte, um autor ou um grupo social”, como, por exemplo, a terminologia da medicina ou a terminologia usada pelos especialistas em computação (PAVEL, NOLET, 2002, p. XVII).

Para tanto, conhecer as características inerentes ao texto fonte são essenciais. A tradução de termos específicos demanda permanente pesquisa por parte dos terminólogos e tradutores. Mesmo as pesquisas que se baseiam em termos traduzidos com pouca reflexão de seu processo tradutório são válidas aos estudos. Com o olhar da tradução técnica, estudamos neste trabalho termos de um determinado grupo e contexto específico: a tradução dos nomes das disciplinas do curso de Bacharelado em Letras Libras.

Pesquisas que tratam de lexicografias e terminologias são muito comuns, principalmente, quando se trata de línguas orais, para tal, podemos citar o trabalho de Alves (1990), chamado *Neologismo: criação*

*lexical*. O livro aborda os processos de formação de neologismo no português falado no Brasil, por meio de exemplos extraídos da linguagem jornalística contemporânea. A obra de Basílio (2007), *Teoria Lexical*, apresenta uma visão atualizada e acessível das questões essenciais em teoria lexical e uma análise de fenômenos ocorrentes ou possíveis no léxico do português, sobretudo quanto à formação de palavras.

Dias (2000), em seu artigo, reforça a ideia de Sonneveld (1993) ao dizer que o campo de estudo terminológico é interdisciplinar por agregar outras áreas do conhecimento como, por exemplo, "a informática (engenharia do conhecimento e inteligência artificial), a linguística (semântica, lexicologia e tradução), as ciências da documentação e classificação, a conceptologia e a nomenclatura." (DIAS, 2000, p. 91). No entanto, Sager (1998) contrapõe a ideia de que a terminologia se feche em disciplinas específicas, levando-a a um possível engessamento. Para tanto, seu ponto de vista remete ao princípio de definição "como um conjunto de práticas que evoluiu no contexto da criação de termos, sua coleta, explicação e apresentação em diferentes meios impressos e eletrônicos" (DIAS, 2000, p. 91). Portanto, Dias traz a visão de Sager, na tentativa de unir ambas as propostas. A terminologia é uma disciplina aplicada, que se relaciona com a lexicografia e usa técnicas da ciência e da tecnologia da informação.

Em Língua de Sinais são diversos os autores e pesquisas que dedicam aos estudos lexicográficos. Para tanto, podemos citar Souza-Junior (2010) que em algumas de suas publicações se dedica aos estudos da onomástica, o estudo sobre o uso dos nomes próprios, indicando a existência de duas categorias principais: toponímia e antroponímia. A primeira está relacionada aos nomes de cidades, ruas, estados, etc. A segunda, aos nomes de pessoas. Tal publicação analisa os sinais em

Libras utilizados pela comunidade surda das cidades brasileiras. Seguindo tal reflexão, a presente pesquisa se atém a análise dos sinais em Libras das disciplinas do curso de Letras Libras, da UFSC.

A linguística nos mostra a importância do conhecimento referencial quanto ao uso de termos e léxicos específicos de uma área ou grupo. Devemos nos atentar que esse interesse não cabe apenas às abstrações teóricas. Os profissionais que têm a língua como ofício, sejam eles linguistas, tradutores ou intérpretes, precisam se valer das competências adquiridas durante sua formação (PÖCHHACKER, 2010, RODRIGUES, 2010). No sentido de conhecer o local em que se atuam os procedimentos técnicos de uma tradução são essenciais para auxiliar na solução da dúvida sobre como traduzir. No campo disciplinar dos Estudos da Tradução, podemos ressaltar os estudos de Vinay e Darbelnet (1958) e Aubert (1998, 2006) (*apud* OLIVEIRA, 2008), como também os de Barbosa (1990). Todos estes tratam sobre os procedimentos com um olhar crítico, repleto de problemas específicos que foram categorizados em empréstimo, tradução literal, transposição, decalque, dentre outros. Esses procedimentos são métodos que podem ser adotados durante o processo tradutório e cabe ao tradutor escolher a qual irá se valer. Os procedimentos técnicos da tradução surgem, desta forma, como um modo de descrever em detalhe o processo tradutório (OLIVEIRA, 2008).

O que mais nos interessa nessa pesquisa é o procedimento denominado decalque. Cada autor apresentado acima tem uma linha de classificação para o decalque. Nesta sessão desenvolvemos uma revisão das pesquisas de alguns dos principais autores que abordam o decalque, no entanto, com diferentes objetos de estudo. Os autores Vinay e Darbelnet foram os primeiros a iniciar a discussão sobre os procedimentos na tradução, os pesquisadores posteriores a eles foram



refinando os conceitos e acrescentando mais procedimentos a lista de Vinay e Darbelnet. Geralmente, ele é mais recorrente em traduções que se valem da literalidade na tradução. Por exemplo, na visão de Vinay e Darbelnet (1958), que entendiam a tradução como um texto exato, voltado para uma análise comparativa entre línguas. Para esses autores, o decalque é dividido em dois: de ordem lexical e estrutural, ele ocorre quando não há mudança na estrutura original de um texto fonte, no entanto, uma nova expressão surge no texto alvo. Aubert (1998) apresenta em suas modalidades de tradução, algo necessário para se adaptar os procedimentos técnicos de tradução. Para ele, o decalque acontece no momento em que mudanças de ordem gráfica (morfológicas) são feitas em expressões que não estão dicionarizadas para se adaptarem ao texto alvo.

Na área, podemos encontrar outras pesquisas que tratam sobre os procedimentos técnicos de tradução, como por exemplo, Oliveira (2008) que toma como base testes de modalidades de tradução literal e decalque para verificar o desenvolvimento da competência tradutória em análise de *corpus*. O presente artigo não tratará sobre a tradução de nomes de instituições, no entanto, tais pesquisas que tratam sobre este tipo de tradução são de suma importância para o desenvolvimento teórico desse trabalho. Para tanto, podemos citar a produção de Almeida (1992) que aborda a tradução de títulos de livros. O sentido que pode estar atrelado ao procedimento de decalque é o de não tradução, seja por ordem de recuperação lexical ou por falta de soluções de problemas, no que diz respeito ao processo de tradução. Guedes (2010) apresenta uma discussão sobre a difícil decisão entre o traduzir e o não traduzir que o tradutor enfrenta em seu trabalho, por vezes, utiliza-se do decalque.

Portanto, o conceito que nos embasa nesta pesquisa tem relação à proposta dos procedimentos técnicos abordados por Barbosa (1990). Acreditamos que sua visão de diacronia sobre a escolha do uso do decalque é a mais indicada. Barbosa (1990) apresenta uma nova proposta de categorização para o decalque, que “consiste em traduzir literalmente sintagmas ou tipos frasais da LO [língua de origem] no TLT [texto de língua de tradução]” (BARBOSA, 1990, p. 76), tal concepção tenta resolver alguns problemas gerados por Vinay e Darbelnet referente à nomenclatura, classificação e definição dos procedimentos de tradução. Ela, ainda, considera que o decalque só será reconhecido por meio de uma análise diacrônica (BARBOSA, 1990). Em seu livro, ela cita Newmark (1981, 1988) que, por sua vez, classifica o decalque em dois tipos: empréstimo do tipo frasal e aquele que se dedica a tradução de nomes de instituições. Seguem abaixo alguns exemplos:

<b>a) decalque de tipos frasais</b>	
<i>task force</i>	grupo tarefa
<i>textbook</i>	livro texto
<i>case study</i>	estudo de caso
<b>b) decalque de tipos frasais ligados a nomes de instituições</b>	
INPS	<i>National Institute for Social Welfare</i>
<i>The People's Republic of China</i>	A República Popular da China

Tabela 1: Exemplos de Decalque retirados de Barbosa (1990, p. 76)

Desta forma, interessa-nos estudar o procedimento de tradução chamado decalque apresentado por Barbosa (1990).

## **Metodologia de pesquisa**

Esta pesquisa se molda ao caráter da abordagem qualitativa, de natureza aplicada. Uma abordagem qualitativa se preocupa com o

aprofundamento da compreensão de um grupo social (GERHARDT, SILVEIRA, 2009). Podemos perceber tal atitude nos

pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p. 32).

Como foi dito, a preocupação está voltada para compreensão do fenômeno de tradução. Não interessam, aqui, possíveis resultados com dados numéricos. Em uma leitura superficial da palavra “qualitativa”, seu significado está relacionado à primeira impressão que causa a palavra: qualidade. Essa abordagem se interessa em explicar e refletir sobre fatos e não apresentar julgamentos.

A natureza aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.” (GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p. 35). O presente artigo apresenta reflexões, que a nosso ver, são problemas de ordem tradutória. Devido à delimitação do objeto de pesquisa, não nos coube julgar, bem como propor soluções. O propósito, neste momento, é apresentar reflexões acerca da sinalização dos nomes das disciplinas curriculares do curso de bacharelado em Letras Libras – Presencial da UFSC.

Desta forma, questionamos: O decalque, como procedimento técnico de tradução, está presente no uso dos nomes das disciplinas do curso de Bacharelado em Letras Libras da UFSC? Em que medida? Quais as causas do seu emprego? Quais as consequências de se traduzir utilizando o procedimento de decalque?

Para tentar responder às perguntas dessa investigação, apresentadas acima, tomamos como base o método Etnográfico, em que

há imersão do pesquisador no campo. A pesquisadora, que também é aluna do curso Letras Libras – Bacharelado, atualmente, na 7ª fase, participa do ambiente natural de onde foram coletados os dados para análise. As pesquisas que envolvem a etnografia têm o olhar voltado para um grupo ou povo. Por exemplo, neste artigo há a investigação do modo de enunciar em Libras os nomes das disciplinas curriculares do curso de bacharelado em Letras Libras.

Exemplos desse tipo são as pesquisas realizadas sobre os processos educativos, que analisam as relações entre escola, professor, aluno e sociedade, com o intuito de conhecer profundamente os diferentes problemas que sua interação desperta (GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p. 41).

O processo educativo está fortemente entrelaçado a essa pesquisa, o uso ou não do procedimento decalque tomado na tradução pode influenciar diretamente a compreensão do termo que denomina as disciplinas, principalmente, das pessoas surdas que, geralmente, se constituem como usuários de português como segunda língua – L2. A participação e interação da pesquisadora no ambiente natural de onde foram coletados os dados é uma das principais características das pesquisas etnográficas, que está voltado para a reflexão do grupo quanto o uso dos nomes das disciplinas em Libras.

Com base no currículo do curso, na tabela 1 estão selecionadas as disciplinas cursadas durante os nove semestres de formação de tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa, na modalidade presencial, da UFSC.

Ao todo foram coletados 38 sinais correspondentes a 36 disciplinas do curso de Letras Libras, que podem ser visualizadas na tabela 1. A coleta dos dados contou com uma etapa de observação participante, como também com a análise documental curricular, ou seja, os dados referentes às disciplinas do curso foram retirados do plano curricular

que estrutura as disciplinas do bacharelado. O processo de análise documental se trata do uso de documentos originais com o propósito de coletar informações de interesse do pesquisador.

<b>EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO BÁSICA</b>
Fundamentos da Educação de Surdos	Laboratório em Interpretação I	Introdução aos Estudos Linguísticos
Tecnologia da Informação e EaD	Laboratório em Interpretação II	Estudos Linguísticos I
Estudos da Tradução I	Laboratório em Interpretação III	Estudos Linguísticos II
Estudos da Tradução II	Prática de Tradução I	Estudos Linguísticos III
Estudos da Interpretação I	Prática de Tradução II	Estudos Linguísticos IV
Estudos da Interpretação II	Estágio em Tradução	Corporalidade e Escrita
Português I	Estágio em Interpretação	Fundamentos da Trad. e da Inter.
Português II	Trabalho de Conclusão de Curso	Metodologia Científica
Português III		
Conversação Intercultural		
Libras Iniciante		
Libras Pré-Intermediário		
Libras Intermediário		

Tabela 2: disciplinas do curso de bacharelado em Letras Libras, da UFSC.

Apresentamos na tabela 3, a seguir, as disciplinas e suas respectivas ementas, a fim de favorecer a compreensão dos conceitos trabalhados em cada uma delas e do que tratam especificamente.

<b>FASE</b>	<b>NOME DA DISCIPLINA</b>	<b>EMENTA</b>
1ª fase	Fundamentos da Educação de Surdos	Os modelos educacionais para surdos: clínicos, mistos, antropológicos, e da diferença. Políticas, legislação e surdez. As políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais. Educação bilíngue para surdos.
1ª fase	Tecnologias da Informação e EaD	Linguagem, tecnologia e sociedade. Contemporaneidade: tecnologia, globalização e meio ambiente. O impacto das tecnologias na vida e na educação de surdos. Tecnologias de registro e edição de vídeos em Libras. Introdução à Educação a Distância.
1ª fase	Libras Iniciante	Descrição básica de pessoas e cenários. Narrativas pessoais simples. Introdução aos 47 recursos gramaticais da Libras: uso do corpo e do espaço. Classificadores básicos. Iniciação à soletração manual e aos numerais. Construções negativas e interrogativas básicas. Prática como componente curricular.
1ª fase	Conversação Intercultural	Princípios organizatórios da conversação em Libras. Estratégias interacionais para iniciar, interromper e fazer manutenção de tópicos e reparos na conversa face-a-face em língua de sinais. Negociação de sentidos na interação intercultural surdo-ouvinte.
2ª fase	Libras Pré-Intermediário	Descrições elaboradas de pessoas e cenários. Narrativas pessoais elaboradas. Uso do corpo e do espaço para estabelecimento de referentes. Diferentes tipos de classificadores. Coarticulação na soletração manual e de números. Expressão de relações causais simples. Construções negativas e interrogativas elaboradas. Prática como componente curricular.
2ª fase	Corporalidade Escrita e	Tradição oral e tradição escrita. Condições de produção oral e escrita. Cruzamentos entre oralidade e escrita. Escrita, ciência e literatura. Desafios da alfabetização e do letramento. Introdução aos sistemas de escrita de línguas orais e línguas de sinais.
2ª fase	Fundamentos da Tradução e Interpretação	A atividade tradutória em diferentes países e tempos históricos. Mapeamento dos estudos da tradução. Concepção de tradução e interpretação e os respectivos papéis na prática do profissional. Conceitos de língua fonte e língua alvo.
3ª fase	Libras Intermediário	Descrições complexas de pessoas, cenários e eventos. Recontagem de narrativas com enredos complexos. Diferenças de perspectivas na sinalização e o particionamento do corpo do sinalizante. Expressão de relações causais complexas. Uso avançado de classificadores. Exploração avançada do corpo e do espaço. Desenvolvimento de fluência na soletração manual e de números. Introdução ao uso de boias no discurso. Prática

		como componente curricular.
3ª fase	Introdução aos Estudos Linguísticos	Introdução às ciências e à filosofia da linguagem. Definição do campo, do objeto, dos objetivos e dos métodos da Linguística. Os conceitos de linguagem, língua e fala. O signo linguístico. As funções da linguagem. Língua e cultura. Descrição/explicação vs. prescrição. Os níveis da descrição linguística. Noções elementares de história da Linguística e as abordagens modernas. Mitos sobre LSs. Prática como componente curricular.
3ª fase	Estudos da Tradução I	Panorama das vertentes teóricas no campo dos Estudos da Tradução. Tipos de tradução e o conceito de fidelidade articulados no âmbito de cada vertente. As relações entre tradução, original, tradutor e autor.
3ª fase	Estudos da Interpretação I	História dos Estudos da Interpretação. Constituição do profissional intérprete de língua de sinais. Aspectos legais e a regulamentação da profissão. Interpretação comunitária. Papéis em diferentes espaços de atuação: intérprete generalista e intérprete educacional.
4ª fase	Libras Avançado	Descrições complexas de contextos concretos e abstratos. Definição conceitual de termos. Argumentação: gerenciamento de razão e emoção. Soletração manual fluente. Narrativas como forma de argumentação. Exploração coesa e coerente do corpo e do espaço em textos argumentativos. Exploração avançada das boias no discurso. Exploração criativa de classificadores. Estratégias argumentativas. Prática como componente curricular.
4ª fase	Estudos Linguísticos I	Introdução aos princípios gerais da Fonética Articulatória. Relação entre fonética e fonologia. Introdução às premissas da descrição e análise fonológica. Processos fonológicos básicos.
4ª fase	Estudos da Tradução II	O debate teórico clássico sobre ética e seus reflexos na carreira profissional. Posturas, atitudes, decisões e encaminhamentos nas relações de trabalho. Elementos cognitivos, linguísticos, culturais e políticos no ato tradutório. Demandas e papéis em diferentes espaços de atuação.
4ª fase	Estudos da Interpretação II	Teorias e modelos de interpretação. Tipologias, conceitos e conscientização dos problemas teóricos e práticos da interpretação em língua de sinais. Processos cognitivos, linguísticos e culturais.
5ª fase	Libras Acadêmica	Normatização de trabalhos acadêmicos em Libras. Estrutura do discurso acadêmico filmado. Tecnologias de vídeo e seu impacto nas pesquisas sobre língua de sinais. Produções acadêmicas em Libras. Prática como componente curricular.
5ª fase	Escrita de Sinais I	Aquisição do sistema de escrita de língua de sinais: grupos de configurações de mão, locações, movimentos, contatos e marcas não manuais. Ênfase na leitura. Introdução ao uso de softwares de escrita de sinais.
5ª fase	Estudos Linguísticos II	As palavras e sua estrutura. Morfemas: conceito, tipologia e análise morfológica. Os constituintes. A relação núcleo, argumentos e adjuntos. A estrutura das sentenças. Processos morfológicos e sintáticos.
5ª fase	Metodologia Científica	O que é pesquisa. Fundamentos da teoria do conhecimento. Epistemologia, ciência, ideologia. Crises paradigmáticas e pós-modernidade. Abordagens metodológicas na ciência. Projetos

		de pesquisa: preparação, desenvolvimento e apresentação de resultados. Elaboração do trabalho científico.
5ª fase	Português I	Elementos de textualidade: coesão e coerência na Língua Portuguesa. Desenvolvimento de estratégias de leitura. Gêneros Textuais. Tópicos de gramática. Leitura, análise linguística e escrita em nível básico.
6ª fase	Laboratório em Interpretação I	Aplicação teórica e prática de interpretação Português – Libras – Português em contextos educacionais. Prática como componente curricular.
6ª fase	Estudos Surdos I	Grupos sociais e relações étnico-raciais. Identidade e cultura surdas. Fatores teóricos que contribuem para a visão contemporânea da cultura surda. Encontro surdo-surdo. Subjetividade. Artefatos culturais e a língua de sinais.
6ª fase	Escrita de Sinais II	Continuação do processo de aquisição da leitura e escrita da língua de sinais: aspectos marcados. A representação do espaço na escrita de sinais. Ênfase na produção textual. O sinalário da Libras. Prática como componente curricular.
6ª fase	Estudos Linguísticos III	Dimensões da significação: sentido, referência. Significação dos enunciados: acarretamento, pressuposição, asserção, negação, transitividade, operadores argumentativos, quantificadores. Significação e uso da linguagem: performatividade, atos de fala, máximas conversacionais. Enunciação e sentido. Linguagem em seu contexto socio-histórico e ideológico.
6ª fase	Português II	Produção de textos técnico-científicos relevantes para o desempenho das atividades acadêmicas. Procedimentos de reescrita/reestruturação. Tópicos de gramática. Leitura, análise linguística e escrita em nível intermediário.
7ª fase	Laboratório em Interpretação II	Aplicação teórica e prática de interpretação Português – Libras – Português em contextos da saúde. Prática como componente curricular.
7ª fase	Literatura Surda I	Introdução à Literatura Surda. A expressividade estética e literária nas línguas de sinais. O gênero narrativo: estrutura e funções. Realidade e ficção. Tipos de narrativa em línguas de sinais. Narrativas e educação de surdos. Produção e análise de narrativas. A literatura como um artefato cultural.
7ª fase	Prática de Tradução I	Prática tradutória Português-Libras-Português com foco em gêneros textuais variados. O processo tradutório: produção de inferências, solução de problemas e tomada de decisões. Descrição e avaliação das traduções.
7ª fase	Estudos Linguísticos IV	As relações entre língua e sociedade. Variação linguística no tempo e no espaço. Famílias linguísticas. Língua e dialeto. Comunidades de fala. Línguas em contato. Línguas emergenciais. Crioulização. Bilinguismo. Mudança linguística. Registro e diglossi. Os usos sociais da variação. Estudo de princípios da Linguística Aplicada e sua relação com a pesquisa, o ensino e aprendizagem de línguas.
7ª fase	Português III	Práticas de leitura e escrita com foco no desenvolvimento da capacidade crítica. Gêneros da esfera acadêmica. Tópicos de gramática. Leitura, análise linguística e escrita em nível avançado. Orientações para a construção da síntese do projeto de TCC.



8ª fase	Laboratório em Interpretação	Aplicação teórica e prática de interpretação Português – Libras-Português em contextos jurídicos. Interfaces entre a prática e o desenvolvimento de pesquisas no campo da interpretação.
8ª fase	Literatura Surda II	Literatura surda no Brasil e no mundo. O gênero poético. Funções da poesia. Tipos de poesia em línguas de sinais. Poesia e criatividade linguística. Prática em poesia. A expressividade no humor. Metáforas e outros recursos literários em línguas de sinais.
8ª fase	Literatura Surda II	Literatura surda no Brasil e no mundo. O gênero poético. Funções da poesia. Tipos de poesia em línguas de sinais. Poesia e criatividade linguística. Prática em poesia. A expressividade no humor. Metáforas e outros recursos literários em línguas de sinais.
8ª fase	Prática de Tradução II	Prática tradutória envolvendo a escrita de sinais. Estudos de expressões literárias da cultura surda. Interfaces entre a prática e o desenvolvimento de pesquisas em escrita de sinais e do português. Edição de textos e direitos autorais.
9ª fase	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	Desenvolvimento de pesquisa e defesa do trabalho composta por uma banca avaliadora.
9ª fase	Estágio em Interpretação	Desenvolvimento do estágio supervisionado em interpretação de Libras/ Português em contextos institucionais.
9ª fase	Estágio em Tradução	Desenvolvimento do estágio supervisionado em tradução de Libras/Português em contextos institucionais.

Tabela 3: ementas das disciplinas do curso de bacharelado em Letras Libras da UFSC.







As disciplinas são ministradas em Libras ou em Língua Portuguesa, no entanto, em sua grande maioria é ministrada em Libras com a mediação de intérpretes atuando de Libras para língua oral, serviço oferecido até a 4ª fase, o que corresponde ao segundo ano. A partir da 5ª fase a lógica do curso demanda que os alunos já tenham proficiência na Língua de Sinais de forma a acompanhar as aulas em Libras, considerando que professores, alunos e intérpretes usam a Libras desde o início do curso para conversar sobre os conteúdos, para ensinar e para aprender.














A coleta de dados se deu, primeiramente, pelo processo de pesquisa no PPP do curso de Letras Libras, no qual foram selecionadas apenas as disciplinas do bacharelado. Foram selecionadas 36 disciplinas, que estão

dispostas nas tabelas acima. Em seguida, foram consultados colegas e professores, além da própria experiência da pesquisadora enquanto aluna. Todos contribuíram para lembrar como eram sinalizadas as disciplinas que já foram cursadas. O passo seguinte foi o registro dos dados, por meio de fotos (frames) de cada sinal, logo após foram organizados em tabela e feitas glosas para representa-los.





### O decalque como procedimento de tradução: análise dos dados

Com base na proposta metodológica etnográfica, de abordagem qualitativa e natureza aplicada. A seguir, apresentamos as expressões em Libras que vivenciamos como aluna do curso para se referir às disciplinas compiladas.

NOME DA DISCIPLINA EM LIBRAS			
	NOME DA DISCIPLINA	USO 1	USO 2
	Introdução aos Estudos Linguísticos	 COMEÇAR ESTUDAR LINGUÍSTICA	 ABRIR ESTUDAR LINGUÍSTICA
	Estudos Linguísticos I; II, III; IV	 ESTUDAR LINGUÍSTICA	 I II III IV
	Corporalidade e Escrita	USO 1	USO 2
		 CORPO ESCRITA	 FACE-A-FACE ESCRITA

	Fundamentos da Tradução e da Interpretação	 <p style="text-align: center;">BASE                      TRADUÇÃO                      INTERPRETAÇÃO</p>								
	Metodologia Científica	<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td colspan="2" data-bbox="485 443 970 488">USO 1</td> <td colspan="2" data-bbox="970 443 1532 488">USO 2</td> </tr> <tr> <td data-bbox="485 488 762 680">  <p>METODOLOGIA      CIÊNCIA</p> </td> <td data-bbox="762 488 970 680"></td> <td data-bbox="970 488 1248 680">  <p>MODELO              REPASSAR</p> </td> <td data-bbox="1248 488 1532 680"></td> </tr> </table>	USO 1		USO 2		 <p>METODOLOGIA      CIÊNCIA</p>		 <p>MODELO              REPASSAR</p>	
USO 1		USO 2								
 <p>METODOLOGIA      CIÊNCIA</p>		 <p>MODELO              REPASSAR</p>								
	Fundamentos da Educação de Surdos	 <p style="text-align: center;">BASE                      EDUCAÇÃO                      SURDOS</p>								
	Tecnologia da Informação e EaD	 <p style="text-align: center;">TECNOLOGIA      INFORMAÇÃO              EAD</p>								
	Estudos da Tradução I,II	 <p style="text-align: center;">ESTUDAR              TRADUÇÃO              I                      II</p>								
	Estudos da Interpretação I,II	 <p style="text-align: center;">ESTUDAR              INTERPRETAÇÃO              I                      II</p>								
	Português I,II,III	 <p style="text-align: center;">PORTUGUÊS              I                      II                      III</p>								
	Conversação Intercultural	 <p style="text-align: center;">INTERAÇÃO              CULTURA</p>								



		L	A	B	I	II	III
Prática de Tradução I,II							
		PRÁTICA	TRADUÇÃO			I	II
Estágio em Tradução							
			ESTÁGIO	TRADUÇÃO			
Estágio em Interpretação							
			ESTÁGIO	INTERPRETAÇÃO			
Trabalho de Conclusão de Curso							
			T-C-C				

Organizamos a análise dos dados em duas grandes categorias: traduções com decalque e traduções sem decalque.

Ao se tomar conhecimento da tabela a seguir, fica nítido que o decalque é amplamente empregado para nomear as disciplinas em Libras, e que há predominância do decalque em detrimento de outro procedimento de tradução. São poucas as disciplinas que não adotam o decalque para o uso dos nomes das disciplinas em Libras, identificamos as seguintes disciplinas: Corporalidade e Escrita, Metodologia Científica, as disciplinas de ensino de língua (Libras) e Escrita de Sinais.

A seguir, apresentamos uma discussão detalhada da produção dos nomes das disciplinas em Libras, primeiramente, procedimento com decalque e, em segundo, procedimento sem decalque.

<b>PROCEDIMENTO COM DECALQUE</b>		
Estudos Linguísticos I		
Estudos Linguísticos II		
Estudos Linguísticos III		
Estudos Linguísticos IV		
Fundamentos da Tradução e da Interpretação		<b>PROCEDIMENTO SEM DECALQUE</b>
Fundamentos da Educação de Surdos		Corporalidade e Escrita
Tecnologia da Informação e EaD		Metodologia Científica
Estudos da Tradução I		Libras Iniciante
Estudos da Tradução II		Libras Pré-Intermediário
Introdução aos Estudos Linguísticos		Libras Intermediário
Estudos da Interpretação I		Libras Avançado
Estudos da Interpretação II		Libras Acadêmica
Português I		Escrita de Sinais I
Português II		Escrita de Sinais II
Português III		Laboratório em Interpretação I
Conversação Intercultural		Laboratório em Interpretação II
Estudos Surdos I		Laboratório em Interpretação III
Literatura Surda I		Trabalho de Conclusão de Curso
Literatura Surda II		
Prática de Tradução I		
Prática de Tradução II		
Estágio em Tradução		
Estágio em Interpretação		

Tabela 5: Procedimento adotado na tradução dos nomes das disciplinas

## a) Procedimento com decalque

A partir da análise dos dados, pudemos observar que na maioria das disciplinas se fez uso do procedimento de tradução denominado decalque. Há disciplinas como **“Introdução aos Estudos Linguísticos”**, que mesmo possuindo duas formas recorrentes de sinalização (/ABRIR/ e /COMEÇAR/), ainda assim, o decalque se mantém. Nesse caso, podemos perceber que os sinais que variam têm o mesmo sentido, ambos exprimem a ideia de início, logo mantendo o procedimento de decalque. Como não há um registro formal de uso para os sinais das disciplinas do Letras Libras, da UFSC, possivelmente, no momento da comunicação, os usuários apenas buscam em seu campo lexical mental particular, os sinais que estão habituados. Essas escolhas podem ser observadas tanto em contextos formais (reuniões de colegiado, departamento), quanto em contextos informais (conversas de corredor, discussão de grupo em sala de aula). Por exemplo, em uma situação de conversa entre três participantes, sendo que os sujeitos 1 e 2 estão habituados a sinalizar a disciplina com o sinal de /COMEÇAR/ e apenas o sujeito 3 com /ABRIR/. Se o sujeito 3 inicia a conversa com seu modo de sinalização, provavelmente, os sujeitos 1 e 2 se apropriarão daquele sinal e a partir daquele momento fica estabelecida a convenção do sinal /ABRIR/ para a disciplina. Todos se compreendem e a comunicação flui. Deste modo, fica visível que em muitos casos, o uso do procedimento de decalque não interfere na interação entre os falantes. A questão preocupante é a presença de surdos com o Português como segunda língua. Aparentemente, o decalque se apresenta como uma solução rápida para problemas de tradução, principalmente, em uma interação face-a-face.

Todavia, seria interessante investigar o quando o uso do decalque pode levar os interlocutores a uma interpretação inadequada sobre o que

se refere cada disciplina. Podemos exemplificar essa situação com a disciplina de “Estudos da Tradução<sup>1</sup>”. Os alunos podem entender que nesta disciplina se vai estudar a tradução ou a traduzir. Contudo, o termo “Estudos da Tradução” corresponde a um campo disciplinar proposto por Holmes em 1972, no qual é possível organizar atividades acadêmicas e práticas da área, bem como as linhas mais tradicionais de pesquisa. (Vasconcelos, 2010).

## **b) Procedimento sem decalque**

Apresentamos a seguir uma análise histórica e contextualizada dos nomes de disciplinas que não usam o procedimento de tradução decalque para expressar em Libras:

### **I. Corporalidade e Escrita**

No início do curso, logo que se iniciaram as aulas do segundo semestre, a disciplina “**Corporalidade e Escrita**” foi apresentada pelo professor usando os sinais /CORPO/ e /ESCRITA/ (figura 3, uso 1). Como observado na ementa e vivenciado pelos alunos, a disciplina tem como objetivo levar o aluno a compreender que a comunicação humana está para além do verbal, a comunicação não se atém ao que é dito, seja por sinais ou oralmente, bem como por escrito. Na disciplina, pudemos observar que todos os falantes, de quaisquer línguas, em processo de interação humana fazem uso do verbal e o não verbal, considerando e observando a expressão corporal, o gesto e o contexto discursivo como fundamentais para a comunicação. Após a primeira experiência de docência na disciplina de “**Corporalidade e Escrita**”, que faz parte do atual projeto curricular desde o ano de 2012, o professor pode experimentar com mais clareza o significado que mais se aproximava a



forma de enunciar em sinais o nome da disciplina, usando então os sinais /FACE-A-FACE/ e /ESCRITA/ (figura 3, uso 2). Desde os primeiros dias de aula, tanto o professor quanto os intérpretes que atuavam naquela disciplina se incomodavam com sinal que se havia convencionado, pois todos sentiam que o sinal /CORPO/ e /ESCRITA/ não era o bastante, principalmente, para expressar o significado da palavra “corporalidade”, o corpo neste contexto enunciativo-discursivo toma outros sentidos, não apenas o corpo biológico ou físico, mas no sentido de corpos em interação comunicativa o que requer uma pessoal voltada para a outra com foco de atenção e engajados para desenvolver uma conversa, por isso o sinal mudou para /FACE-A-FACE/ e /ESCRITA/. Verificamos que o procedimento de tradução utilizado inicialmente foi o decalque, já que a sinalização, até então, convencionada entre os usuários não trazia em si o sentido essencial que a disciplina propunha. Mas, seguia a ordem dos termos do português escrito, registrado no projeto pedagógico. A nova forma de enunciar em Libras foi incorporada pelos professores e alunos. Houve a validação entre os usuários, portanto, é a escolha que melhor traduz o nome da disciplina. Consideramos que este tipo de modificação foi possível mediante a reflexão coletiva dos usuários da língua e da necessidade semanal de utilizar o sinal para discutir conceitos e se apropriar de conhecimentos relacionados ao uso da linguagem humana. Usamos a língua e falamos sobre a língua, em um processo metalinguístico e fomos-nos aprofundando no conceito e refletindo sobre suas implicações.

## II. Metodologia Científica

Algo parecido aconteceu com a disciplina de “**Metodologia Científica**”. Esta é ofertada no 5º período do curso, como conteúdo apresenta elementos sobre a pesquisa científica, teorias do

conhecimento, epistemologia, ciência e ideologia, tendo uma pesada carga teórica. Em contrapartida, com base nas abordagens metodológicas são propostas algumas atividades práticas, tais como desenvolvimento de projetos de pesquisa. Muitos alunos chegam ao nível superior com pouca bagagem metodológica de pesquisa, mesmo aqueles que já possuem graduação é possível notar a defasagem no tema. Portanto, cabe ao professor a difícil responsabilidade de apresentar, em apenas um semestre, um tema novo aos alunos e fazer com que haja, de fato, o aprendizado. A disciplina de Metodologia Científica é comum às duas habilitações do curso de Letras Libras: bacharelado e licenciatura, à medida que mais uma vez há a presença de alunos surdos em sala de aula, mas como foi dito acima, não são todos os alunos que compreendem no primeiro momento os objetivos e propostas de atividades, logo o cuidado com o sinal da disciplina deveria ser maior. O modo de sinalização e, também, o mais utilizado em outros espaços acadêmicos, é /MÉTODO/ e /CIÊNCIA/ (figura 5, uso 1). No entanto, no decorrer da disciplina a professora propôs um novo sinal: /MODELO/ e /REPASSAR/ (figura 5, uso 2). A nova proposta não foi validada pelos alunos, mesmo com a explicação da diferença entre os dois termos pela professora. Concluímos, então, que a primeira proposta já tinha deixado raízes fortes para ser esquecida ou substituída tão fácil. Nos momentos de discussão em sala de aula, eram poucos os alunos que usavam a nova proposta do sinal, a professora era a que mais persistia e insistia no uso. No curso de Letras Libras, da UFSC, há certa rotatividade entre professores nas disciplinas, provavelmente, outro professor a assumirá. Pelo fato do pouco contato com professores fora do espaço de sala de aula, não há informações se a professora daquele semestre continua usando sua proposta de sinal. A língua posta em uso é viva, está em constante modificação e nunca se repete. Mesmo o professor sendo autoridade em

sala de aula, apresentando e explicando novas propostas para sinais é pouco provável que consiga modificar o uso se não há a validação da comunidade.

### III. Disciplinas de ensino de língua

As disciplinas referentes ao ensino de língua também sofreram alterações, a saber: Libras Iniciante, Libras Pré-Intermediário, Libras Intermediário, Libras Avançado e Libras Acadêmica. No currículo anterior ao ano de 2012, as disciplinas de ensino de língua possuíam outros nomes, tanto em português, como em Libras. A nova proposta curricular possibilita que os alunos ingressos no curso não sejam obrigados a ter fluência na Libras, o que não ocorria no currículo antigo. Portanto, na disciplina de “Libras Iniciante” são ensinados conteúdos básicos, tais como alfabeto manual, cores, números, objetos do contexto escolar, além de acontecer o “batizado”, ou seja, os novos alunos que não possuem seu sinal – seu nome da comunidade surda, o recebem, oportunizando assim aprendizado interativo e dinâmico. Nesse sentido, o desenvolvimento linguístico acontece de forma gradual. Na disciplina de “Libras Acadêmica”, por exemplo, são abordados temas como o registro formal e informal na língua, aspectos e regras gerais para sinalização em artigos acadêmicos em Língua de Sinais. Essas disciplinas são as únicas que desde o início do curso não há a presença de intérpretes em sala de aula, o objetivo é que os alunos que não sabem a língua se esforcem mais para compreender o conteúdo, evitando assim a dependência auditiva dos intérpretes, pois todos os professores que assumiram as disciplinas de ensino de língua de sinais são surdos. Devido ao nosso recorte de pesquisa, não nos coube investigar a sinalização das disciplinas do currículo antigo, mas vale ressaltar que, provavelmente, o procedimento adotado era o decalque, pois em disciplinas como “**Libras Básico**”, que

possuí equivalência de conteúdo com Libras Iniciante, o sinal usado era /LIBRAS/ e /BASE/. Desse modo, o conhecimento de que houve essa mudança se torna uma possível razão para o sinal ter mudado. A vigência do novo currículo pode ter motivado os participantes desse contexto a refletir sobre o uso do nome que era dado, bem como o fato dos professores serem surdos. A validação para as novas propostas ocorreu de forma satisfatória, atualmente, são os sinais de uso cotidiano.

#### IV. Escrita de Sinais I e II

As disciplinas de “**Escrita de Sinais**” têm como princípio básico apresentar aos alunos o sistema para escrita das línguas de sinais, além de uma breve contextualização sobre o aprendizado da disciplina. No Brasil, atualmente, existe a ocorrência de três sistemas: Escrita de Língua de Sinais – EliS (BARROS, 2008), o Sistema de Escrita para Língua de Sinais – SEL, (Lessa-de-Oliveira, 2009) e por fim, o *Sign Writing* – SW, (SUTTON, 1970). No curso de Letras Libras, da UFSC, o sistema estudado nas disciplinas é o SW. No decorrer da análise dos dados, percebeu-se que os nomes em Libras das disciplinas de Escrita de Sinais haviam sido adotados outro tipo de procedimento de tradução, a saber: estrangeirismo (BARBOSA, 1990). Para ela e

conceituado pela linguística, o estrangeirismo vem a ser um empréstimo vocabular não integrado à língua que o toma, conservando da outra os fonemas, a flexão e a grafia. Com o passar do tempo, sendo o vocábulo da língua estrangeira amplamente aceito pelos falantes que a acolheu, tende este a se adaptar à fonologia e à morfologia desta última. (BARBOSA, 1990, p. 72 *apud* Câmara Junior, 1997: 111)

De acordo com a citação, vê-se esse movimento de procedimento de tradução na (figuras 17) no uso do alfabeto manual com as letras iniciais do sistema de escrita de sinais em inglês: *Sign Writing*. Dentre os três sistemas apresentados acima, o SW é um dos mais veiculados. O uso



do alfabeto manual é uma característica marcante da presença das línguas orais, neste caso a língua inglesa, nas línguas de sinais. A professora da disciplina é uma das pesquisadoras mais renomadas internacionalmente. Por este motivo, acredita-se que a presença da professora tenha afetado na sinalização, pois seu objeto de estudo é o *Sing Writting*. Levado em consideração, principalmente, nesse caso, a abrangência comunicativa já estabelecida entre seus falantes, mesmo que o termo fonte tenha outra língua de partida. O sinal é validado em toda comunidade surda brasileira, no entanto, não é o mesmo utilizado em outros países, portanto a interferência exterior acontece apenas em território nacional.

#### **v. Laboratório em Interpretação I, II e III e Trabalho de Conclusão de Curso**

No mesmo sentido de discussão das disciplinas de Escrita de Sinais, ao analisarmos as disciplinas de **“Laboratório em Interpretação I, II e III”** e **“Trabalho de Conclusão de Curso”**, elas foram agrupadas a esta categoria por não adotarem o procedimento de decalque e sim estrangeirismo (BARBOSA, 1990). O modo de sinalização para se referir a estas disciplinas é o uso do alfabeto manual, como já foi dito, característica marcante das línguas orais nas línguas de sinais. No sinal de Laboratório em Interpretação é possível perceber também o uso de abreviação da palavra “laboratório” para “Lab” e o desaparecimento da palavra “interpretação”, sendo sinalizado apenas /LAB/ (figura 20) acompanhado dos números que dão sua sequencialidade. Na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, há uma forte influência da sigla utilizada e pronunciada oralmente pela comunidade ouvinte. Em ambos os casos, as disciplinas possuem nomes muito extensos, o que não é

produtivo em qualquer língua. Portanto, pode-se inferir que tais escolhas estejam ligadas à economia linguística.

Como pode ser visto na sessão de revisão de literatura, os mesmos exemplos retirados de Barbosa (1990) podem ser vislumbrados a partir dos dados aqui coletados. Abaixo, segue um quadro em que essa comparação pode ser vista com maior clareza.

<b>Decalque - língua oral (inglês)</b>	
case study	estudo de caso
<b>Decalque - língua de sinais (libras)</b>	
“Corporalidade e Escrita”	 <p>FACE-A-FACE    ESCRITA</p>
<b>Sem Decalque (empréstimo) - língua de sinais (libras)</b>	
“Trabalho de Conclusão de Curso”	 <p>T-C-C</p>

## Considerações Finais

Conforme apresentado anteriormente na seção de análise dos dados, os sinais das disciplinas foram separados em duas categorias: presença e ausência do procedimento de tradução chamado decalque. Na primeira categoria, disciplinas com o procedimento de decalque foram analisadas. Totalizando 22 disciplinas. Na segunda categoria, disciplinas com ausência de decalque foram analisadas, 13 disciplinas, para estas foi levado em consideração que as seis disciplinas de ensino de língua se enquadram em um mesmo grupo. Existe um fator que chama a atenção nas disciplinas de **“Corporalidade e Escrita”** e **“Metodologia Científica”**

nunca haviam sido ministradas no curso de Letras Libras, seja no bacharelado ou na licenciatura, pois foram inseridas apenas no currículo novo. As outras já haviam sido ministradas e sofreram apenas alteração na ementa. É interessante notar que a preocupação no modo de sinalização dos nomes das disciplinas partiu por parte dos professores, pondo em discussão novas propostas. Essas mesmas disciplinas são do meio comum entre as habilitações de licenciatura e bacharelado, ou seja, há a presença de sujeitos surdos com o português como sua segunda língua. A preocupação maior, talvez, esteja nesse ponto: os sinais já convencionados não eram suficientes para dar conta de tudo o que a disciplina propunha, principalmente, em sua ementa. Em todo caso, discussões a respeito de alguns sinais, especificamente, esses que são os estruturantes da formação curricular e acadêmica deveriam ser iniciadas. No que diz respeito aos documentos oficiais do Letras Libras, como por exemplo, o PPP – Projeto Político Pedagógico, vale considerar que o currículo do curso foi escrito em língua portuguesa, logo esses documentos também são discutidos por sujeitos que possuem o português como L2, desta forma, constantemente, estão em processo de tradução. Nesses processos podem ocorrer vários fenômenos e, dentre eles, tínhamos como hipótese inicial que a tradução desses nomes das disciplinas, no dia-a-dia, se aplicava ao procedimento técnico de tradução denominado de decalque, da qual com base na análise dos dados apresentados na presente pesquisa foi confirmada nossa hipótese inicial. No entanto, no decorrer da coleta e análise dos dados foi descoberta também a presença de outros procedimentos de tradução, como por exemplo, o empréstimo.

Em suma, o presente artigo está de acordo com as demais publicações na área, principalmente, no que diz respeito a Barbosa (1990) ao colocar para o procedimento de tradução decalque uma análise

diacrônica. Os resultados obtidos neste trabalho apresentam variações quanto ao uso de sinais para os nomes das disciplinas do curso de bacharelado em Letras Libras, portanto a sua análise não poderá ser feita de forma isolada (sincrônica), pois existem inúmeros fatores que corroboram para a mudança do uso, bem como outro leque de fatores que nos fazem refletir quanto à validação pela comunidade usuária dos sinais das disciplinas. Logo, é neste sentido que fica a critério de futuras pesquisas a sensibilidade da observação desses grupos quanto à validação dos sinais, como já foi dito. Coube a este trabalho refletir e averiguar se o procedimento técnico de tradução, o decalque, estava presente nas traduções dos nomes das disciplinas de um curso superior em Língua de Sinais, verificando as possíveis causas de seu emprego, bem como as consequências de se traduzir utilizando o procedimento de decalque.

## Referências

ALMEIDA, Sandra Aparecida Faria de. **A Tradução de Títulos de Livros**. Trabalho de Conclusão de Curso: Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, fev. de 1992.

ALVES, Ieda Maria. **Neologismo**: criação lexical. São Paulo: Ática, 1990.

AUBERT, Francis Henrik. Modalidades de Tradução: Teoria e Resultados. **TradTerm** (5)1, 1º semestre de 1998, p. 99-128.

BARBOSA, Heloísa Gonçalves. **Procedimentos técnicos da tradução**: uma nova proposta. Campinas, SP: Pontes, 1990.

BASILIO, Margarida. **Teoria Lexical**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.

DIAS. **Terminologia**: conceitos e aplicações, Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan./abr. 2000.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.



GARCIA, Iria Weirlang. **A tradução do texto técnico-científico**. PUC-RS. Ilha do Desterro, 1992, p. 75-85.

GUEDES, Rosane Mavignier. **A difícil decisão do tradutor: traduzir ou não traduzir**. Cadernos de Letras (UFRJ) n. 26 – jun. 2010.

OLIVEIRA, Bruna Macedo de. **Teste das Modalidades de Tradução Literal e Decalque como indicadores de desenvolvimento da competência tradutória em análise de Corpus**. Trabalho de Graduação Individual: Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

QUADROS, Ronice Müller de (org.). **Letras LIBRAS: ontem, hoje e amanhã**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.

OLIVEIRA, Janine S. de. Glossário Letras-Libras como ferramenta para formação/consulta de tradutores. In: II **Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira**. Novembro, 2010. Florianópolis. Anais do II Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, 2010.

PAVEL, Silvia. Nolet, Diane. **Manual de Terminologia**. Tradução: Enilde Faulstich. Ministro de Obras Públicas e Serviços Governamentais do Canadá, 2002.

PÖCHHACKER, Franz. Conexões Fundamentais: Afinidade e Convergência nos Estudos da Interpretação. Florianópolis: **Scientia Traductionis**, 2010.

SOUZA-JUNIOR, José. E. G. **Terminologia da Geografia Política Brasileira – LIBRAS/Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://geografiaemlibras.blogspot.com/>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

VASCONCELOS, Maria Lucia. Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (TILS) na Pós-Graduação: a afiliação ao campo disciplinar “Estudos da Tradução”. **Cadernos de Tradução**. v. 2, n. 26. Florianópolis. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p119>>. Acesso em: 10 dez. 2015



**Autores:**

**Aline Vanessa Poltronieri Gessner**

**Bianca Silveira**

**Francine Anastácio da Rocha**

**Marcela Regina Lima Rodrigues**

**Neiva de Aquino Albres**

**Tom Min Alves**

**Valéria de Jesus**

**Walquíria Peres de Amorim**

**Wharley dos Santos**

